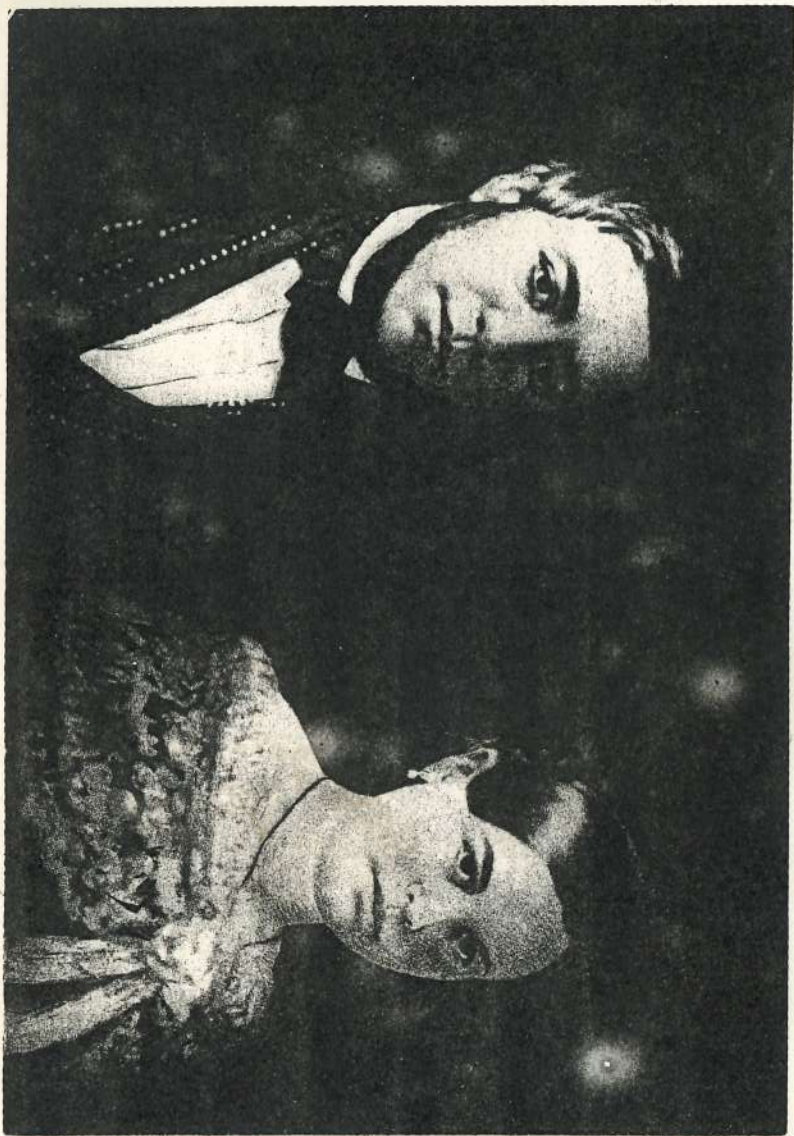


A COLÔNIA DE SÃO LOURENÇO E SEU
FUNDADOR JACOB RHEINGANTZ



Jacob e Maria Carolina Rheingantz

VIVALDO COARACY
(V. CY.)

A Colônia de São Lourenço e seu Fundador Jacob Rheingantz

NOTAS PARA A HISTÓRIA

CONTRIBUIÇÃO ÀS COMEMORAÇÕES
DO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO

Gravura de
MÁRIO GRUBER CORREIA

SÃO PAULO
1957

INTRODUÇÃO

DESCOBERTO o Brasil, dois problemas capitais vieram a constituir preocupação dominante do govêrno português: assegurar a posse do imenso e indefinido território e promover-lhe o povoamento por elementos aptos a desenvolver as suas potencialidades económicas. De modo geral, pode-se dizer que êsses objetivos dominaram e orientaram tôdas as iniciativas da Metrópole em relação à nova possessão. A instituição, anacrônica aliás, de uma variante do regime feudal sob a forma das capitâneas hereditárias, não teve outro propósito. Verificados os seus inconvenientes, seguiu-se a instituição do govêrno geral, posteriormente convertido em vice-reinado e a reversão gradativa das capitâneas ao domínio da Coroa. As colônias militares estabelecidas em pontos dispersos do território, em certos casos, como ao longo do Amazonas, formando verdadeira cadeia, destinavam-se a formar núcleos de povoação.

A população portuguêsã, porém, era diminuta e insuficiente para adensar o povoamento do território que, pela penetração das bandeiras, se alargava. A introdução da escravatura africana trouxe elementos para o trabalho material, mas apenas atendia a uma face do problema; e com inconvenientes inevitáveis, mas reconhecidos. O incremento da população pela natalidade foi sempre processo lento e precário. A necessidade impunha a introdução de indivíduos adultos, aptos a valorizar a terra. A política da Metrópole portuguêsã, entretanto, mantinha ciumentamente fechado o território do Brasil ao estabelecimento de elementos alienígenas, estrangeiros, no receio de que as ambições doutros países tentassem converter quaisquer estabelecimentos de nacionais seus em pretêxo ou título para a ocupação e conquista.

No decurso do século XVIII, procurando enfrentar o problema sob novo ângulo, o governo português promoveu e estimulou a formação, em diversos pontos do território, de núcleos de povoamento, tomando a iniciativa de transportar e localizar grupos numerosos de agricultores, principalmente de proveniência açoreana, que foram transportados com

as respectivas famílias. Podem êstes ser considerados como o primeiro ensaio de *colonização* no sentido em que o vocábulo veio a tomar, isto é, do estabelecimento de núcleos de atividade agrícola, de produção econômica. É verdade que a êstes primeiros ensaios não esteve também ausente a preocupação estratégica, em relação à escolha da situação dêstes centros de povoação, localizados de preferência na proximidade dos domínios de Espanha.

Foram ensaios isolados e que não tiveram continuidade. São, porém, credores de registro, não só por marcar a primeira tentativa sistemática da introdução de imigrantes com objetivo determinado, como por ter sido a origem de várias das povoações e cidades do território do Rio Grande do Sul. Assim nasceram Conceição do Arroio (1719), Santo Antônio da Patrulha (1740), Viamão (1741), Pôrto Alegre, originariamente Pôrto dos Casais (1742) e Rio Pardo (1750). A partir desta última data, mesmo êstes ensaios cessaram.

Com a transferência da sede da monarquia para o Brasil, sob a regência do príncipe que viria a ser D. João VI, a política portu-

guêsa passou por uma radical transformação. Não apenas porque a Portugal também se estendesse a renovação de conceitos que ventilava a Europa, sob o influxo da Revolução Francesa, como por não escapar à visão de D. João VI que, sob a nova situação, o Brasil escapava à condição de colônia a ser explorada exclusivamente em benefício da Metrópole, para assumir papel de essencial importância e relêvo, senão predominante, no aparelho do império português. Todos os atos do soberano, a partir da famosa declaração de abertura dos portos, visam a incentivar o desenvolvimento do Brasil para dar-lhe a estrutura de uma nação.

Reconheceu desde cedo D. João que o povoamento e o fomento da economia do Brasil não mais podiam ficar restritos, de acôrdo com a política tradicional, exclusivamente aos elementos de proveniência lusitana. Abertos os portos ao comércio internacional, lógicamente impunha-se a abertura das terras ao trabalho de elementos aptos e desenvolver a agricultura e a indústria. Apresentando-se no Rio de Janeiro Sebastião Gachet, agente do cantão de Friburgo na Suíça, D. João VI com êle contratou a introdução de 2.000 imi-

grantes suíços, agricultores, a quem o govêrno forneceria terras apropriadas à lavoura e condições de trabalho, além de determinadas vantagens. Em 1819 foi adquirida pelo govêrno a Fazenda do Morro Queimado, no distrito de Cantagalo, para nela ser localizada a colônia de famílias suíças que Gachet, cumprindo o seu contrato, enviou ao Brasil. Já no ano seguinte a sede da colônia, desmembrada de Cantagalo, foi elevada à categoria de vila sob a denominação, que até hoje guarda a cidade fluminense dela originada, de Nova Friburgo.

Apesar de muitos erros cometidos no seu estabelecimento pela falta de orientação e de previsão, a colônia prosperou e, reforçada mais tarde com elementos alemães para substituir muitos dos suíços que se deslocaram para outros sítios, constituiu um promissor exemplo dos resultados que poderiam ser obtidos pela introdução sistemática de imigrantes europeus na qualidade de colonos.

Pouco depois da fundação de Nova Friburgo tiveram início as ocorrências e agitações que conduziram à Independência do Brasil. Mas o impulso inicial estava dado e não se perdeu o propósito de promover a imi-

gração de elementos europeus para constituir núcleos rurais. Já em 1824, dois anos depois de proclamada a independência, era fundada no território do Rio Grande do Sul a Colônia de São Leopoldo, a primeira das numerosas colônias de elementos alemães que tanto viariam a contribuir para o desenvolvimento das províncias meridionais do Império, as preferidas por óbvias razões de clima para a localização dos imigrantes europeus.

A colonização de São Leopoldo se iniciou com um grupo de 124 colonos. Ràpidamente, porém, outras turmas de trabalhadores vieram reunir-se a êstes e seis anos mais tarde, em 1830, já São Leopoldo, nos 1.110 lotes, distribuídos em seis zonas, que haviam sido demarcadas para a localização dos imigrantes, contava com mais de 4.800 colonos adultos, todos alemães. Alguns poucos mais ainda havia que tinham preferido localizar-se em Tôrres e Três Forquilhas, de modo a que o número de alemães vindos para o Rio Grande do Sul nesse período se elevava a mais de 6.000. No empenho de atrair e fixar os imigrantes, o govêrno imperial lhes distribuía os lotes de terra gratuitamente, prática que foi seguida até 1850, quando o Tesouro pas-

sou a cobrar 300\$000 por data de 100.000 braças quadradas (48 Ha), importância que os colonos pagavam em prestações anuais depois que as terras começassem a produzir.

Cabe aqui registrar que, no mesmo ano em que era fundada a colônia de São Leopoldo, o imperador D. Pedro I mandava à Alemanha George Antonio Schaeffer, um aventureiro que se insinuara na confiança da imperatriz D. Leopoldina, aliciar imigrantes. Com o mesmo fim ostensivo, no ano seguinte enviava à Irlanda o Major Cotter. Na realidade, o propósito do soberano não era atrair agricultores, mas conseguir soldados mercenários com que reforçar as tropas do Império, como ainda era comum fazer-se naquela época. Aos que quisessem vir, era de fato prometido que depois de um período de serviço militar ser-lhes-iam dadas terras férteis em que pudessem estabelecer-se e dedicar-se à lavoura. Sabe-se o triste resultado dessa aventura. Os agentes de D. Pedro, sem se preocupar com a qualidade da gente que engajavam, arrebanharam indivíduos de tôda espécie, inclusive em vários casos o rebotalho da vadiagem e até das prisões. Chegados ao Brasil, êsses homens passaram a constituir

batalhões submetidos às mais duras condições de serviço, sem que houvesse vislumbre de cumprimento das promessas que lhes haviam sido feitas. Em 1828 rebelaram-se. Foi a “revolta dos batalhões estrangeiros” que ensanguentou as ruas do Rio de Janeiro. Os batalhões foram dissolvidos; a maioria dos seus componentes devolvidos aos países de origem; mas alguns elementos aproveitáveis aqui ficaram, sendo distribuídos pelas colônias agrícolas.

No meio tempo continuava o afluxo de imigrantes alemães, não só para São Leopoldo no Rio Grande do Sul, como para reforçar a população de Nova Friburgo e para uma efêmera colônia Leopoldina que se tentava formar na Bahia.

Deve-se mencionar que êsses primeiros imigrantes enfrentavam ásperas dificuldades e contingências desanimadoras. A começar pela viagem, que se fazia em condições do maior desconforto e penúria. Conhece-se uma carta de Matias Franzen, passageiro do veleiro *Albers* que, em 1828, consumiu doze semanas de Bremen ao Rio de Janeiro, descrevendo as condições em que eram transportados os imigrantes, sofrendo tôda a sorte de

privações. É um documento amargo e doloroso.

Chegados ao Brasil, desconhecendo a língua e os costumes, os imigrantes verificavam que a realidade era muito diversa da pintura que lhes haviam feito. Encontravam com freqüência a falta de atenção ou desinterêsse das autoridades imediatas com que se deviam entender. As terras que lhes eram destinadas, muitas vêzes, ainda se achavam em condições quase selvagens, destituídas de recursos e de facilidades. Tinham imensas dificuldades de adaptação. E não raras vêzes sucedia que muitos dos que se inscreviam entre os colonos, vinham seduzidos apenas pelo espírito de aventura e nem sequer eram agricultores ou provinham de comunidades rurais.

Pouco a pouco, porém, fêz-se um esforço para melhorar as condições. O govêrno da Regência tomou várias iniciativas a fim de assegurar melhor acolhimento e facilitar a fixação dos colonos nos núcleos territoriais. De acôrdo com as novas disposições, o govêrno provincial de Santa Catarina, em 1835, fundou a colônia de Itajaí que prosperou e se desenvolveu.

Mas o fluxo imigratório para o Rio Grande do Sul foi bruscamente interrompido pela Guerra dos Farrapos. Nesse período de dez anos de lutas, nenhuma nova colônia foi fundada. Apenas São Leopoldo, onde o elemento imigratório tinha deitado sólidas raízes na terra e que merecera especiais cuidados da administração pública, continuou a se desenvolver.

Terminada, contudo, a revolução farroupilha, logo se restabeleceu uma forte corrente de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul, ainda favorecida pelas perturbações que em 1848 irromperam na Europa. Apesar de tôdas as dificuldades encontradas e que ficaram acima indicadas, os colonos aqui estabelecidos, tendo-as vencido, nas cartas que escreviam para o país de origem davam informações sôbre a sua situação e condições que animavam novos imigrantes. É assim que, no período de 1846 a 1850, entraram só no Rio Grande do Sul 16.275 imigrantes alemães. Com os que se dirigiram para Santa Catarina, pode-se calcular em cêrca de 25.000 os alemães que, nesses quatro anos, se transferiram para as terras brasileiras e nelas se radicaram. Em 1849, o govêrno provincial do Rio Grande

fundava mais um núcleo de colonização germânica, Santa Cruz.

O ano de 1850 marca o início de uma nova fase na política de colonização. A partir dessa data, o govêrno imperial toma uma série de iniciativas e medidas tendo por alvo incrementar e sistematizar a imigração de elementos que viessem dedicar-se à agricultura.

Criada a Repartição de Terras Públicas, a lei de 18 de setembro daquele ano estabelecia normas e condições para a aquisição de terras do Estado com o fim de aproveitá-las para a lavoura. Uma das conseqüências imediatas desta lei foi estimular a iniciativa particular para a formação de emprêsas de colonização.

Não era, aliás, novidade semelhante gênero de atividade. Já em 1836 H. Schuttel fundara em Santa Catarina a Colônia D. Afonso com elementos trazidos da Alemanha. Motivos vários concorreram para que essa primeira tentativa não desse resultado. Não lhe valeu a lei n.º 108, de 11 de outubro de 1837, com que o govêrno da Regência determinou providências para os contratos de colonização. A colônia extinguiu-se, dispersan-

do-se os povoadores. Persistente, o mesmo Schuttel, em 1856, voltou à tentativa, fundando, ainda em Santa Catarina, a colônia Leopoldina (segunda do nome). Novamente malograram-se os seus esforços. O mau sucesso do empreendimento foi devido, provavelmente, às mesmas causas, que logo adiante serão indicadas, que produziram o malôgro de quase tôdas as iniciativas de colonização por emprêsas particulares.

Utilizando-se das vantagens oferecidas pela nova lei sôbre terras públicas, nesse mesmo ano de 1850 o Dr. Hermann Blumenau converteu em Colônia a emprêsa agrícola que, desde 1848, vinha se esforçando por manter em Santa Catarina. O nome do dr. Blumenau é sempre mencionado, e com justiça, como o de um abnegado propugnador da imigração de agricultores alemães para a colonização das terras meridionais do Brasil e ninguém poderá desconhecer ou negar a intensa atividade que desenvolveu. No terreno prático, porém, a realidade é que só conseguiu manter, pelos seus próprios esforços, a colônia que fundara, durante nove anos. No período de 1850 a 1859, só conseguiu trazer ao todo 929 imigrantes, incluindo mulheres e crianças.



*Casa onde nasceu Jacob Rheingantz,
em Sponheim, Alemanha*

Durante êses nove anos, enfrentou o dr. Blumenau dificuldades e tropeços de todo gênero. Uns provinham de êrro inicial, pela escolha mal adequada da localização, sujeita às desmedidas e devastadoras enchentes do Rio Itajaí e às agressões dos bugres selvagens que, em mais de uma ocasião, massacraram povoadores brancos. Outros obstáculos se originaram em erros de administração que, em mais de uma vez puseram o dr. Blumenau em conflito com as autoridades provinciais e com os próprios colonos. Ainda outros embaraços surgiram da insuficiência do capital com que fôra projetada a emprêsa e doutras causas que poderiam ter sido previstas.

Em 1859, convencido de que não lhe seria possível manter a colônia que havia fundado, o dr. Blumenau solicitou do govêrno imperial que a encampasse e assumisse a direção dela. Após vários meses de negociações, em 10 de dezembro daquele ano o govêrno tomou posse da colônia, recebendo o seu fundador uma indenização pecuniária pelo valor das terras que havia adquirido para estabelecer a. Em reconhecimento da sua capacidade e dedicação à obra que iniciara, o dr. Blumenau foi pelo govêrno imperial nomeado di-

retor da colônia a que, por determinação de D. Pedro II, foi conservado o nome de Blumenau que até hoje guarda.

Em 1860, quando o govêrno assumiu a administração da colônia, o número de habitantes, na sua quase totalidade alemães, era de 947. Sob a administração e orientação do govêrno, quando em 1880 se instalou a câmara municipal, êsse número se elevava a 15.000.

Detivemo-nos com maiores minúcias sôbre o histórico de Blumenau porque, nesse empreendimento, havia indiscutivelmente a inspirá-lo um acentuado elemento de idealismo. Muitas outras emprêsas de colonização, porém, foram fundadas unicamente com objetivos mercantis, como ramo de negócio. Adquirir terras ao govêrno brasileiro, pelos baixos preços que a lei facultava; atrair para elas imigrantes desejosos de deixar a pátria a fim de tentar a vida em novo ambiente; vender-lhes lotes coloniais a preços compensadores, fazendo à margem comércio com os gêneros de lavoura produzidos pelos colonos e com os artigos manufaturados de que êstes necessitassem, parecia um bom negócio. Não é pois de admirar que vários empreendedores

se lançassem a essa atividade. Como não é de admirar que, desconhecendo o meio e as condições de vida na terra que se propunham a colonizar e, principalmente destituídos do interêsse humano pela obra que empreendiam e pela sorte dos imigrantes que traziam para uma terra virgem, onde tudo tinha que ser criado desde as raízes, tôdas estas iniciativas, com uma única exceção, se malograssessem, como vimos suceder com as de H. Schuttel. Das muitas que se esboçaram ou iniciaram nesses anos, só se salvaram, além da exceção mencionada, aquelas que, como Blumenau, foram encampadas pelo govêrno, seja na maioria dos casos o imperial, seja, nalguns dêles, o das províncias.

Ràpidamente, citaremos apenas alguns exemplos:

Em 1849 fundava-se na Alemanha a Hamburger Kolonisationsverein que, em 1851, instalava em Santa Catarina a Colônia D. Francisca que se manteve durante vários anos em concorrência ao dr. Blumenau, numa hostilidade de competidores comerciais. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo também se viu forçada a transferir ao govêrno

as responsabilidades da colonização. Sob a administração oficial, a Colônia D. Francisca, transformada em Joinville se desenvolveu e prosperou e é hoje uma florescente cidade.

No Rio Grande do Sul, a colonização foi regulamentada pela lei 304 de 30 de novembro de 1854. Fixando o preço de 3 réis por braça quadrada para as terras públicas destinadas à colonização, esta lei estimulava a iniciativa privada. À Colônia do Novo Mundo (Taquara) já fundada, em 1850, pela firma Monteiro & Ring, outras vieram adicionar-se. Lembraremos, por simples memória, a de Estrêla, instituída em 1856 por Vitorino José Ribeiro e as fundadas pela empresa do Conde de Montravel, entre as quais Soledade, em 1857. Tôdas elas tiveram, para sobreviver, de ser transferidas à administração e responsabilidade do govêrno.

Nem sempre os empresários que se propunham a colonizar terras bem ou mal escolhidas, levavam em consideração as condições e necessidades dos imigrantes que engajavam na Europa. Já atrás se fêz referência à descrição da forma pela qual, em muitos casos, eram êles transportados a bordo dos veleiros que faziam a carreira entre Hamburgo e os

portos do Brasil. Tais condições que, em certos casos, chegavam a ser desumanas, como no exemplo referido por Matias Franzen, levaram o govêrno do Brasil a baixar o Decreto de 1.º de maio de 1858, estabelecendo as condições mínimas a serem preenchidas no transporte marítimo de imigrantes que se destinassem aos portos brasileiros. Êste decreto, a cujos dispositivos ficavam sujeitos sob pena de responsabilidade os comandantes dos navios que fizessem êsse transporte, veio amenizar as condições da demorada travessia.

Já foi dito que das muitas empresas então formadas para a colonização não poucas tinham apenas um objetivo mercantil. Os seus organizadores, ou os seus agentes, nem sempre eram escrupulosos na escolha e seleção dos imigrantes. Muitos dêstes nem sequer eram agricultores ou capazes de se adaptar à vida rural. Noutros casos, sobretudo na colonização por parceria, uma forma que então também foi praticada e na qual o colono não se tornava proprietário da terra a que consagrava o seu trabalho, os contratos eram redigidos em têrmos ambíguos e o imigrante assinava-os na suposição de que as condições de existência no país para que se mudava

eram semelhantes às de seu país de origem. Acontecia também que, às vêzes, na projetada colônia, nada havia sido preparado ou disposto para acolher o imigrante e êste se via de súbito atirado às mais primitivas condições de existência.

Êstes fatôres, que contribuíram para o malôgro de quase tôdas as emprêsas de colonização de iniciativa particular, produziam naturalmente descontentes e decepcionados. As queixas e informações muitas vêzes exageradas, que os desiludidos e os incapazes mandavam de volta à pátria, levaram o govêrno da Prússia a promulgar o *Reskript* de 3 de novembro de 1859 que, revogando dispositivos da lei da Dieta Prussiana de 7 de maio de 1853, praticamente proibia a emigração de súditos daquele reino para o Brasil.

A decisão drástica da Prússia, entretanto, não foi acompanhada pelos outros Estados germânicos. O fluxo de emigrantes alemães para as colônias fundadas nas províncias brasileiras, conquanto tivesse no momento sofrido talvez pequeno abalo, não se interrompeu. E logo depois veio a se intensificar.

De 1824 a 1870 foram quase exclusivamente alemães os imigrantes que se estabe-

leceram nas terras das províncias meridionais do Brasil, constituindo núcleos coloniais, seja por iniciativa do govêrno imperial ou provincial, seja por emprêsa privada. Só a partir de 1870 se estabeleceu, paralelamente, a corrente de imigração italiana que daria origem a muitas outras colônias. Na realidade, o fluxo imigratório, quer de alemães quer de italianos, só viria a entrar em declínio como conseqüência da modificação das condições econômicas e políticas do mundo após a guerra de 1914.

Ficou acima dito que, na série de insucessos das várias tentativas de colonização por iniciativa particular, notava-se uma exceção singular. Uma colônia houve que, vencendo as dificuldades e vicissitudes naturais a êste gênero de empreendimento, se desenvolveu, cresceu e prosperou até atingir a autonomia sob a forma de município, única e exclusivamente sob a administração privada, sem que se apresentasse a necessidade de ser encampada pelo govêrno para evitar que se aniquilasse e desaparecesse. Bastaria esta particularidade, quando outras não houvesse, como há, para torná-la credora de especial destaque na história das colônias agrícolas criadas no Bra-

sil com elementos imigratórios de proveniência européia.

Esta foi a Colônia de São Lourenço, fundada em 1858 por Jacob Rheingantz, na Serra dos Tapes, Município de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Não constituem nenhum mistério as razões que coroaram de êxito esta empreza, quando outras, apesar dos inegáveis esforços dos seus fundadores, como no caso do Dr. Blumenau, tiveram que apelar para o govêrno no sentido de que assumisse as responsabilidades de direção e manutenção da colônia a fim de evitar que soçobrasse, como se malograram as duas tentativas de Schuttel além de outras. Estas razões se encontram no espírito com que o fundador concebeu e orientou a colônia e conduziu o seu desenvolvimento, nas precauções que soube tomar para evitar e combater as causas de insucesso.

Antes de empreender a fundação da colônia, já havia Jacob Rheingantz residido na cidade do Rio Grande e em Pelotas por longos anos. Familiarizara-se com as condições locais, com a vida do país onde decidira estabelecer-se definitivamente, com as realidades

presentes e as perspectivas futuras. Examinara detidamente as terras onde lhe pareceu poder estabelecer uma colônia agrícola, estudando-lhes com minúcia e visão objetiva as possibilidades. Conhecia as condições de vida na Alemanha, sua pátria, e as aspirações dos elementos que convinha atrair para povoar uma região ainda virgem. Estudara atentamente a legislação brasileira, não só em relação à colonização, mas prevendo as emergências que poderiam surgir. Tudo calculou e mediu. E quando se decidiu a lançar-se ao empreendimento nele empregando as suas energias, a sua vontade e os seus recursos, havia tudo previsto, tanto quanto possível, e sabia exatamente quais os fatores a levar em consideração, favoráveis ou adversos, para o bom sucesso da iniciativa.

Mais ainda do que êsse conjunto de elementos derivados do estudo e da ponderação, o êxito da empreza foi devido à dedicação que Rheingantz lhe consagrou. Do seu ponto de vista, a Colônia de São Lourenço não era apenas uma iniciativa comercial, uma aplicação de capital e trabalho destinada a proporcionar, em futuro próximo ou distante, lucros e proveitos compensadores. Era uma obra que

realizava, uma criação do seu espírito e da sua vontade. Fazer surgir de uma região bruta e agreste um centro humano de atividade produtora; transformar a terra virgem em fonte de riqueza; facultar a semelhantes seus, descontentes com as condições de vida na Europa de então, a oportunidade de erguer um lar, fecundando pelo trabalho um solo que viria a ser dêles, realizando assim uma aspiração que na pátria feneceria sem esperança; contribuir para o bem estar de muitos e para a incorporação de novas glebas de lavoura à imensidade de uma nação ainda na juventude; há em tudo isso um anseio de criação, a febre da inspiração que anima e dá vida às obras do espírito.

Jacob Rheingantz obedecia a essa inspiração. Todos os seus atos e iniciativas desde que fundou a Colônia são dominados pela preocupação com o empreendimento a que se dedicou. São expressões dessa atitude, a sua preocupação com o bem-estar e satisfação dos colonos, revelada nas concessões que lhes fêz em numerosas ocasiões, nos auxílios generosos com que favoreceu a criação de escolas e igrejas na Colônia e, desde o início na construção de sua mansão familiar, a casa de sua

residência, no seio da própria Colônia, para estar no centro de sua obra, acompanhando de perto o seu crescimento.

Hoje o próspero e rico município de São Lourenço do Sul celebra o primeiro centenário de sua fundação e origem, a Colônia de São Lourenço que, a 15 de janeiro de 1858, Jacob Rheingantz estabeleceu nas solidões agrestes da Serra dos Tapes, à margem do curso sinuoso do Camaquã. A atual prosperidade do Município a que deu origem, as auspiciosas perspectivas do seu futuro são a mais expressiva demonstração da acertada visão do fundador e da eficiência com que orientou e guiou os primórdios do povoamento desta região que a sua fé e os seus esforços abriram ao trabalho. O sonho que o inspirou é hoje uma realidade, monumento vivo erguido à sua memória, fruto de sua energia, persistência e dedicação à obra que imaginara.

Como parte das comemorações dêste centenário, nada mais adequado do que recordar, a traços largos, a par dos episódios principais da vida laboriosa do fundador, o histórico dos primeiros anos, os mais duros e difíceis — e os que mais rapidamente se apagam da memória dos homens — da existência da Colô-

nia. A história da fundação de São Lourenço e os incidentes da vida de Jacob Rheingantz, que concebeu e realizou êsse empreendimento, contêm exemplos e lições que devem ser registrados.

As páginas que se seguem são calcadas sôbre a monografia que, há cinqüenta anos atrás, em 1907, comemorando o cinqüentenário da fundação, publicou em português e em alemão, Carlos G. Rheingantz sob o título "COLÔNIA DE S. LOURENÇO". Em grande parte, a presente narrativa é apenas o desenvolvimento daquela memória, com o acréscimo de informações e documentos extraídos dos arquivos e a menção de dados e fatos que, naquela época, por escrúpulos talvez excessivos, para não ferir possíveis melindres, o autor da monografia preferiu não incluir em sua rápida descrição. São, entretanto, complementos necessários à história e que agora, decorridos outros cinqüenta anos, nenhuma razão mais existe para que sejam silenciados.

O presente trabalho nada mais pretende ser do que uma contribuição oportuna à comemoração do centenário da fundação de São Lourenço do Sul.

DO RENO AO RIO GRANDE

O fundador da Colônia de São Lourenço nasceu em Sponheim, aos 13 de agosto de 1817.

Eram os Rheingantz, nome algumas vezes grafado Rheingans, uma velha família da Renânia. Já em meados do século XVI, desde quando a sua descendência é conhecida sem interrupção, é encontrada estabelecida em Bacharach, às margens do Reno. Daí se transfere sucessivamente para Steeg, Rheinbollen e Sponheim, sem nunca deixar a região compreendida entre os cursos do Reno e do Moselle.

Em 11 de janeiro de 1812, João Guilherme Rheingantz casava-se com Ana Maria Kiltz. Dêsse consórcio proveio uma prole numerosa: doze filhos, dos quais o quarto, Jacob Rheingantz, viria a fundar São Lourenço.

Destinando-se ao comércio, Jacob Rheingantz empregou-se na casa Joseph Stock, de Kreutznach na mesma região. Era uma fir-

ma de fabricantes e comerciantes de vinhos, principal produto daquela zona afamada pelos seus vinhedos. Tendo adquirido suficiente conhecimento dêsse ramo de negócio, Jacob Rheingantz, aos 22 anos, talvez possuído do espírito de aventura, tomou a decisão de viajar. Em abril de 1839 tirava em Trier (Treves) passaporte para a França, declarando a sua intenção de empregar-se no comércio em Paris. Sabe-se que se deteve em Rheims, trabalhando algum tempo na firma da Viúva Cliquot, fabricantes famosos dos vinhos de Champagne. Mantinha-se assim fiel ao mesmo ramo de atividade em que, nascido numa região vinícola por excelência, iniciara a sua carreira. Pouco se demorou, contudo, na França, porque já em maio de 1840 no Havre embarcava no navio *Christophe Colomb* com destino a Nova York. Obedecia assim ainda àquele ímpeto juvenil de correr mundo.

Não seguia, porém, à aventura. Nos Estados Unidos já se encontrava estabelecido seu irmão Henrique com quem Jacob pretendia trabalhar. É mais do que provável que entre ambos tivesse havido troca de correspondência, delineando planos e projetos de que resultou a viagem. Infelizmente, nenhum ves-

tígio dessa correspondência subsistiu para permitir imaginar quais seriam tais projetos.

Nos Estados Unidos uma grande decepção, sob a forma de notícia dolorosa, aguardava Jacob Rheingantz. Seu irmão havia falecido.

Jacob não esmoreceu. Ativo e persistente, demorou-se nos Estados Unidos durante três anos, lutando pela vida. Não há notícias pormenorizadas das atividades que exerceu durante êsse período ao fim do qual apareceu-lhe a oportunidade de se transferir para o Brasil. Nem se conhecem as razões que o levaram a aceitá-la. Seria a mesma ânsia de viajar, de "correr mundo" que ainda o impelia? Já ouvira falar das possibilidades dêsse Império meridional de que então eram imprecisas e nem sempre exatas as informações que corriam no estrangeiro? Teria ponderado que num país novo, onde tudo estava por fazer, as oportunidades para um espírito empreendedor e ativo seriam abundantes? Ou cederia simplesmente à sedução da aventura, do desconhecido? Só é possível formular conjeturas sem base concreta e o campo que se abre à imaginação é vasto.

O único fato positivo que conhecemos é que Jacob Rheingantz aceitou o encargo de acompanhar o transporte do pequeno vapor fluvial *Rio Grandense* que a casa comercial de Guilherme Ziegenbein, da cidade do Rio Grande, adquirira em Filadélfia para ser empregado na carreira entre as cidades de Rio Grande e Pelotas. Em abril de 1843 o vice-cônsul do Brasil em Filadélfia, Edward Sayres, concedia passaporte a Jacob Rheingantz a fim de seguir para o Rio Grande a bordo do navio *Delamare* que devia transportar o pequeno vapor. E o futuro fundador de São Lourenço desembarcava na cidade do Rio Grande a 22 de Junho de 1843.

Aceitando o emprêgo que lhe foi então oferecido pelo mesmo Guilherme Ziegenbein, Jacob Rheingantz ficou trabalhando para a referida firma onde rapidamente progrediu graças às suas habilitações e capacidade.

A terra e as oportunidades que oferecia, as perspectivas de futuro, o ambiente social, foram elementos que o satisfizeram e, vencida a ânsia de viajar que, como à procura de pouso onde se estabilizar, o havia antes possuído, Jacob decidiu fixar-se no Rio Grande

do Sul. Já em 1846, três anos depois de sua chegada, mandava chamar o seu irmão Filipe, quatro anos mais velho que êle, para que viesse se lhe reunir no Rio Grande. Era um indício de quanto confiava no futuro e do desejo de partilhar com a família, a que sempre se sentiu ligado por laços de funda afeição e dedicação, as oportunidades que antevia.

Nesse mesmo ano de 1846, logo depois da chegada de Filipe, fizeram os dois irmãos uma viagem à capital da Província, Pôrto Alegre. Iam a negócios, conforme consta dos poucos documentos que subsistem. Talvez por iniciativa própria, talvez, o que é mais provável, a tratar de interêsses da firma Ziegenbein. É, porém, da maior plausibilidade admitir-se que, por ocasião dessa viagem, Jacob tenha tido ensêjo de observar o progresso verificado na colonização alemã com que o governo imperial formara a povoação já então próspera de São Leopoldo. Não é descabida a suposição de que talvez desde então lhe tivesse nascido no espírito o projeto, que só dez anos mais tarde viria a realizar, de promover o estabelecimento de uma colônia semelhante na região sul da Província, nas proximidades de Rio Grande ou Pelotas, zonas cujas possi-

bilidades não podiam ter escapado à sua observação esclarecida. É uma simples conjectura, autorizada, todavia, pela seqüência dos fatos.

Em 9 de julho de 1848, na cidade do Rio Grande, casava-se Jacob Rheingantz com D. Maria Carolina Fella, enteada de Guilherme Ziegenbein.

D. Maria Carolina nascera em 27 de fevereiro de 1829, a bordo de uma fragata dinamarquesa que entrava a barra do Rio Grande, tendo sido batizada em São Leopoldo a 25 de abril do mesmo ano.

Faleceu D. Maria Carolina na cidade de Wiesbaden, Província de Hessen-Nassau, Alemanha a 18 de novembro de 1904.

Pela mesma ocasião do casamento, tornava-se Jacob Rheingantz sócio da firma, passando logo depois a dirigir a filial da casa na cidade de Pelotas, para onde por algum tempo transferiu a residência.

O casamento foi dos mais felizes. Na espôsa que escolhera, encontrou Jacob Rheingantz uma companheira dedicada que partilhou com ânimo e energia dos seus trabalhos e empreendimentos, dando-lhe estímulo e confôrto. Já no ano seguinte, em 14 de

abril de 1849, nascia o primeiro filho do casal, Carlos Guilherme, a que, no decurso dos vinte anos seguintes, mais nove se seguiriam, constituindo uma família numerosa em torno de Jacob Rheingantz. Dessa prole de dez filhos de que, apenas dois pereceram na infância, quatro viriam a nascer na Colônia de São Lourenço.

FUNDAÇÃO DE SÃO LOURENÇO

Já foi atrás formulada a suposição de que talvez a idéia das possibilidades que à colonização por elementos europeus oferecia a região meridional do Rio Grande, houvesse nascido na mente de Jacob Rheingantz por ocasião de sua viagem a Pôrto Alegre, em 1846, ao tomar conhecimento das condições da colônia de São Leopoldo. É uma hipótese perfeitamente plausível. Até então, tôdas as iniciativas de fixação de agricultores europeus se haviam localizado em zonas mais ao Norte do território. Ele conhecia bem, através dos negócios da Casa Ziegenbein, as regiões do Sul, mais favoráveis às culturas a que estariam habituados os imigrantes. Estava familiarizado com as oportunidades que os mercados das cidades do Rio Grande e Pelotas poderiam oferecer aos produtos do trabalho dos colonos. Era dotado de um espírito observador em que essas idéias teriam fatalmente que germinar. E o regulamento de 1850, favo-

recendo a iniciativa particular na colonização de terras, só poderia estimular um temperamento empreendedor.

A residência em Pelotas, para onde se transferiu depois do casamento, proporcionou-lhe ocasião de melhor conhecer as regiões vizinhas, do mesmo município, onde vastas extensões de terras férteis permaneciam incultas e devolutas. À margem da Lagoa dos Patos, na embocadura do arroio São Lourenço, existiam as propriedades dos estancieiros José Antônio de Oliveira Guimarães e Francisco dos Santos Abreu, em tórno de cujas residências se erguiam uns poucos e pobres ranchos, dependências dos estabelecimentos e moradia de “peões” e agregados. A isso se chamava o Pôrto de São Lourenço, que não atingia sequer as proporções de simples povoado. Por trás das duas estâncias, subindo os suaves aclives da chamada Serra dos Tapes, uma sucessão de coxilhas mansas, desdobrava-se a mata virgem sôbre um solo rico de humus. Pelas fimbrias da mata, aqui e ali, esparsas, algumas poucas taperas, vestígios abandonados de roças frustras.

Foi sôbre essas terras que, depois de muito estudo e ponderação e do exame doutras

possibilidades, na aparência talvez mais sedutoras, se fixou a decisão de Jacob Rheingantz.

A família crescia. Além do primogênito, Carlos Guilherme já mencionado, tinham nascido Teresa Guilhermina (1851), Frederico Guilherme (1853), Maria Angélica (1854) e Alfredo Jacob (1856). As suas responsabilidades aumentavam. Seria talvez uma aventura abandonar a carreira comercial, que se afirmava próspera e promissora, assegurando-lhe a abastança, para se arrojarem a um empreendimento novo cujos resultados dependiam de tantos fatores incertos e ainda mal definidos. Tamanha, porém, era a confiança que depositava nos estudos que fizera, no plano que delineara, nas perspectivas que antevia e, mais do que tudo, na sua energia e capacidade de trabalho, que Rheingantz não hesitou por mais tempo. Esta confiança seria plenamente confirmada pelo futuro.

Em 30 de dezembro de 1856, no Rio de Janeiro, Jacob Rheingantz firmava com o Governo Imperial um contrato de colonização. Por esse contrato o Governo vendia-lhe oito léguas quadradas de terras devolutas na Serra dos Tapes, Província do Rio Grande do Sul, ao preço de $\frac{1}{2}$ real por braça quadrada,

assumindo o comprador a obrigação de medi-las dentro do prazo de cinco anos e de, durante o mesmo período, povoá-las com colonos agricultores alemães, suíços ou belgas. Por sua vez o Governo comprometia-se a subvencionar a introdução dos imigrantes, pagando uma quota de 15\$000 por pessoa maior de 10 anos e menor de 45 anos e de 10\$000 pelos menores compreendidos nas idades entre 5 e 10 anos. O número de colonos não poderia ser inferior a 1.440 almas e a subvenção, destinada a custear o transporte, só se estenderia a esse número.

Assinado o contrato, dispôs-se Rheingantz imediatamente a dar-lhe execução. Retirou-se da firma de que era sócio, recolhendo o seu capital e a parte dos lucros que lhe cabia, para poder consagrar todos os seus recursos ao novo empreendimento a que se ia dedicar.

É certo que, inicialmente, pensou êle formar uma empresa colonizadora, com a participação de outros sócios que concorressem com parte do capital necessário. É o que se depreende de uma carta que lhe foi então escrita por Luís Braga que seria então seu procurador ou correspondente. Esta carta da-

tada de Pelotas, em 31 de março de 1857, por pitoresca merece ser transcrita. Diz o seguinte:

“Amigo e Senhor — Foi-me entregue o seu favor de 26 do corrente com 16\$500 da certidão que eu havia pago ao tabelião Jeremias. Enquanto ao seu negócio da Colônia, não vai muito bem, segundo me disse o Paiva, pois há poucas assinaturas, sendo 2:000\$000 do Aníbal, 1:000\$000 do Ribas, 400\$000 do Eliseu e algo mais. Todavia, o Aníbal foi hoje para a Costa a fim de agenciar assinaturas e pode ser que faça mais alguma coisa. O amigo Paiva me disse que o Dr. Afonso escrevia hoje a Vmcê.

“São poucos os homens de fortuna, em Pelotas, que possam conhecer as vantagens futuras duma Colônia bem estabelecida, pois êles só gostam de ver os seus dinheiros amontoados e sem aplicação alguma para benefício seu e do público: esta é a ilustração dêstes ricos que só enxergam a ponta do nariz.

“Meus respeitos à sua Família e sou com estima de Vmcê. amigo obrigado — Luís Braga.”

Não conseguindo, pelos motivos que a carta transcrita deixa entrever, formar a sociedade que imaginara, decidiu-se Rheingantz a levar a empresa por diante individualmente, com os seus próprios e exclusivos recursos. E em maio dêsse mesmo ano de 1857 embarcava para a Europa, a fim de dar as providências necessárias a promover e organizar o afluxo de colonos que viessem povoar a Serra dos Tapes. Já em fins do mesmo ano estava de regresso ao Brasil e a 18 de dezembro, na Repartição Geral de Terras Públicas, perante o respectivo Diretor, Conselheiro Manuel Felizardo de Sousa e Melo, assinava um termo de novação do contrato de 30 de dezembro do ano anterior. De fato, tratava-se propriamente de um adendo ao citado contrato, referindo-se à medição das terras que seria feita pelo próprio Jacob Rheingantz, como empreiteiro, mediante a indenização de 140 réis por braça linear de perímetro medido, cabendo ao Presidente da Província mandar verificar a exatidão das plantas que seriam apresentadas à proporção que progredisse a medição. O termo é muito minucioso em relação a êste processo.

Além dessas condições, havia ainda uma alteração introduzida no contrato original: A subvenção que o Governo Imperial pagaria por pessoa trazida para a colônia passava ao dôbro do que fôra inicialmente fixado, tornando-se 30\$000 por imigrante entre 10 e 45 anos de idade e 20\$000 pelos menores de 10 e maiores de 5 anos. Êste aumento fôra, provàvelmente, pleiteado por Jacob Rheingantz depois de ter verificado na Europa os preços que estavam sendo cobrados pelo transporte dos colonos. Nem a subvenção, assim mesmo acrescida, cobria mais do que uma parcela do custo da passagem.

Êste têrmo aditivo ao contrato foi aprovado pelo Ministro do Império em 9 de janeiro de 1858, quando já se achava prestes a chegar ao Rio Grande a primeira leva de colonos.

Era propósito de Jacob Rheingantz inaugurar a *Colônia* que fundava, no dia 8 de janeiro consagrado pela Igreja a São Lourenço, o padroeiro sob cujo nome era colocada. O atraso na viagem do navio veleiro que trazia os primeiros povoadores foi a razão pela qual essa inauguração houvesse de ser transferida para o dia 15 de janeiro de 1858. Ê esta, pois,

a data que marca a fundação de *São Lourenço do Sul*, como hoje se chama.

Cumprer registrar que, além das oito léguas quadradas que Rheingantz adquiriu ao Governo pelo contrato original, teve êle que adquirir outras áreas, a particulares, para assegurar o acesso à Colônia. Mais tarde ainda comprou, de vizinhos, diversas posses de terrenos para extensão da Colônia. Com estas ampliações sucessivas, veio a Colônia de São Lourenço, finalmente, a abranger uma área de 12 léguas quadradas, aproximadamente, ou sejam 520 milhões de metros quadrados. Deve-se ainda notar que, dentro das oito léguas quadradas vendidas pelo Governo havia, como se verificou mais tarde, porções que haviam sido objeto de concessões anteriores e que Rheingantz se viu forçado a comprar aos legítimos donos para assegurar a continuidade territorial da Colônia. O Governo mandou que, a título de compensação, fôssem incorporadas à Colônia áreas contíguas de modo a completar a superfície do contrato. Por motivos vários, entretanto, esta compensação não se realizou de modo integral e só em 1892, já sob o regime republicano, o Congresso Nacional pelo projeto de lei n.º 242, man-

dava abrir um crédito de 114:997\$843 para pagar aos herdeiros de Jacob Rheingantz a indenização que lhes era devida pelas áreas de terra que, concedidas, não haviam sido entregues ao fundador da Colônia.

Voltemos, porém, aos tempos iniciais do empreendimento.

Por ocasião de sua viagem à Europa, Jacob Rheingantz confiara à firma de Hamburgo de Wilhelm Hühn & Cia. de, como seus agentes e representantes, providenciar sobre a seleção e embarque dos colonos destinados a São Lourenço. E já em 31 de outubro de 1857 a referida firma fazia embarcar, pelo navio holandês *Twee Vieden*, sob o comando do capitão W. Nordhoek, um grupo de 88 colonos que chegaram ao Rio Grande nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte. Fiquem aqui registrados os nomes desses primeiros povoadores da Colônia de São Lourenço:

N.º	Nomes	Procedência
1	Wilhelmine Schaefer	Altona
2	A. Grovermann	Bokenem (Hannover)
3/7	Gottlieb Heling, mulher e 3 filhos	Pomerânia
8/10	Wilhelm Zibell, mulher e 1 filho	Pomerânia
11/17	Johann Zibell, mulher e 5 filhos	Pomerânia
18	Fr. Nachtigall	Osterfedt (Prússia)
19/21	Andreas Haase, mulher e 1 filho	Gorlitz (Saxônia)

N.º	Nomes	Procedência
22/25	H. P. Hadler, mulher e dois filhos	Hamburgo
26/27	J. P. A. Hadler e mulher	Hamburgo
28/32	J. H. H. Nebel, mulher e 3 filhos	Hamburgo
33	Johanna Lange	Itzehoe (Holstein)
34	Heinrich Tellmann	Schönberg (Prússia)
35/38	Philipp Neutzling, mulher e 2 filhos	Sponheim (Renânia)
39	Peter Neutzling	Sponheim (Renânia)
40	Peter Dietrich	Damscheid (Prússia)
41/42	Johann Dietrich e mulher	Damscheid (Prússia)
43/45	Johann Link e 2 filhos	Damscheid (Prússia)
46/52	Peter Ricker, mulher e 5 filhos	Damscheid (Prússia)
53/58	Ignaz Dilly, mulher e 4 filhos	Spabrücken (Prússia)
59/66	Johann Peil, mulher e 6 filhos	Dorsheim (Prússia)
67/74	F. Prietsch, mulher e 6 filhos	Leuthen (Prússia)
75	F. Hoffmann	Sponheim (Renânia)
76/81	Wilhelm Wulff, mulher e 4 filhos	Kreutzmanshagen (Prússia)
82/85	Christian Bohrer, mulher e 2 filhos	Idar (Prússia)
86	Carl Jörg	Idar (Prússia)
87	G. Bernhardt	Osterfeld
88	W. Schröder	Lübeck

Acompanhando a relação destes primeiros colonos, os agentes Wilhelm Hühn & Cia. firmavam a seguinte declaração: “Declaramos que os imigrantes acima mencionados são pessoas respeitáveis e que nenhum deles esteve jamais envolvido em questões policiais, como provam os documentos por êles apresentados. — Hamburgo, 31 de outubro de 1857.”

Observe-se, por ser significativo, que entre êstes primeiros colonos que vinham ini-

ciar uma nova fase da existência no Brasil, figuravam alguns provindos de Sponheim, a cidade natal de Jacob Rheingantz e onde sua família se achava estabelecida havia cêrca de um século.

Mais do que isso, porém, o que se deve assinalar e merece especial registro é que no mesmo navio, *Twee Vieden* que trouxe os primeiros colonos para São Lourenço vieram, como passageiros de primeira classe, viajando em cabine, João Guilherme Rheingantz, com 69 anos de idade, e sua espôsa Ana Maria, com 67, acompanhados pelas quatro filhas, Margarida, Maria, Ana e Elisabeth. Eram os pais e as irmãs de Jacob Rheingantz. Tão grande era a confiança que o fundador da Colônia depositava no empreendimento que iniciava, que não hesitou em arrancar tôda a família à mansão tradicional de Sponheim a fim de transplantá-la para o Brasil de que fizera a sua nova pátria, onde queria que todos os seus se radicassem. Já havia, anteriormente, chamado, como vimos, o seu irmão Philippe, em 1846. Quando resolveu dedicar-se, na realização de um projeto longamente meditado, à colonização, mandara vir, provavelmente em 1856, outro irmão, Guilherme,

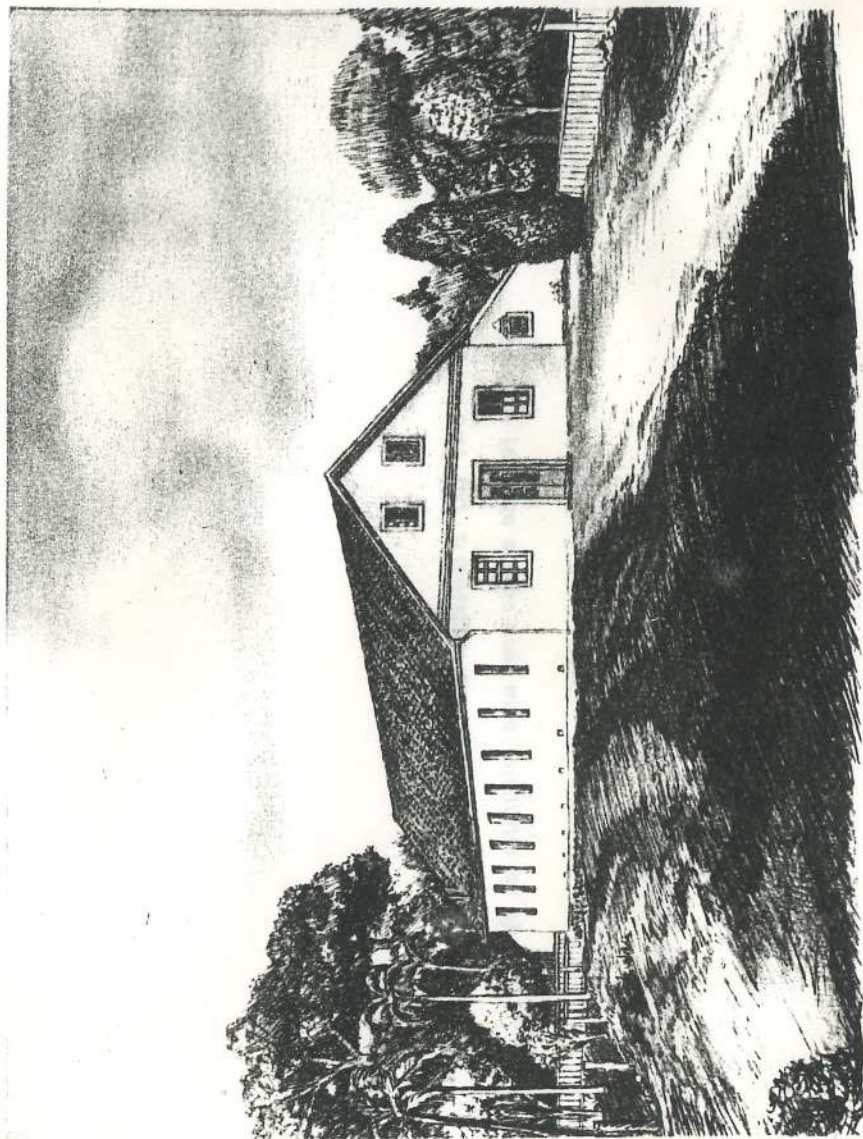
com a espôsa. Possivelmente, contava com êle para auxiliá-lo no empreendimento; mas, infelizmente, Guilherme faleceu pouco depois de chegar ao Rio Grande, em abril de 1857, quando Jacob se preparava para seguir viagem à Europa. A sua viúva, porém, permaneceu com os dois filhos no Brasil e veio a morrer, já casada em segundas núpcias muitos anos mais tarde na Colônia de São Lourenço.

Chegando à Europa, Jacob Rheingantz soube comunicar aos seus progenitores já idosos e aos outros membros da família, o entusiasmo de que estava possuído, a fé que depunha na emprêsa a que se ia dedicar, a confiança no futuro e nas possibilidades da terra que adotara. Tão contagiosos eram êsses sentimentos que venceram as naturais resistências das raízes secularmente plantadas na terra, da tradição e de velhos laços atados através das gerações. O lar familiar deixou de ser a velha mansão de Sponheim para se transferir para a Colônia de São Lourenço então ainda em embrião, envolta na vestimenta agreste das matas incultas e ínvias. Às margens do Reno, que dera o nome à família, apenas permaneceu uma das irmãs de Jacob, Ca-

tarina, por estar já então casada e com família constituída.

Não podia Jacob Rheingantz dar mais convincente demonstração de confiança no seu empreendimento e da resolução em que estava de a êle consagrar tôdas as suas energias e faculdades. Confundia assim, entrelaçando-as, a Colônia e a família.

A fundação da Colônia de São Lourenço efetuou-se, pois, no ambiente festivo da reunião de uma família. Talvez se pudesse enxergar nisto um símbolo do espírito de dedicação com que Jacob Rheingantz iniciava a sua grande obra, a tarefa a que havia de dedicar o resto de sua existência.



ANOS DE FORMAÇÃO

Os primeiros anos, o período que se pode chamar de formação da Colônia, foram naturalmente difíceis, como bem se pode imaginar. Tudo era primitivo e rude. Conquanto o fundador da Colônia houvesse desde logo dado início à medição das terras e demarcação dos lotes, os chãos estavam ainda cobertos de matas; os recursos eram poucos e precários.

Para agasalhar provisoriamente os colonos à proporção que fôsem chegando, Jacob Rheingantz mandou construir, no lugar chamado Reserva, barracões modestos onde residissem enquanto construía as casas nos lotes a que se destinassem. No mesmo local, estabeleceu um armazém para fornecer-lhes os abastecimentos necessários, onde os colonos adquiriam o de que necessitassem para pagar mais tarde, quando começassem as suas lavouras a produzir. Muitas vêzes êses pagamentos eram feitos em gêneros colhidos nas

A casa patriarcal da Família Rheingantz

(Desenho feito de acôrdo com uma fotografia da época.)

roças e assim Rheingantz, como diretor da Colônia, tomava o encargo de encontrar mercado para a produção dos primeiros colonos, o que não estava compreendido nas obrigações para com eles assumidas.

Mais tarde, à proporção que se intensificava o afluxo de imigrantes para a Colônia, tornaram-se desnecessários os barracões construídos para seu abrigo. Os recém-chegados eram hospedados pelos que já se achavam estabelecidos, pagando a pensão em trabalhos de campo que executavam nas respectivas lavouras. Este sistema que perdurou por muito tempo, deu bons resultados e concorria para estabelecer laços de solidariedade entre os povoadores da Colônia, facilitando aos recém-vindos adaptação, sempre difícil, ao novo ambiente.

A primeira leva de 88 colonos, atrás nomeada, foi localizada nas picadas São Lourenço e Moinho, as primeiras a serem delimitadas. A seguir, à proporção que crescia o número de imigrantes, novas picadas ou linhas iam sendo demarcadas e arroteadas. Para a abertura e conservação das estradas que, dentro da Colônia, serviam às várias picadas e aos lotes nelas situadas, não contando

com qualquer auxílio das autoridades públicas, teve Jacob Rheingantz que tomar a iniciativa, firmando um acôrdo com os colonos, pelo qual êle daria a direção e forneceria todos os materiais necessários, concorrendo êles com a mão de obra, cada um no trecho que lhe correspondia. Quanto às estradas que punham a Colônia em comunicação com Pelotas e pelas quais se faria o escoamento dos produtos agrícolas e o recebimento dos artigos necessários, competia à municipalidade pelotense a sua conservação e esta era precária e constituía motivo de constantes reclamações da direção da Colônia junto aos poderes públicos.

Uniformemente, media cada lote cem braças de frente sôbre a estrada por mil de fundos. Poucas eram as exceções a esta área, devidas a acidentes topográficos do terreno. Inicialmente, cada lote era vendido ao colono que nêle se instalasse pela soma de 300\$000 que o adquirente pagaria em prestações anuais depois de dois anos de ter iniciado a sua lavoura, vencendo a dívida a partir de então os juros de 6% ao ano. Mais tarde o preço dos lotes foi elevado a 400\$000 e posteriormente a 500\$000. Vinte anos mais tarde, por

ocasião da morte do fundador da Colônia, os lotes ainda eram vendidos a 600\$000, preço extremamente módico para a região e a época.

Rapidamente a Colônia ia se povoando. Não era, entretanto, isenta de dificuldades a vinda dos imigrantes que a ela se destinavam.

Não havia nesse tempo navegação a vapor direta entre Hamburgo, pôrto de embarque dos colonos, e o Rio Grande. Tôda a navegação se fazia em veleiros que consumiam dois meses e mais na travessia. O preço da passagem, pago pelo fundador da Colônia através de seus agentes, era, para os imigrantes, nesses navios, de 30 táleres da Prússia por passageiro maior de dez anos e de 22 táleres pelas crianças de 1 a 10 anos. Crianças de menos de 1 ano eram transportadas gratuitamente. Pelo câmbio da época, essas importâncias correspondiam em moeda brasileira a cerca de 99\$900 e 73\$300 respectivamente. Vê-se assim que, como atrás ficou dito, a subvenção paga pelo Govêrno Imperial pelos primeiros 1.440 colonos apenas correspondia a uma parte da passagem, menos da metade.

As viagens, porém, não se faziam com regularidade e eram pouco freqüentes. Em mais de uma ocasião foi necessário fretar ve-

leiros especialmente para trazer ao pôrto do Rio Grande os imigrantes contratados para a Colônia de São Lourenço pelos agentes de Jacob Rheingantz. Êstes agentes foram inicialmente a firma de Wilhelm Hühn & Cia. atrás mencionada. Depois passou o encargo à casa de Milberg & Engström, finalmente substituída por R. O. Lobedanz que exerceu a função até a morte do fundador da Colônia.

Nem se limitavam ao custo das passagens as despesas realizadas na Europa antes do embarque dos colonos. Muitos dêstes, para se poderem deslocar, necessitavam de auxílio financeiro que lhes era facultado sob a forma de empréstimo a ser pago no Brasil depois de se achar em produção o respectivo lote colonial. A título de ilustração vai aqui transcrito, sem menção das assinaturas, um documento relativo a um dêstes empréstimos:

“Nós abaixo assinados declaramos devedores das somas mencionadas junto às nossas assinaturas, a saber: 12 famílias pelo total de táleres 1.626 $\frac{1}{2}$, recebidos em Hamburgo dos Srs. Wilhelm Hühn & Cia. e nos obrigamos a seguir, logo depois da nossa chegada ao Rio Grande, para a Colônia de São Lourenço per-

tencentente ao Sr. J. Rheingantz, e a pagar as somas recebidas daquele Senhor à sua ordem, o mais tardar depois de 2 anos e mais os juros à razão de 6% ao ano até final reembôlso. — Hamburgo, 21 de junho de 1861”. (Seguem-se 12 assinaturas legalizadas com o “visto” do Consulado Geral do Brasil em Hamburgo).

Não só para o embarque na Alemanha tinha eventualmente o diretor da Colônia de fazer empréstimos aos seus colonos. Em muitos casos, depois de chegados ao Brasil, para as primeiras despesas de estabelecimento, fornecia-lhes Rheingantz recursos pecuniários de maior ou menor importância. Tão frequente era essa eventualidade que já estava prevista na cláusula 2.^a do contrato de venda do lote colonial.

Cabe aqui, aliás, a transcrição dêsse contrato original para que fiquem registradas as condições sob as quais se iniciou o povoamento da Colônia de São Lourenço. Eis a tradução do texto alemão:

“J. Rheingantz, proprietário da Colônia de São Lourenço, passa a vender a o lote n.º..... na

picada..... com 100 braças de frente e 1.000 braças de fundo, sob as seguintes condições:

“1.^a) O respectivo preço é de..... mil réis, importância que durante dois anos não renderá juros.

No terceiro ano deverá o comprador pagar um quinto (1/5) da importância; no quarto, dois quintos (2/5) e no quinto ano os dois quintos restantes, vencendo a dívida 6% de juros pagáveis anualmente;

“2.^a) Quaisquer adiantamentos deverão ser reembolsados dentro dos primeiros dois anos, com os mesmos juros de 6% ao ano;

“3.^a) Os limites do lote serão estabelecidos de acôrdo com o decreto 1.784, de 19 de janeiro de 1857, Capítulo I, artigo 8.^o, § 1.^o;

“4.^a) O caminho em frente ao lote deverá ser feito pelo colono nos primeiros três meses e depois conservado;

“5.^a) O colono comprador não poderá afastar-se do respectivo lote, nem abandonar a cultura correspondente.

Também não poderá contrair dívidas sob garantia do respectivo lote, nem vendê-lo ou arrendá-lo;

“6.º) Quaisquer divergências serão arbitradas pelo Juiz Municipal, nos termos do Reg. 737 de 25 de novembro de 1850, Título 8.º, Capítulo I, § 1.º, com recurso para o Superior Tribunal Provincial.

“A falta de observação de qualquer das condições acima dá direito ao Sr. Jacob Rheingantz de dispor do referido lote e suas benfeitorias, de acôrdo com as disposições legais, visto que lotes e benfeitorias respondem pelo valor da compra e qualquer outro débito do respectivo colono.

“Acordes os contratantes, assinam êste contrato na presença das testemunhas abaixo assinadas.”

Para acompanhar de perto a obra a que se consagrara, mantendo contínuo contato com os colonos, orientando-os, auxiliando-os, resolvendo as dificuldades que surgissem, Jacob Rheingantz, sacrificando o relativo confôr-

to que lhe proporcionava a permanência nos centros urbanos de Pelotas e Rio Grande, transferiu a sua residência para a própria Colônia de São Lourenço. Demonstrava assim a sua decisão de dedicar integralmente a êste empreendimento as energias que o distinguiram e os recursos que lhe haviam facultado uma longa existência de trabalho.

No lugar chamado Roça, ponto de convergência das picadas dos Moinhos e Boa Vista, no centro da Colônia, mandou construir a casa onde estabeleceu não só a Direção da Colônia, mas a própria residência, dela fazendo a mansão familiar. Era a transplantação para a nova pátria, nas terras do Rio Grande do Sul, do velho lar de Sponheim. Completava assim, dando-lhe plena significação, a transferência que fizera de tôda a sua família das margens ancestrais do Reno, seu domicílio secular, para as terras virgens da Serra dos Tapes. E com essa remoção, determinava novos destinos à sua grei.

Na Colônia de São Lourenço, nessa casa, afirmando o caráter de mansão da família que veio a ser, ocorreram nascimentos e falecimentos de membros da mesma família. Ali morreram os pais de Jacob, João Guilherme Rhein-

gantz e sua espôsa Ana Maria Kiltz. Ali nasceram os seus filhos Henrique Francisco, Luís Valentim, Ernesto Eduardo e Oscar Filipe. Alguns dos seus irmãos e cunhados ali faleceram, como ali nasceram vários dos seus sobrinhos. Pode-se dizer que, a partir da fundação da Colônia e por muitos anos, que se estenderam até mesmo período muito posterior à morte do fundador, a São Lourenço estava prêsa por laços afetivos, sempre mais robustos do que os meros interêsses materiais, a sua família. E não é esta a mais significativa demonstração de quanto Jacob Rheingantz soube fundir a sua própria existência com a obra que realizara?

Desde janeiro de 1940, teve a mansão familiar de Rheingantz, a velha Sede da Colônia, o destino justo que devia ter. É hoje um museu das relíquias do Fundador e dos primeiros anos da existência da Colônia.

ANOS DE CRESCIMENTO

A Colônia crescia e se desenvolvia rapidamente. Antes de completado o prazo de cinco anos, fixado no contrato, já estava de muito excedido o número de 1.440 imigrantes que Jacob Rhengantz se obrigara a trazer dentro daquele período. Para isso concorria não só a atividade desenvolvida na Alemanha pelos agentes de Rheingantz fazendo propaganda do empreendimento e procurando atrair elementos aptos aos trabalhos rurais e de bons antecedentes, como as notícias que daqui enviavam às famílias e aos amigos deixados nos lugares de que provinham, pelos próprios colonos.

A título de exemplo, mencionem-se dois casos que exprimem as duas modalidades de propaganda. Numa fatura de Milberg & Engström, de 2 de abril de 1864, a par das despesas com o embarque, pelo brigade *Adler* de uma leva de colonos composta de 87 pessoas, sendo 55 adultos, figura uma parcela de

400 táleres, gastos com anúncios e divulgação de fotografias. O outro exemplo é constituído por uma declaração assinada por Wilhelm Bauer, natural de Sponheim, Wilhelm Klumb, originário de Ellern e A. Matznauer, de Baden-Baden, que, na qualidade de habitantes da Colônia de São Lourenço, depois de enaltecer a fertilidade das terras e a salubridade do clima, acentuando as facilidades de comunicação, afirmam:

“O imigrante alemão destituído de recursos, mas dotado de aplicação, economia e tenacidade, dentro de 4 ou 5 anos estará em condições de pagar quaisquer adiantamentos eventuais bem como o valor do lote de terra que tenha recebido sob contrato podendo depois ter uma vida sem preocupações, podendo mesmo vir a alcançar uma boa situação.”

A produção da Colônia consistia principalmente em feijão, milho, batatas, manteiga, carnes defumadas e outras formas de charcuteria, aves, lenha, ovos. Os mercados de Pelotas e Rio Grande eram os principais consumidores desses produtos. Havendo, porém,

nessa época nessas cidades pouca procura para as batatas, cultura a que estavam habituados os colonos europeus, a safra muitas vezes excedeu das possibilidades locais. Por iniciativa de Rheingantz, foi estabelecida uma corrente de exportação de batatas produzidas em São Lourenço para as praças do Rio de Janeiro e de Montevidéu onde encontraram boa aceitação. E assim, desde cedo, o nome da Colônia, como centro de produção agrícola, transpôs os limites da Província, abrindo perspectivas que se desdobrariam no futuro.

Graças à excelência da situação, à fertilidade do solo, à irrigação abundante das águas de numerosos córregos e arroios e, sobretudo, ao trabalho tenaz dos colonos, constituía-se a vida econômica da Colônia sobre bases sólidas. Neste sentido, o crescimento processava-se rapidamente, confirmando as previsões do fundador e não deixando margem a preocupações. A empresa fôra bem concebida e a localização escolhida com acerto, confirmavam os resultados dia a dia.

A par da existência econômica, havia, porém, a considerar também a vida social e cultural. São Lourenço não era apenas um estabelecimento de produção agrícola cujo

objetivo único fôsse colhêr resultados econômicos. Era um agrupamento humano, um núcleo de vida, destinado a converter-se numa coletividade com características próprias, num organismo social com as instituições necessárias a satisfazer os vários aspectos da existência de seus habitantes.

Inicialmente, a Colônia constituiu-se sob um regime que quase se poderia chamar de patriarcal. O fato de Jacob Rheingantz ter transferido para o núcleo colonial a sua residência e da família, evidenciando o propósito de entrelaçar intimamente a sua vida pessoal com a da obra que criava, dobrava-lhe o prestígio e a autoridade. Não era o mero Diretor da Colônia e proprietário das terras. Tornou-se o conselheiro e orientador dos colonos que se habituaram a recorrer a êle não apenas nas emergências de sua vida econômica, como para lhe submeter os seus problemas individuais e as necessidades coletivas.

A comunidade era relativamente pequena. Todos os que a compunham se conheciam individualmente uns aos outros. A homogeneidade estabelecida pela origem comum, europeia, pela identidade de hábitos e costumes,

pela coincidência dos interesses e das condições de existência, era acentuada pelo isolamento da Colônia. Todos êstes fatores convergiam para robustecer o sentimento de vida em comum, fortalecer a percepção de unidade.

Estabeleceu-se assim o sistema de se reunirem os principais representantes dos colonos em torno do Diretor para expor e discutir as questões de interesse coletivo, ouvindo-lhes as opiniões e sempre contando com a sua boa vontade para encontrar e auxiliar uma solução. A título de exemplo, serão adiante mencionados os casos relativos ao policiamento, às igrejas e capelas, às escolas e cemitérios, como já atrás ficou referido o que foi decidido em relação às estradas e caminhos.

Êste processo de resolver os problemas pela ação coordenada dos próprios colonos sob a orientação do Diretor tornara-se uma necessidade. As autoridades oficiais, quer do município de Pelotas, quer da Província e mesmo as do Império, não se empenhavam em estender à Colônia de São Lourenço os benefícios e mesmo os serviços mais rudimentares que competem à administração pública. Para isso concorreriam vários motivos. São Lourenço ficava longe, fora do âmbito que a colo-

nização por iniciativa oficial se esforçava por povoar; São Lourenço era uma colônia particular; São Lourenço estava isolada e prosperava por seus próprios meios.

Com a discreta reticência de que sempre usa, em sua monografia já atrás mencionada, Carlos G. Rheingantz não pode deixar de observar:

“Parece que a colonização oficial, encetada pelo Govêrno ao norte do Estado (leia-se “Província”), não via com bons olhos a tentativa de colonização empreendida por Jacob Rheingantz no sul, porquanto o govêrno provincial reclamava dêle, tôdas as vêzes que colonos, ao desembarcarem no pôrto do Rio Grande, se resolviam a ir estabelecer-se em São Lourenço, o reembôlso da subvenção que pagava por cada imigrante engajado por sua conta com destino às suas colônias do norte da Província.”

Havia, os fatos o comprovam, mais do que indiferença, uma atitude de competição, de quase hostilidade por parte das autoridades que administravam as colônias oficiais em



*Monumento erigido em memória de Jacob Rheingantz,
por ocasião do quinquagésimo aniversário da fundação
da Colônia de São Lourenço*

relação às empresas de iniciativa privada. Já o mesmo ocorrera com o dr. Blumenau, em Santa Catarina. É, aliás, fenômeno relativamente comum. Funcionários encarregados de administrar determinados empreendimentos oficiais tendem a considerar as instituições congêneres de iniciativa particular como competidores, em concorrência aberta, em vez de nelas ver, o que na realidade são, colaboradores na mesma causa de interesse nacional. Será humano, talvez; mas não deixa de criar obstáculos e dificuldades onde êstes deveriam ser evitados.

Isto se torna evidente, no caso em apreço, num pormenor accidental: a exigência, pelo govêrno da Província, da devolução das importâncias despendidas como subvenção à vinda dos imigrantes. O verdadeiro interesse nacional era a vinda de agricultores para povoar as terras incultas do País. A fim de fomentar êsse afluxo, os cofres públicos subvenzionavam com determinada importância, o embarque dos colonos. Que êstes, uma vez chegados, preferissem dirigir-se à colônia -A-, de direção particular, em vez de ir para a colônia -B-, mantida pelo govêrno, era questão secundária. O que importava, o essencial, é

que eram mais agricultores que vinham valorizar terras lavradas ainda incultas e povoar regiões desertas, incrementando a produção de gêneros de consumo. Este o verdadeiro interesse público, que devera estar presente à ação das autoridades.

O que se verificava, porém, é que as mesmas autoridades tomavam uma atitude de administradores de empresa concorrente, em resentir-se do desvio de trabalhadores. Daí a exigência do reembolso das subvenções que deviam ser dadas por bem empregadas desde que os imigrantes se encaminhavam de fato para a lavoura. O verdadeiro objetivo da despesa feita estava alcançado e a questão devia ser dada por encerrada.

Da circunstância mencionada, ainda há outro ponto que merece atenção. Pelo que ficou exposto, vê-se que havia colonos que, contratados embora com destino às colônias que o govêrno mantinha no norte da Província, ao chegarem ao Rio Grande, tendo notícia da Colônia de São Lourenço e suas condições, preferiam localizar-se nesta. Achavam naturalmente mais atraentes e vantajosas as perspectivas que São Lourenço lhes oferecia.

Dêste fato duas conseqüências podem ser tiradas. A primeira é que muito favoráveis haviam de ser as notícias que circulavam sobre o empreendimento de Jacob Rheingantz para que imigrantes assim, de pronto, quase ao têrmo da viagem que deveria levá-los a Pôrto Alegre donde seriam encaminhados aos seus destinos, se decidissem a interrompê-la para tomar outro rumo e imprimir novo curso à sua sorte. Isto prova que desde cedo se estabeleceu a boa fama da colônia instalada na Serra dos Tapes.

A segunda conclusão é que nem todos os colonos que se estabeleceram em São Lourenço, aí adquirindo lotes, provinham dos grupos selecionados e contratados na Alemanha pelos agentes de Rheingantz. É natural que assim alguns elementos não muito desejáveis viessem a se insinuar na Colônia. Os comisários encarregados pelo Govêrno de angariar imigrantes na Europa nem sempre eram muito escrupulosos na escolha que faziam, como é fácil compreender. Sempre foi assim, aliás.

No correr dos anos, não foram só os provindos da imigração oficial os elementos estranhos que se misturaram com os povoadores de São Lourenço. Provindos de outras colô-

nias, de vilas e distritos rurais, de cidades mesmo, aos poucos alguns outros elementos, nem sempre de origem germânica, adquiriram lotes coloniais e tornaram menos homogênea a população. Embora muito escrupuloso na aceitação das pessoas que vinham incorporar-se à sua Colônia, nem sempre pôde Jacob Rheingantz evitar que nela se introduzissem alguns maus caracteres que mais tarde viriam a lhe causar agravos e aborrecimentos, como adiante se verá.

À indiferença ou pouca vontade com que as autoridades da Província olhavam os problemas da Colônia de São Lourenço, ainda se refere Carlos Guilherme Rheingantz, no trabalho citado, quando poucas páginas além do trecho transcrito, registra:

“Sendo São Lourenço colônia particular, e ficando completamente retirada da zona colonizada pelos Governos Imperial e Provincial, não obtinha auxílio algum em relação a escolas e igrejas. Em seus relatórios anuais, o empresário não se cansava de chamar a atenção do governo sobre este ponto, assim como insistia na

necessidade de haver autoridades residentes na Colônia, sendo, porém, as suas reclamações constantemente desatendidas.”

A êste aspecto ainda teremos que voltar mais adiante, ao tratar das escolas e igrejas, elementos essenciais da vida cultural.

As considerações precedentes confirmam o que atrás ficou esboçado. Não contando com o auxílio ou as providências por parte das autoridades do País, tiveram os povoadores de São Lourenço de procurar resolver por sua própria iniciativa os problemas que se apresentavam e cresciam de urgência à proporção que se adensava a população. Estabeleceu-se, assim, quase espontaneamente, o regime a que já se fêz alusão, de se reunirem os principais colonos em tôrno do Diretor, na sua residência, para com êle discutir e resolver as questões de interêsse geral. Destas reuniões, quando a importância do assunto o exigia e era tomada alguma resolução, era costume lavrar-se uma Ata de que constassem as obrigações contraídas e para que ficasse documentada a decisão. Destas Atas, algumas chegaram até os dias atuais e uma será aqui transcrita, não só por exemplificar o regime que descreve-

mos, como por se tratar de matéria de importância.

Com o aumento da população, que já excedia de três mil indivíduos, evidenciou-se a necessidade de instituir autoridades a quem competisse a ação de policiamento. Já se viu, na última das transcrições acima, que o Governo não atendia às reiteradas reclamações de Rheingantz nesse sentido. Decidiram os moradores resolver por si o problema e para esse fim promoveram, em agosto de 1862, uma das referidas reuniões, na residência do Diretor e sob a sua presidência. Desta reunião foi lavrada a seguinte Ata que merece ser preservada pelo interesse de que se reveste:

“Aos 24 dias do mês de agosto, em casa do Diretor, Sr. Jacob Rheingantz, resolveram os cidadãos da Colônia de São Lourenço que, para o fim de zelar pelo bem geral e pela ordem, se devia eleger para cada Picada um Inspetor e que, imediatamente se procedesse à eleição dêles, tendo sido eleitos:

1.º) — O Sr. George Born para o distrito do arroio de São Lourenço até o arroio da Cachoeira;

2.º) — Bernardo Schneider, do arroio da Cachoeira na Picada dos Moinhos até a Roça;

3.º) — João Dietrich 2.º, da Roça até o arroio Bom Jesus, inclusive a Picada das Antas;

4.º) — Fernando Nickel, do arroio Bom Jesus à Picada do mesmo nome;

5.º) — João Becker, desde a Roça e Picada da Boa Vista até Felix Soares;

6.º) — Carlos Ritter, para a Picada dos Quevedos.

“Os eleitos, aceitando êstes lugares honorários, resolveram com os cidadãos presentes estabelecer a seguinte Carta de Deveres:

“*Artigo 1.º* — DEVERES DOS INSPECTORES

§ 1.º) — Cada Inspetor terá que zelar que no seu distrito se conserve em bom estado uma estrada de 4 braças de largura e que fiquem 8 braças livres de mato. Caso sejam necessários melhoramentos de maior importância, será avisado o Diretor que determinará o que fôr necessário.

§ 2.º) — Deverão os Inspetores procurar harmonizar qualquer desinteligência que surja entre os colonos; resolver amigavelmente qualquer perturbação da ordem pública. Não sendo possível, avisarão o Diretor.

§ 3.º) — Deverão os Inspetores comunicar ao Diretor os casamentos, nascimentos e óbitos que ocorram no seu distrito.

§ 4.º) — Deverão tornar conhecido em seu distrito qualquer edital ou determinação do Diretor.

§ 5.º) — Deverão insistir junto aos moradores do seu distrito para que mandem as crianças freqüentar as aulas com regularidade.

“Artigo 2.º — DEVERES DOS COLONOS

§ 1.º) — Para conservação das estradas será formada uma caixa comum, para a qual deverá cada morador concorrer com a quota que fôr estabelecida. Esta quota será fixada de acôrdo com a importância das despesas a realizar e é por enquanto fixada em 2\$000 por ano, pagáveis em duas prestações semestrais. Me-

diante essa contribuição, serão conservadas em bom estado tôdas as estradas da Colônia, devendo quaisquer obras ser adjudicadas a quem maiores vantagens oferecer.

§ 2.º) — Em caso de desinteligência, deverão as partes se apresentar em casa do Inspetor para conciliação.

§ 3.º) — Cada morador deverá comunicar ao Inspetor qualquer caso de nascimento, casamento ou óbito que ocorrer em sua residência, de acôrdo com o § 3.º do Artigo 1.º.

§ 4.º) — Os moradores deverão obedecer às determinações e editais do Inspetor, que serão entregues por êste a seu vizinho imediato, o qual é obrigado a passá-los adiante pela ordem das moradias.

§ 5.º) — Fundando-se qualquer escola ou igreja, deverá o respectivo regulamento ser estabelecido pelos moradores de acôrdo com o Diretor e ser então fielmente observado.

“Artigo 3.º —

Depois de dois anos se procederá a nova eleição dos Inspetores”. (Seguem-se as assinaturas dos presentes à reunião).

É um documento que se caracteriza pelo tom singelo e direto em que foi vasado. Mas é esta mesma simplicidade que o torna significativo, revelando o aspecto das relações entre os moradores de São Lourenço. Se, por um lado, é um exemplo modelar de democracia praticada nas pequenas comunidades, por outro evidencia o espírito de unidade, quase familiar, que dominava na Colônia e ilustra a forma pela qual eram resolvidos os problemas que iam surgindo no ambiente social em processo de crescimento.

E mostra como, longe da atenção das autoridades da administração oficial, os membros da pequena coletividade aprendiam a praticar a autonomia local. Outros exemplos do mesmo espírito e da mesma maneira de agir serão recapitulados a seguir, a propósito da fundação de escolas.

INSTRUÇÃO E CULTO

Uma das maiores carências experimentadas pelos imigrantes alemães que vinham radicar-se no Brasil, nas colônias agrícolas, era a de escolas para os filhos. Provinham de uma terra em que a instrução pública estava largamente difundida, onde a massa da população, mesmo nas classes humildes, reconhecia as vantagens e necessidade da educação, onde já se considerava inferior o indivíduo analfabeto, mal aparelhado para a vida. No Brasil daquela época, e mesmo até anos muito posteriores, falava-se com abundância nos benefícios e na necessidade da instrução; era tema farto de eloqüentes oradores políticos; mas a realidade estava longe de corresponder às palavras e às intenções. É sabido o sincero interesse que o Imperador, D. Pedro II, consagrava à causa da educação do povo e os esforços que fazia para difundi-la; mas êsse interesse não era suficiente para vencer os obstáculos criados pela vastidão do País e sua baixa

densidade de população, pela deficiência de recursos, pela inércia da burocracia e, em muitos casos, por preconceitos remanescentes de idéias antigas e difíceis de extirpar.

Nos próprios centros urbanos, as escolas eram insuficientes em número e mal aparelhadas em material didático e em pessoal docente. Nos distritos rurais eram quase inexistentes e as poucas que havia eram na maioria dos casos estabelecimentos particulares. A instrução elementar, primária, era atribuição das Províncias e os governos provinciais, com poucas verbas orçamentárias para êsse fim, localizavam de preferência as escolas que fundavam e mantinham, nos centros mais povoados, cidades e vilas. Não raras vêzes, a situação das escolas era determinada por injunções políticas, por interesses eleitorais.

Sendo esta a realidade, não é de admirar que os colonos de São Lourenço se decidissem a enfrentar o problema por sua própria iniciativa e com os seus recursos, em outra manifestação daquele mesmo espírito de que atrás se viu um exemplo a propósito do policiamento e registro dos fatos da vida civil. Guiados por Jacob Rheingantz, os moradores da Colônia de São Lourenço procuravam, dentro dos seus

meios e recursos, fazer o que competia à autoridade pública e era por esta descurado.

Em dias de agosto de 1862, reuniram-se em casa do Diretor 36 colonos para deliberar sobre a fundação e provimento de uma escola para as numerosas crianças da Colônia. As decisões tomadas nessa reunião foram reduzidas a têrmo num documento lavrado em alemão e cuja tradução é a seguinte:

“1.º — Para a construção de um edifício destinado à sede da Escola e localizado no terreno para êsse fim doado na Picada dos Moinhos, fica resolvido que cada colono contribuirá com a importância de 10\$000 por lote colonial de que seja possuidor.

2.º — A Caixa assim constituída ficará sob a guarda do Diretor.

3.º — Para realizar a construção do edifício escolar é nomeada uma comissão composta dos Srs. Bernardo Schneider, Georg Born, Wilhelm Nolter e Valentim Bauer.

4.º — A construção dêste edifício terá início em março de 1863.

5.º — Cada criança deverá freqüentar a escola dos 7 aos 13 anos, ou dos 8 aos 14 se fôr preferido. Os pais de meninas têm o direito de retirar as filhas da Escola um ano antes da idade fixada para os rapazes.

6.º — Para cada criança fica estabelecida a quota de 800 réis por mês, que será mensalmente paga pelos pais ao Professor.

As horas de aulas serão: no verão, das 8 às 11 da manhã e das 3 às 5 da tarde; no inverno, das 9 às 12 da manhã e das 2 às 4 da tarde. Não haverá aulas nas quartas-feiras e sábados.

7.º — Serão aceitas crianças de outras Picadas, devendo os pais pagar uma mensalidade a ser fixada, além de uma quota pela utilização do edifício escolar.

8.º — A designação de inspetores escolares, bem como outras disposições, serão feitas depois de concluídas as obras.

9.º — O Sr. Rheingantz fornecerá como sua contribuição as telhas para cobrir a casa.

“Colônia de São Lourenço, 7 de agosto de 1862”.

(Seguem-se 37 assinaturas, sendo a primeira do Sr. J. Rheingantz).

Pelo próprio contexto dêste têrmo, vê-se que Rheingantz, além das telhas por que se obrigava, doava ainda o terreno para a construção da Escola. É o que, aliás, confirma uma nota por êle posteriormente acrescentada e assinada de próprio punho, ao pé do documento, em que diz:

“N. B. — Declaro que em minha volta de Pelotas, trarei o título de propriedade do terreno doado para a Escola na Picada dos Moinhos e dêle farei entrega à Comissão; com a condição, porém, de que o prédio deverá estar concluído dentro de seis meses a partir desta data. Em caso contrário, voltará o terreno à minha propriedade. — Colônia de São Lourenço, 6 de janeiro de 1863 — J. Rheingantz.”

Tão grande foi o interêsse despertado pela iniciativa que, logo um mês depois de to-

mada a decisão, em setembro de 1862, um grupo de 40 colonos, não podendo no momento dispor da quantia de 10\$000, que lhe caberia como sua contribuição, dirigiu-se em abaixo-assinado ao Diretor, pedindo que lhes fosse adiantada essa importância, num total de 400\$000, a título de empréstimo a ser pago posteriormente nas condições usuais. Como de costume, Rheingantz atendeu ao pedido.

E assim foi construída a primeira Escola na Colônia de São Lourenço. O exemplo frutificou e, no decurso de breves anos, outras surgiram, graças aos esforços dos moradores, em diferentes zonas da Colônia, atendendo às necessidades da população infantil.

A solução não era integralmente satisfatória. O ensino apresentava deficiências inevitáveis. Não permitiam os recursos dos colonos contratar os serviços de professores aptos a dar à instrução o desenvolvimento necessário. A remuneração de 800 réis por aluno seria insuficiente como compensação. As condições de existência rústica numa Colônia não tentariam mestres afeitos ao conforto da vida urbana, a menos que a remuneração oferecida fosse realmente sedutora. Em tais condições, estavam os moradores de São Lourenço

reduzidos a usar a prata de casa, na expressão familiar mas altamente expressiva.

Os lugares de professores eram preenchidos por alguns dos próprios colonos, nem sempre dotados êles próprios de suficiente instrução. Nem sempre seriam mesmo os mais habilitados; mas aquêles que dispusessem de tempo ou que, por incapacidade física, não podiam consagrar-se a algum ofício ou dedicar-se inteiramente aos trabalhos da lavoura. Estas imperfeições estão agudamente apontadas num relatório de Carlos G. Rheingantz, que mais adiante se lerá. Era, porém, a única solução prática, nas condições existentes, e apesar de suas lacunas e defeitos, alguns resultados produzia. As crianças aprendiam, pelo menos, a ler, escrever e contar, além doutros rudimentos de noções gerais. Era a essência fundamental da instrução.

À clara visão de Jacob Rheingantz não escapavam as imperfeições da solução obrigada pelas contingências. E por isso, em todos os relatórios anuais que, como Diretor da Colônia, enviava ao governo da Província, insistia sobre a necessidade premente de ser a Colônia dotada de escolas públicas que a enquadrassem no sistema de Instrução do País.

De um desses relatórios extraímos o seguinte tópico altamente significativo:

“A instrução pública tem sido inteiramente esquecida nesta Colônia pelas autoridades superiores da Província.

“Existem dez escolas particulares, mantidas pelas comunidades não católicas das diversas Picadas. São elas frequentadas promiscuamente por alunos evangélicos de ambos os sexos.

“Nem todos os colonos, como é sabido, podem pagar escola para seus filhos. Daí resulta estarem crescendo numerosas crianças sem aprender a ler, conquanto, na atualidade, tanto se clame pela necessidade de instrução do povo.

“Seria muito útil a criação de cadeiras nas Picadas mais centrais onde os nacionais, filhos dos colonos, possam ao menos aprender o idioma da pátria que seus pais adotaram, para não serem vítimas dos intérpretes e de outros que vivem à custa deles, explorando a sua ignorância.”

Neste tópico, onde Rheingantz manifesta mais uma vez a sua preocupação com a necessidade de escolas públicas para a Colônia, vê-se que o número de escolas mantidas pelos colonos, à época em que foi escrito, já atingia a dez. Em 1877, ano da morte do Fundador da Colônia, já esse número se elevaria a dezesseis, tôdas fundadas e erigidas com o estímulo e o auxílio com que êle demonstrava o seu interêsse por esse aspecto da obra que realizava.

O que, porém, no trecho acima transcrito é merecedor de especial destaque é a referência à conveniência e necessidade de aprenderem os filhos de colonos, como naturais do País, a língua nacional, o idioma através do qual se integrariam na unidade pátria. Apreensivo, anteviu Rheingantz o problema que haveria de surgir no futuro e que tantos rios de tinta e torrentes de palavras havia de fazer correr: a existência dentro da nacionalidade de numerosos grupos de cidadãos brasileiros, muitos deles já da segunda e terceira geração, incapazes de se exprimirem no idioma do País. Esse problema chegou aos nossos dias, porque as condições observadas em São Lourenço ocorriam em todos os outros centros

de colonização germânica do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O problema, que tanto esforço tem custado para ser resolvido, teria sido evitado se, como preconizava Rheingantz, desde o início, em cada núcleo de colonização, tivesse sido fundada uma escola pública que, pelo menos, servisse para difundir entre os filhos dos imigrantes o conhecimento e uso da língua portuguesa.

Como ficou dito, em 1877 eram 16 as escolas particulares mantidas pelos moradores nas várias Picadas da Colônia de São Lourenço. Por essa época, vinte anos depois de fundada a Colônia, atendendo por fim às constantes reclamações de Jacob Rheingantz, já nela estava localizada uma escola pública. Uma só. E essa mesma não estava provida de professor.

Não pode haver maior evidência daquela indiferença ou descaso, para não dizer hostilidade, a que atrás se fez alusão, com que as autoridades públicas da época olhavam o crescimento e progresso de uma colônia de iniciativa particular.

Não fôsse a tenacidade de Rheingantz e a confiança que êle depositava no seu em-

preendimento, e muito possivelmente teria sido arrastado à mesma atitude desiludida do Dr. Blumenau entregando à administração do Governo Imperial a colônia que fundara, contentando-se com assistir ao seu desenvolvimento como simples funcionário do mesmo governo. Mas Jacob Rheingantz era de outra fibra. Teimou. Teimou e venceu.

Além da necessidade de escolas para as crianças, outro problema se manifestava na Colônia a pedir solução: o do exercício ou prática da religião. Esta questão era mais complexa do que a relativa às escolas. De origem germânica na sua quase totalidade, os povoadores de São Lourenço tinham idéias mais ou menos uniformes e idênticas em matéria dos requisitos da instrução elementar. Não havia divergências sensíveis em referência ao que devia ser ensinado às crianças na escola primária. O problema se reduzia à questão material de local e à carência de professores aptos.

Já em relação ao culto religioso, havia a considerar a diversidade de crenças e de seitas. Embora a grande maioria dos Colonos fôsse protestante, existia uma parcela considerável de católicos. E os primeiros estavam

divididos entre várias denominações evangélicas. Por uma informação de 1864, vê-se que havia na Colônia 1.637 protestantes e 366 católicos, além de outros habitantes que não declararam as respectivas religiões.

Em tais condições, Rheingantz não quis, acertadamente, tomar qualquer iniciativa que poderia ser interpretada como favorecendo a um culto em detrimento de outro. Preferiu deixar que os próprios colonos resolvessem por acôrdo entre si, prontificando-se, entretanto, a auxiliar a realização material do que decidissem em relação à construção de capelas ou casas de oração de um ou outro culto. É assim que, em 1863 ou no ano seguinte, fazia doação de uma área de terreno, na picada dos Moinhos, a fim de ser utilizada para fins relacionados com o exercício da religião. Não havendo, porém, os moradores entrado em acôrdo, Jacob Rheingantz, com o propósito de estimulá-los e ajudar a resolver as divergências, no ano seguinte ampliava a doação, sob a forma da seguinte proposta:

“Não tendo os habitantes da Colônia podido chegar a um acôrdo em relação à edificação de igrejas, resolvi procurar efe-

tuar a realização de tão grande necessidade mediante as seguintes condições por mim propostas:

1.º — Doarei a cada religião seis mil braças quadradas de terras na entrada da Picada Boa Vista canto da Picada dos Moinhos, ao lado direito para uma e ao lado esquerdo para outra religião, devendo ser vendido pelo melhor preço o terreno já por mim concedido para êsse fim na Picada dos Moinhos, em frente à casa de B. Schneider, e o produto da venda aplicado em partes iguais à construção de duas capelas.

2.º — Cada cidadão, com ou sem família, que subscrever êste documento, ficará com sua parte proporcional nas terras doadas e nas capelas, devendo concorrer para a construção com uma quota que poderei adiantar a quem o desejar.

3.º — Aquêles que não quiserem assinar êste documento e pretenderem fazê-lo mais tarde, terão que adquirir a participação, sujeitando-se às condições que então vigorarem.

4.º — Êste documento será apresentado a todos os moradores (inclusive viú-

vas) para ser assinado, e em seguida será convocada uma reunião dos subscritores para deliberar sobre a construção.”

O documento transcrito está datado de 30 de novembro de 1865 e traz a assinatura de J. Rheingantz.

Apesar de ser evidentemente uma proposta generosa que facilitaria a construção de templos para os fiéis dos dois cultos praticados na Colônia, ainda assim não conseguiu conciliar os interesses pessoais e as mesquinhas rivalidades que alguns dos moradores instigavam.

No meio tempo, alguns desses elementos perturbadores, que sempre aparecem em todas as coletividades, com objetivos pouco claros, dirigiam-se ao Governo da Província solicitando subvenção para a construção de uma capela. Em 26 de setembro de 1866, o Governo provincial dirigia-se ao Diretor da Colônia pedindo a planta e o orçamento da referida construção e querendo saber a quanto montava a importância já arrecadada entre os colonos para esse fim. Respondeu Rheingantz, em 1.º de novembro, informando que nada sabia a respeito, não existindo nenhuma

planta ou projeto de capela, nem qualquer importância que êle tivesse sob sua guarda.

Não tendo conseguido obter da administração provincial a suposta subvenção, deslocaram-se para a Capital do Império os indivíduos que pretendiam utilizar-se em seu próprio proveito das dúvidas e hesitações que cercavam a construção de um templo na Colônia. Com surpresa, em começos de 1867 recebia Jacob Rheingantz o seguinte ofício da Presidência da Província:

“Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Palácio do Governo em Pôrto Alegre, 23 de fevereiro de 1867 — Comunicando-me o Exmo. Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por aviso de 22 de janeiro último, se terem apresentado na Côrte alguns colonos estabelecidos nessa Colônia sob pretexto de agenciar donativos para a construção da igreja católica, Casa de Oração protestante e outros interesses da referida Colônia, cumpre que Vmcê. faça obstar as viagens de tais indivíduos, que não devem contar com o auxílio das passagens gratuitas nem de outro qualquer gênero

quando pedido isoladamente e não por Vmcê. como Diretor daquele estabelecimento; e mesmo neste caso devem ser enviados ao Governo Imperial por intermédio desta Presidência.

“Por esta ocasião, lembro a Vmcê. a conveniência de prestar as informações que foram pedidas em ofício de 26 de setembro do ano passado, relativamente à Capela que tem de construir-se nessa Colônia para celebração dos atos religiosos.

“Deus guarde a Vmcê. — *Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.*”

A êsse ofício respondeu prontamente Jacob Rheingantz, em data de 9 de março do mesmo ano, nos seguintes têrmos:

“Exmo. Sr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, DD. Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande, em Pôrto Alegre —

“Respondendo ao ofício de V. Ex. datado de 23 de fevereiro, tenho a declarar que procurei impedir que colonos fôsem pedir donativos para edificar igrejas nes-

ta Colônia; mas como êles tiveram a proteção das autoridades locais, nada pude fazer para evitar a ida dêles.

“Ao ofício de 26 de setembro do ano passado, dessa Presidência, respondi em 1.º de novembro que nada sabia sôbre planta e orçamento da igreja, que ainda hoje não há. Sei, porém, que certos indivíduos têm recebido donativos sem dar contas a ninguém do que receberam. Um dêstes é o colono José Pons, belga, que se calcula ter recebido de dois a três contos de réis que está utilizando em suas despesas particulares. Outros, de nome Guilherme Kath e Jeremias Osterberg, de menor receita, seguem o mesmo sistema.

“Êste último e o mencionado José Pons têm feito reuniões para convencer os colonos de que não deverão cumprir as condições dos contratos que têm para comigo. As minhas reclamações sôbre o assunto às autoridades competentes têm sido baldadas.

“Das necessidades que há, de igrejas e outras, mais tarde informarei a V. Excia. — Deus guarde a V. Excia. — Jacob Rheingantz.”

Resolvido a pôr têrmo a essas desagradáveis ocorrências, o Diretor da Colônia procurou entrar em entendimento com os elementos católicos mais cordatos e menos divididos por dissensões pessoais. E a 28 de maio daquele mesmo ano de 1867, reiterava a proposta já anteriormente feita, ampliando-a, nestes têrmos:

“Animado pelo desejo sincero de atender, de acôrdo com os colonos de religião católica, à necessidade de se erigir uma igreja católica na Colônia de São Lourenço, resolvi de novo propor à comunidade católica a oferta já anteriormente feita e que naufragou perante a indecisão e desunião dos colonos. Acrescento agora algumas modificações que parecem convenientes e espero que esta proposta bem intencionada não seja de novo recusada, para que a idéia possa ter rápida realização. Proponho o seguinte:

1.º — Obrigó-me a fornecer à comunidade católica, para a construção de uma igreja ou capela, a área de seis mil braças quadradas no encontro das Picadas dos Moinhos e da Boa Vista; ou, se fôr

preferido, um têrço de colônia, ou mesmo meia colônia, no fim desta última picada.

2.º — Obrigó-me a coadjuvar as despesas com a construção com a quantia de 500\$000 em nome de minha mulher; mas só entregarei essa importância quando a igreja estiver coberta de telhado.”

A êsses dois parágrafos, seguiam-se mais alguns que eram, praticamente, reprodução de condições da proposta anterior e que, por isso, não são aqui transcritos.

E assim foi construída a primeira capela católica na Colônia de São Lourenço. Poucos anos depois, outra foi erigida. Os colonos de confissão protestante, entretanto, embora mais numerosos, não conseguiram entrar em entendimento para harmonizar as suas diferenças de opinião ou de interêsses, e por muitos anos não ergueram um templo ou casa de oração. Realizavam as cerimônias do culto evangélico nos edifícios das escolas onde se reuniam aos domingos.

Não havia na Colônia sacerdotes residentes de um ou outro culto. De tempos a tempos, as capelas católicas eram servidas por padres missionários, geralmente alemães, que vi-

nham praticar os atos litúrgicos e administrar os sacramentos. Por ocasião dessas visitas de missionários, realizavam-se numerosos casamentos e batizados e várias festividades.

Também ministros protestantes, de Pelotas ou Rio Grande, ocasionalmente compareciam à Colônia, efetuando prédicas e ministrando sacramentos. Nos longos intervalos entre estas visitas, a instrução religiosa e as prédicas dominicais, aos evangélicos, eram praticadas por um antigo alfaiate que, para isso, obtivera uma provisão das autoridades provinciais. Sobre a figura pitoresca deste pastor improvisado, encontra-se adiante, no Relatório de Carlos G. Rheingantz, curiosa referência.

TEMPESTADE E BONANÇA

A Colônia crescia e prosperava. A área territorial fôra dividida tôda ela em lotes e a maioria dêstes já se encontrava em produção, arroteados em lavouras variadas. Além dos trabalhos agrícolas, a que se consagrava a maioria da população, surgiam pequenas indústrias rurais para satisfazer às necessidades dos moradores. A vila de São Lourenço e as cidades de Pelotas e Rio Grande constituíam mercados que absorviam tôda a produção da Colônia de que grande parte era, dêstes mercados, exportada para praças mais distantes onde os gêneros de São Lourenço adquiriam prestígio pela sua qualidade. A situação econômica era sólida e promissora e muitos colonos já manifestavam indícios de acentuada prosperidade no apuro das residências e no maior conforto que proporcionavam às suas famílias. A vida corria serena e mansa sob o regime quase patriarcal que ficou esboçado nas páginas anteriores.

Essa tranqüilidade, entretanto, no final daquele ano de 1867, ia ser fundamente perturbada por uma tempestade que, embora passageira e felizmente dominada, causou amargo desgosto, maior do que os graves prejuízos materiais sofridos, ao criador da Colônia.

A população crescia rapidamente. Era inevitável que, com o afluxo de novos moradores, se introduzissem elementos indisciplinados e provocadores de perturbações. Em tôdas as coletividades humanas surgem sempre indivíduos prejudiciais cujo temperamento, atizado por êste ou aquêle motivo, os leva a combater e tentar destruir a ordem e harmonia do organismo de que fazem parte. Podem ser movidos por pura perversidade de instintos, ou por mal orientada necessidade de auto-afirmação, ou por ambições insatisfeitas e interêsses contrariados; mas êles sempre aparecem. Com o adensamento de sua população, a Colônia de São Lourenço não podia escapar a essa contingência de tôdas as sociedades.

Rheingantz bem o percebia. Sabia que chegaria um momento em que a sua autoridade, baseada quase exclusivamente na fôrça moral e no seu prestígio pessoal de fundador



Igreja do Boqueirão, na Colônia de São Lourenço

e patriarca, não seria suficiente para conter os pruridos de insubordinação dos elementos que na desordem encontram o clima propício à expansão de seus instintos malévolos. Não deixava, nunca, por isso, nos relatórios anuais e noutras ocasiões, de insistir junto aos poderes da Província sôbre a necessidade de existir na Colônia autoridade legal para exercer a imprescindível ação de polícia. Ainda no ofício, atrás transcrito, sôbre a construção de igrejas, apontava êle nominalmente alguns dos elementos perturbadores e lembrava terem sido inúteis tôdas as suas reclamações anteriores sôbre o assunto.

Finalmente, em novembro de 1867, atendendo às reiteradas e insistentes solicitações de Rheingantz, o Govêrno provincial mandou para a Colônia um pequeno destacamento policial sob o comando do Tenente Francisco Dirceu Marinho de Sá Queirós. Era um oficial distinto e bem intencionado; mas demasiado ríspido e autoritário que, além de desconhecer o ambiente, ignorava totalmente o idioma alemão. Via-se assim na contingência de só se poder entender com os colonos postos sob a sua jurisdição por meio de intérpretes, o que era lamentável, facilitando a

mútua incompreensão. Querendo afirmar a sua autoridade, mandou traduzir para o alemão e afixar o seguinte Edital:

“O Tenente abaixo assinado, comandante do Destacamento de Polícia no 5.º Distrito da cidade de Pelotas, estacionado na Colônia de São Lourenço, determina que se observe o seguinte neste Distrito de sua jurisdição:

1.º — Proíbe que os habitantes do Distrito se apresentem armados, sob pena de lhes serem confiscadas as armas e os proprietários recolhidos ao quartel do destacamento.

2.º — Ordena que, nos casos de falecimentos ocorridos na Colônia, os parentes ou amigos do falecido lhe comuniquem o fato sem demora.

3.º — Não se farão enterros sem que previamente lhe seja apresentado um atestado de óbito passado por médico residente na Colônia, ou por outro médico.

4.º — Proíbe que se realizem bailes públicos ou particulares na Colônia sem sua prévia licença.

5.º — Proíbe, sob pena de prisão, ajuntamentos de mais de 3 (três) pessoas, como também quaisquer jogos nas vendas.

Quartel do Destacamento Policial do 5.º Distrito da cidade de Pelotas, na Colônia de São Lourenço, em 25 de novembro de 1867 — assinado — *Francisco Dirceu Marinho de Sá Queirós.*”

Este Edital desagradou aos colonos. Não só pelos termos arrogantes em que era vassado, como por vir contrariar hábitos e usos já enraizados. A exigência de atestado médico para sepultamentos; os dispositivos sobre os bailes, que eram freqüentes e costumeiros como uma das poucas diversões que tinham os moradores; a proibição do jôgo nas vendas, onde era usual, e a limitação dos agrupamentos a um máximo de três pessoas, tôdas estas eram consideradas medidas arbitrarias e irritantes. Um sussurro de murmurações percorreu as Picadas.

Dêsse descontentamento aproveitaram-se os elementos perturbadores para insuflar nos habitantes da Colônia um sentimento de revolta e propagar a insubordinação. Insti-

garam ressentimentos, fomentaram animosidades, exploraram a ignorância de uns e as ambições de outros, instilaram desconfianças. Na véspera do Natal, quando muitos dos colonos, tendo-se excedido nas libações festivas em celebração da data, estavam incapazes de raciocinar, explodiu a desordem.

Um grupo numeroso, conduzido pelos cabeças da arruaça, atacou o destacamento policial, desarmando os três ou quatro praças que o compunham e apoderando-se das armas. Em seguida, entregaram-se os desordeiros a tôda a sorte de tropelias, arrombando as portas que se fechavam à sua aproximação, invadindo as vendas para apoderar-se de bebidas e, por fim, dirigindo-se à casa do Diretor, residência da Família, com o propósito de incendiá-la. Felizmente, no meio dos amotinados, encontrava-se uma porção numerosa de elementos moderados, muitos que haviam acompanhado o grupo por mera curiosidade e outros que apenas cediam a um espírito de desordem sem maldade. Intervindo, êstes impediram que fôsse consumado o crime.

Os arruaceiros, porém, invadiram a casa, causaram prejuízos sérios ao mobiliário e às instalações e, por fim exigiram a presença

de Rheingantz de quem, sob ameaças e coação, extorquiram a assinatura de supostos documentos em que se comprometia a devolver importâncias recebidas, alegadamente em excesso, no pagamento de lotes coloniais ou a dar quitação de dívidas.

A conselho do professor F. Sellin, que se achava presente, para evitar mal maior, submeteu-se Jacob Rheingantz a essa imposição ultrajante, a que de início se recusara peremptoriamente. Lembrou-lhe, porém, o professor a presença da família que se achava recolhida aos aposentos interiores da casa.

Na sua ignorância, cometeram os amotinados um êrro fatal. Pensando dar-lhes assim valor legal, exigiram do Tenente comandante do destacamento que assinasse, como testemunha, os papéis que extorquiam. Tornaram assim o oficial testemunha da coação sob a qual haviam sido conseguidos os documentos e que os anulava.

Rheingantz, levando a família, retirou-se para a vila de São Lourenço e, logo a seguir, para a cidade do Rio Grande, abandonando a Colônia à anarquia, por não dispor de fôrças suficientes para restabelecer a ordem.

Chegadas as coisas a êsse ponto, ao ter conhecimento dos fatos que ocorriam, o govêrno provincial decidiu-se a tomar providências enérgicas. Nos primeiros dias de janeiro, a mandado do Presidente Homem de Melo, chegava a São Lourenço o Barão de Kahlden, diretor da Colônia de Santo Ângelo, comissionado pelo govêrno para presidir ao inquérito e assumir, interinamente, a direção de São Lourenço. Com o barão veio o próprio Chefe de Polícia da Província acompanhado por uma fôrça de 68 praças.

A ordem foi prontamente restabelecida. Os cinco cabeças principais do motim, desordeiros confirmados, foram presos e removidos para Pelotas onde foram processados. Verificou-se que a enorme maioria de colonos, trabalhadora e ponderada, condenava o movimento de insubordinação para o qual não via justificativa. Era mais um exemplo dos casos em que uma minoria ativa e audaz consegue momentâneamente dominar uma situação ante a passividade da maioria sensata mas inerte. Os atos de violência que geralmente se seguem, quando ocorrem semelhantes condições, são produto da turbulência irracional das multidões, excitada pelos agitadores. De

tais atos, passado o tumulto, se arrependem e envergonham muitos dos que neles tomaram parte, sem compreender como, numa espécie de delírio, a êles se deixaram arrastar.

Foi o que sucedeu em São Lourenço. Afastados os principais promotores do motim, foi fácil ao comissário do Govêrno restabelecer a tranqüilidade, fazendo ver aos colonos a improcedência de suas supostas reivindicações e a sem-razão da insubordinação. Algumas reclamações e divergências, que se originavam na imprecisão dos limites de vários lotes coloniais, dando margem a conflitos entre vizinhos que se julgavam prejudicados, foram fàcilmente resolvidas pela rigorosa demarcação das divisas. Verificou-se então que as dúvidas provinham de acidentes do terreno e que todos os lotes estavam determinados, nenhum colono tendo recebido menor área do que a constante do seu contrato, como propalavam os agitadores.

Ao fim de alguns meses conseguira o Barão de Kahlden serenar todos os ânimos e restaurar na Colônia as antigas condições de harmonia e trabalho. Dando por encerrada a sua missão, dirigiu-se à cidade do Rio Gran-

de para chamar Jacob Rheingantz a fim de reassumir a direção da Colônia.

É natural que, ressentido e magoado com o procedimento dos colonos, ferido pela ingratição de muitos que lhe deviam grandes favores e serviços, Rheingantz houvesse pensado, mesmo com grave dano para o seu patrimônio, em liquidar a empresa e se recusasse a princípio a regressar ao ambiente em que sofrera tão grande decepção. Cuidaria de entregar a outrem os encargos de direção.

Ante a insistência e os argumentos, tenazmente expostos, do Barão de Kahlden, acedeu por fim. Vencendo o ressentimento muito compreensível, dominou a consideração de que era aquela a sua obra, a que havia consagrado longos anos de vida e trabalho, todas as suas energias e capacidade e a que se dedicara com amor e esperança. Nenhum outro a completaria como êle a havia projetado. Não poderia transferir a um estranho o idealismo com que a concebera e o carinhoso devotamento com que da aspereza agreste da mata virgem fizera surgir uma comunidade humana encaminhando-a, desde o nascedouro, para um futuro próspero e feliz. Voltou.

Levando toda a família, voltou serenamente a instalar-se de novo na mansão que construira no centro da Colônia, como se nada houvesse acontecido. E como se nada houvesse acontecido, a existência da coletividade retomou o ritmo normal. A tempestade passara sem deixar vestígios duradouros.

Seguiram-se anos de labor fecundo. A Colônia prosperava francamente. A exportação dos seus produtos atingia à cifra de quatrocentos contos anualmente, quantia muito considerável para a época. Todos os lotes da demarcação primitiva estavam povoados e a população já excedia de cinco mil adultos. Havia pretendentes a localizar-se na Colônia e que não poderiam ser atendidos pela falta de lotes disponíveis.

Diante dos resultados colhidos, Jacob Rheingantz tomou a resolução de expandir e ampliar o seu empreendimento, adquirindo áreas contíguas para abri-las ao trabalho agrícola. Em 1871, adquiria a Manuel Matias da Terra Velha uma extensão de um quarto de légua de frente por meia légua de fundo entre os arroios Grande e Pimenta. Poucos meses depois, em janeiro do ano seguinte, comprava a Felisberto Inácio da Cunha, no

lugar chamado Serrito, meia légua quadrada de terrenos lavrados. Foram uma e outras, a seu requerimento, judicialmente medidas e demarcadas respectivamente em 1874 e 1875.

Não eram, porém, essas duas áreas suficientes para os projetos de expansão da Colônia, que Rheingantz imaginara. Pretendia dar-lhe um desenvolvimento que, se não chegasse a duplicar a extensão original, ao menos lhe desse a possibilidade de crescer largamente. Dirigiu-se ao Governo Imperial para adquirir outra extensão de terras devolutas em continuação das que formavam a Colônia. E em 29 de agosto de 1873, o Ministério da Agricultura oficiava ao Presidente da Província mandando entregar a Jacob Rheingantz, pelo preço de um real a braça quadrada, as sobras de terras devolutas na Serra dos Tapes na extensão de quatro léguas quadradas.

A medição dessas terras, efetuada sob a fiscalização do Juiz Comissário das Terras Públicas em Pelotas, Luís Augusto Pereira de Campos, foi homologada pelo Presidente da Província, Dr. José Antônio de Azevedo Castro, em 26 de setembro de 1875. Verificou-se então que as terras devolutas medidas apenas

abrangiam a extensão de 18.343.600 metros quadrados, longe de cobrir as quatro léguas quadradas do trato. Repetia-se o que já ocorrera na primeira concessão. Rheingantz viu-se obrigado a comprar terrenos de particulares para conseguir a continuidade superficial de suas terras e dar à Colônia a amplitude que projetara. Como ficou mencionado noutra lugar, só em 1892, já sob o regime republicano, a Câmara dos Deputados votou a verba para a indenização, aos herdeiros de Jacob Rheingantz, pelas terras que êle comprara ao governo e não recebera.

Obtida a posse incontestável das novas áreas, deu Rheingantz início ao seu plano de desdobramento da Colônia. Mandou traçar novas Picadas e demarcar lotes; iniciou a abertura de estradas e caminhos; tudo preparou para assegurar a esta nova fase do seu empreendimento a melhor e mais eficaz realização, pondo em prática a experiência adquirida na abertura da Colônia original. E passou a preocupar-se com a seleção rigorosa de elementos capazes e idôneos para povoar as novas terras.

Convinha-lhe estudar pessoalmente as novas condições da Alemanha, depois das mo-

dificações conseqüentes à guerra de 1870. Certo de que a Colônia, tranqüila e próspera, progredia em ordem e podia dispensar, por algum tempo, a sua presença contínua e tendo para êsse fim tomado as providências que lhe pareceram necessárias embarcou para a Europa.

Havia vinte anos que não visitava a terra natal.

A MORTE DO FUNDADOR

Pouco depois de haver chegado à Alemanha, a 15 de julho de 1877, falecia inesperadamente, em Hamburgo, Jacob Rheingantz, quando se consagrava aos trabalhos para ampliação e desenvolvimento da colônia que fundara.

Esta morte prematura, pois contava apenas 60 anos de idade, constituiu grande e sensível perda. Estava êle na plena posse de seus poderes mentais e de sua capacidade de trabalho. Muito ainda havia a esperar da sua energia, da sua visão realista e ampla, da sua infatigável dedicação e da confiança que depositava na obra por êle empreendida e do sincero amor à terra que adotara e a que havia dado tudo o de que era capaz e mais ainda pretendia dar.

Foi uma perda para o Brasil e, especialmente para o Rio Grande do Sul onde Rheingantz empregara a sua intensa atividade durante mais de metade da existência, trinta e

quatro anos de fecundo e exaustivo trabalho, sem nunca se deixar esmorecer pelos obstáculos e dificuldades, convencido de que realizava uma obra meritória e necessária que serviria de lição e exemplo. Muitos anos mais tarde, diante dos resultados da iniciativa, um julgador imparcial, o Barão de Lucena, teria ensêjo de declarar: “*A Colônia de São Lourenço é hoje um prodígio e Jacob Rheingantz foi um benemérito.*”

Inesperada como foi, a morte de Rheingantz significou um choque violento, não apenas para a sua família e o círculo de sua intimidade, mas para o próprio organismo que êle criara e o seu espírito animava. Tão sólidos, porém, eram os alicerces sôbre que havia erguido o seu empreendimento, tão acertadamente traçadas as linhas mestras do seu desenvolvimento, tão bem previstas as condições que poderiam surgir, que a obra se manteve intata e não esmoreceu o ritmo de progresso da Colônia.

Hoje, quando se comemora o centenário da fundação, as condições atuais de São Lourenço constituem o mais digno monumento à memória do Fundador e o magnífico atestado do acêrto de suas previsões e da orien-

tação que imprimira à sua iniciativa. Não se afastando das diretrizes por êle traçadas, os seus sucessores levaram a têrmo a obra como êle a havia concebido, enraizando no solo riograndense um núcleo forte de população laboriosa, ordeira e feliz.

Do estado e situação da Colônia por ocasião da morte de Jacob Rheingantz nenhuma exposição poderia ser mais pertinente do que o Relatório que, já em 24 de outubro daquele mesmo ano de 1877, ao Presidente da Província apresentava Carlos G. Rheingantz e ao qual, em páginas anteriores, foram feitas referências. Foram os seguintes, transcritos na íntegra, os têrmos da referida exposição:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor — Em cumprimento ao que V. S. determina em seu ofício de 5 de setembro, apresento o incluso Mapa da Colônia de São Lourenço, que ousou acompanhar do seguinte relatório.

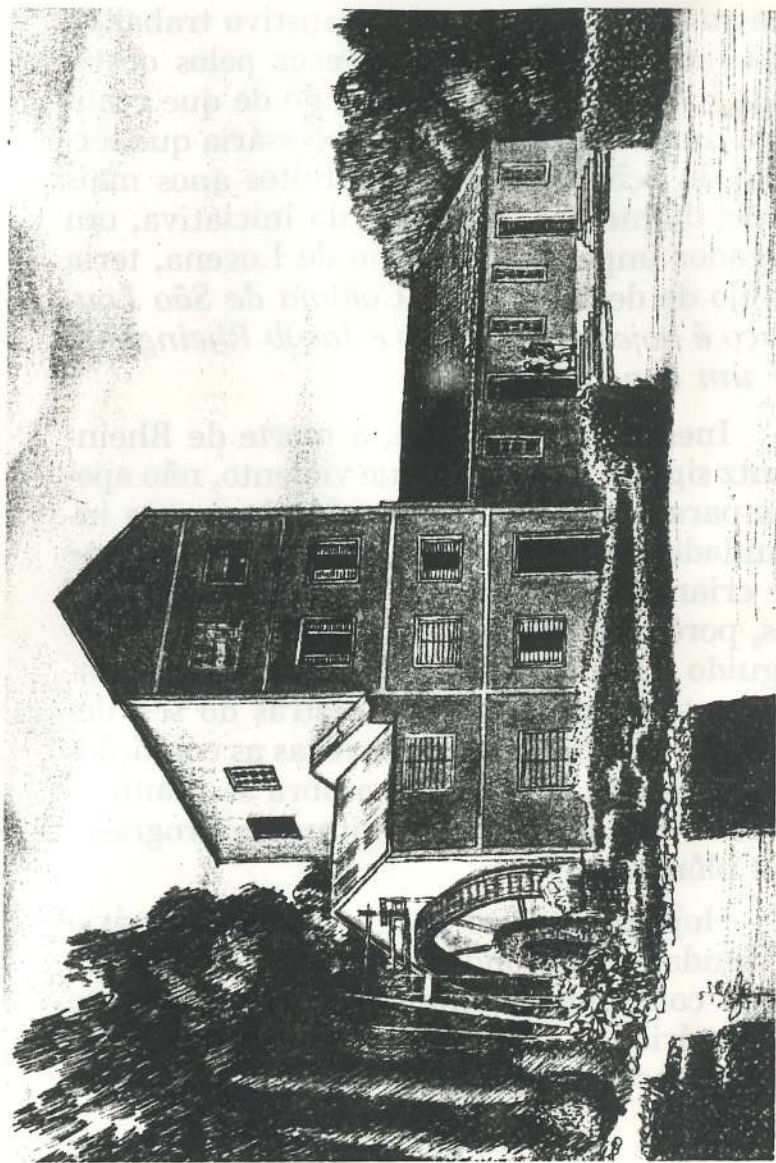
“A Colônia de São Lourenço foi fundada em 1857, tendo para êste fim meu falecido pai contratado com o Governo Imperial a compra de oito léguas quadradas de terras situadas na Serra dos Tapes.

“Os poucos anos decorridos desde 1857 foram suficientes — graças à magnífica escolha do terreno e à atividade do seu empresário — para colocar a Colônia em posição invejável.

“A Colônia de São Lourenço tem tido um progresso como poucas outras, o que prova a sua população de 6.130 adultos, em sua quase totalidade alemães e na maioria filhos da Pomerânia. Não há exagêro em dizer que nesta Colônia todo homem trabalhador pode, não só ganhar a sua subsistência como, em pouco tempo, juntar um pequeno capital. Centenas de exemplos comprovam esta asserção.

“Há na Colônia grande número de colonos que, tendo chegado sem recursos, e alguns mesmo devendo adiantamentos, hoje não só possuem um ou mais lotes coloniais, com casa, galpões, carretas, animais, etc., como também têm acumulado um pecúlio de vários contos de réis.

“É natural que entre tão crescido número de habitantes, também haja vadios e maus que aborrecem o trabalho e, por isso, não melhoram suas circunstâncias e



condições. Êstes muitas vêzes se tornam inimigos da ordem pública e constituem mau exemplo para os outros. Como, porém, seu número é diminuto, não podem prejudicar sèriamente o progresso da Colônia, principalmente porque os outros colonos já conhecem os inconvenientes que há em seguir às cegas quaisquer conselhos de elementos prejudiciais.

“Repito que o estado material da Colônia é o mais lisonjeiro que se possa de-sejar e que, se os Poderes competentes não continuarem a deixá-la abandonada a si mesma, o seu futuro será brilhante.

“Os produtos que os habitantes colhem e oferecem à venda são principalmente: Milho, feijão, batatas, trigo, aveia, cevada, manteiga, toucinho, banha, presuntos, ovos, galinhas, madeiras e lenha. Tem a Colônia em immediata vizinhança a cidade de Pelotas para onde perto de duzentas carretas pertencentes aos próprios colonos levam, duas vêzes por semana, êsses gêneros de produção local. Tem, além disso, os mercados do Pôrto de São Lourenço (onde os gêneros são embarcados para o Rio Grande) e de Can-

guçu e da Campanha. O valor da produção da Colônia pode ser calculado entre 300 e 400 contos por ano.

“Há entre os colonos muitos que se dedicam a diferentes ofícios, dos quais merecem especial menção os ferreiros dos quais alguns já trabalham até para localidades de Campanha. Existem na Colônia 16 negociantes, 10 ferreiros, 12 carpinteiros e marceneiros, 4 curtidores, 4 seleiros, 3 padeiros. Trabalham na moagem dos produtos, 5 moinhos movidos a água e um a vapor.

“A Colônia possui uma escola pública que se acha, porém, acéfala. Escolas particulares, há dezesseis.

“Existem duas capelas católicas. A maioria protestante não possui templo. Há um pastor protestante, mas não há padre católico.

“Tão satisfatório é o estado material da Colônia, tão florescente ela se apresenta, tão boas esperanças para o futuro oferece, tudo são motivos para um sério exame por parte dos Poderes competentes do seu estado moral, para atender à abso-

luta falta de Justiça, à necessidade de instrução conveniente, aos abusos que se verificam em relação ao exercício do culto. Deve-se reconhecer que sob êste aspecto (o seu estado moral), a Colônia se acha em desamparo completo e no melhor caminho para que se rompam os freios da ordem e da moral. Não fôsse a boa índole dos colonos escolhidos para povoá-la e tristes fatos já se teriam dado talvez.

“Que será, porém, da Colônia quando os atuais habitantes, acostumados aos rigores da administração pública em sua pátria de origem, cederem o lugar aos seus filhos criados na completa ignorância das leis e até do idioma do seu país? — Semelhante estado de coisas foi previsto pelo empresário que sempre reclamava a nomeação de autoridades capazes, sem ver atendidas as suas solicitações.

“Os colonos, principalmente os pomerânios, enxergavam em meu falecido pai, além do possuidor das terras, a pessoa investida de autoridade legal, porque na Pomerânia os senhores das terras exerciam uma autoridade patrimonial. O fato, entretanto, é que nenhuma obrigação

desta espécie existe na colônia particular (no Brasil) entre o colono e o fundador da Colônia. E muito menos, agora, entre a Colônia e os herdeiros do Fundador.

“Sem quaisquer relações com as autoridades, sem conhecimento das leis do País, viam os colonos na pessoa do meu falecido pai o encarregado do Govêrno e dêle esperavam e exigiam — ilegalmente, por mal informados que estavam — não só a proteção legal, como o cuidado pelos seus interêsses materiais e morais em assuntos que só ao Estado competiam.

“Mesmo depois da divisão do 5.º Distrito e da nomeação do Subdelegado, permaneceu esta suposição, apoiada pela necessidade que teve meu pai de se antepor aos abusos de autoridades que aproveitavam o poder de que estavam investidas para cometer tôda a sorte de arbitrariedades.

“Os vizinhos brasileiros da Colônia de mais conceito não querem aceitar o cargo de Subdelegado para evitar os muitos incômodos e porque não conhecem o idioma alemão. Prova é que o último

nomeado e seus três suplentes todos recusaram o cargo.

“Que idéia vão formando os colonos das autoridades do País, quando vêem cometidos sob o manto da lei todos os abusos possíveis? Recorriam ao falecido empresário que, por sua vez, se dirigia ao Govêrno, do qual, aliás, raras vêzes recebia respostas.

“Que poderão agora fazer os herdeiros, se não fôrem constituídas autoridades que possam entender-se com os colonos e merecer o respeito dêles? — Para tirar aos colonos a falsa suposição de que ao empresário compete zelar pela ordem pública, pela instrução e pelo culto, é necessário que o Govêrno providencie uma representação enérgica e justiceira do poder legal e uma sã organização das escolas e das igrejas.

“Independentes do Subdelegado, existem em cada Picada, eleitos anualmente pelos colonos entre si, três inspectores que têm o dever de manter o sossêgo público e o encargo de cobrar as espórtulas para as escolas e o culto. Pôsto que quase sempre possuídas da melhor boa

vontade, não são pessoas habilitadas a suprir a falta de boas autoridades investidas de poder legal. Prova, porém, o fato que na maioria dos colonos ainda prevalece o espírito de ordem. Mas um tal sistema de *self-government* convirá ao Governo?

“Não pretendo recordar os abusos sem fim cometidos pelo último Subdelegado. Dêles já o falecido empresário deu parte ao Governo Provincial. Para exemplificar o que ficou dito, basta registrar que, meses depois de demitido, o referido Subdelegado ainda, há poucas semanas, se apresentou na Colônia no papel de autoridade. Por ocasião de uma rixa entre dois colonos da Picada dos Quevedos, mandou amarrar os contendores, em hora em que os vizinhos estavam trabalhando no mato, para sob a ameaça de cadeia extorquir-lhes dinheiro.

“Que idéia podem fazer os colonos das autoridades, se uma estrada tapada há um ano pelo mesmo Subdelegado e mandada abrir diversas vezes pelo empresário, se conserva fechada, não obstante repetidos requerimentos à Câmara

Municipal de Pelotas? — É verdade que esta Câmara mandou, há seis meses, examinar o assunto, sem entretanto dar solução até hoje, tornando assim ainda pior o mal. Na última vez em que o empresário, antes de embarcar para a Europa, mandou abrir a dita estrada, o referido Subdelegado se opôs com força armada.

“Tão desprestigiada ficou a autoridade que é natural que pessoas respeitáveis se recusem a aceitar o cargo. E, realmente, como se pode esperar que um homem que tem suas ocupações, que reside longe da Colônia, que não conhece o idioma alemão, se preste a essas funções?

“Quanto aos resultados obtidos com as Escolas de São Lourenço, abstenho-me de dar opinião, por não ter acompanhado o ensino. Posso, porém, afirmar que, com uma ou duas exceções, os professôres não possuem a educação necessária para dar cabal desempenho às suas funções. A maior parte dêles nunca frequentou senão alguma aula rudimentar de aldeia. Por aí se pode julgar o provável aproveitamento dos discípulos. Nas mãos de indivíduos que apenas receberam uma edu-

cação muito superficial está o ensino moral, intelectual e religioso da mocidade e do futuro povo da Colônia. Só um ou dois destes professôres ensinam a língua portugüesa que é ignorada pela maior parte dos futuros cidadãos. Boa vontade, entretanto, revelam os colonos. Cada Picada possui para uso do Professor um lote de terras (em parte doado pelo empresário) e casa para escola. Que, porém, se pode exigir de um professor que apenas ganha 200\$000 ou 300\$000 por ano?

“Com referência à religião, já observei que os católicos possuem duas capelas. Estas são de vez em quando visitadas por padres alemães missionários. A maioria dos colonos, protestantes, não possui templo. Para os atos do culto servem as escolas provisoriamente. Têm os protestantes um sacerdote, o Sr. Schmidt, que ocupa o lugar há doze anos. Este personagem, anteriormente alfaiate, é tão conhecido que parece desnecessário dar informações sobre ele. Desempenha as funções sem possuir para elas nenhum conhecimento teológico ou instrução religiosa. É portador de uma autorização dada pela Presi-

dência da Província que o habilita para o lugar.

“Tôdas as duas ou três semanas, Schmidt vai officiar nas diferentes Picadas, limitando-se a sua prédica a repetir uma fórmula que decorou e a receber o competente pagamento. É uma perfeita transação. Os pastores protestantes que de vez em quando apareciam em São Lourenço, não puderam aqui se manter por falta de meios. Continua Schmidt com o seu “negócio” de padre e pouco a pouco perde o povo o sentimento religioso, reduzidos os atos do culto à simples leitura de uma fórmula qualquer contra o pagamento da respectiva esportula. Os batismos das crianças são feitos pelo mestre-escola, não havendo livros de registro de nascimentos, casamentos e óbitos.

“Do que fica exposto, vê-se que há falta absoluta de autoridade civil, de ensino escolar satisfatório, de prática efetiva do culto religioso. Que se pode esperar do futuro da mocidade que está se criando sob essas condições?

“Não há dúvida que a quase totalidade dos colonos de São Lourenço são ale-

mães morigerados. Mas que podem êles fazer? — Em primeiro lugar, a sua cultura é limitada e a sua visão não vai muito longe; em segundo lugar, estão de tal forma ocupados com os seus trabalhos que pouco tempo têm para refletir sôbre êsses problemas; e por fim, que remédio poderão, por si sós, trazer aos males apontados?

“É necessário que os poderes públicos não se esqueçam completamente desta Colônia. Por ser particular, não deve ser abandonada. Seus habitantes não devem sofrer por êsse motivo. A Colônia é uma das mais importantes do Brasil e digna de alguma atenção.

“Que pode resultar de um tal estado de coisas? — Limito-me a tornar patentes os males e deixo à sabedoria de V. Ex. a escolha dos meios que venham pôr termo a uma situação que não pode dar resultados satisfatórios, nem para os colonos e seus filhos, nem para o País.

“Ouso chamar a atenção de V. Ex. para a falta de registro de nascimentos, casamentos e óbitos, que seria o melhor meio de acabar com alguns abusos que

se praticam. O art. 6.º do Regulamento n.º 5.604, de 25 de abril de 1874, manda que nas colônias o registro seja feito por um empregado para êsse fim nomeado. Seria de grande conveniência que fôsse nomeado um escrivão de paz para a Colônia e que êsse funcionário fôsse incumbido do Registro.

“O reconhecido zêlo de V. Ex. por tudo que diz respeito ao bem estar da Província, me faz esperar medidas que assegurem não só o futuro da Colônia como também os interêsses dos herdeiros do fundador de tão grande e importante núcleo como é a Colônia de São Lourenço.

“Rio Grande do Sul, 24 de outubro de 1877 — *Carlos G. Rheingantz*”.

Na franca singeleza em que é vasado e na objetividade realista que o reveste, êste documento é altamente expressivo. Constitui uma exposição quase fotográfica das condições da Colônia de São Lourenço por ocasião da morte do seu fundador. Por êle se vê, fielmente retratada a prosperidade material que a Colônia atingira e as sólidas bases econômicas sôbre que estava assente, na plena reali-

zação dos resultados antevistos por Jacob Rheingantz. Confirmava-se assim o acêrto das diretrizes que êle imprimira ao seu empreendimento e a segurança da sua visão. São Lourenço era uma realidade florescente, com amplas perspectivas para o futuro.

Simultaneamente, descritos com franqueza quase rude, são postos em relêvo o descaso e as deficiências com que os poderes públicos haviam até então atendido às obrigações que lhes cumpriam em relação a êsse grupo laborioso de habitantes da Província de cujo progresso e desenvolvimento eram colaboradores eficazes. Não havia autoridade civil capaz; não havia ensino eficiente; não havia culto religioso organizado.

Até então São Lourenço crescera e se desenvolvera entregue a si mesmo, pelos esforços únicos dos seus moradores orientados pela autoridade patriarcal e pelo prestígio moral do seu criador e diretor. Chegara o momento, porém, em que pelo próprio adensamento da população, já superior a mais de uma "vila" da Província, pela importância econômica que adquirira, pelo sucesso incontestável da radicação de elementos alienígenas que se integravam na população do País,

não mais podia o Poder público continuar a conservar-se alheio às necessidades da vida cívica e cultural da coletividade que a iniciativa e a energia de um homem haviam feito surgir no solo riograndense.

Tão zelosos quanto o próprio Fundador dêsse aspecto da existência da Colônia, os seus sucessores insistiam, como êle, para que o Governo cumprisse a parte que lhe competia, numa clara definição de responsabilidades.

Mostravam assim os sucessores de Jacob Rheingantz que não se restringiam a recolher-lhe a herança material que lhes cabia. Assumiam sôbre os seus ombros o mesmo interesse e zêlo pelo bem estar moral e espiritual dos colonos.

EPÍLOGO

Não é de mais repetir o que já atrás ficou dito. Tão sòlidamente estavam plantadas as raízes da Colônia de São Lourenço, com tanta segurança haviam sido traçadas as diretrizes do seu crescimento, que nem mesmo a ausência, súbitamente trazida pela morte, do espírito que a fundara e dirigira, suscitou entaves ao ritmo do seu desenvolvimento. São Lourenço continuou a crescer para realizar as previsões e objetivos com que fôra criada.

É natural que a morte, em terras distantes, do Diretor da Colônia produzisse, nos primeiros momentos em que se tornou conhecida a notícia infausta, ligeiro movimento de apreensões sôbre a sorte do empreendimento, instantes de dúvida ou de hesitação. Os sucessores de Jacob Rheingantz, porém, tomaram com mão firme as rédeas da emprêsa, assumindo os encargos que esta representava, e prosseguiram na obra de colonização, desenvolvendo-a e ampliando-a, de acôrdo com a orientação que êle traçara.

Tão grande era a confiança que Rheingantz inspirava aos colonos com que promovia o povoamento das terras de São Lourenço que muitos dêles não possuíam qualquer documento ou título que provasse estarem na plena propriedade dos lotes que haviam adquirido, tendo cumprido tôdas as condições do contrato. Atarefados com as suas lavouras e trabalhos, conhecendo a integridade acima de qualquer suspeita do Diretor, não se preocupavam em legalizar a posse das áreas onde haviam construído o lar e sôbre as quais asentava a sua existência. Sabiam que, nas mãos em que estavam, êsses títulos lhe seriam dados no momento em que os pedissem, quando dêles necessitassem. Para evitar quaisquer dúvidas futuras e para dissipar a possibilidade de qualquer receio que viesse a ser insuflado por elementos perniciosos, a viúva mandou fornecer a todos os colonos que se encontrassem nessas condições, um documento vasado nos seguintes têrmos:

“TÍTULO de propriedade do Lote colonial n.º situado na Picada
. da Colônia de São Lourenço:

Por êste título declara a abaixo assinada, inventariante e testamenteira, ter o colono satisfeito a tôdas as obrigações de que trata a escritura de venda passada entre o falecido empresário Jacob Rheingantz e o referido colono, ficando assim sem efeito o direito hipotecário concedido pelo comprador aos vendedores e empossado o colono do lote colonial n.º da Picada na Colônia de São Lourenço, sem que possa haver reclamação de qualquer natureza, tanto por parte dos herdeiros do vendedor como por parte do comprador. — Colônia de São Lourenço, aos de de 18.... — Como testemunhas: (assinado) *Maria C. Rheingantz.*”

Êstes mesmos dizeres serviram, daí em diante, com ligeiras modificações adequadas às novas condições, para os títulos de propriedade conferidos aos colonos que concluíam os pagamentos dos respectivos lotes conforme as cláusulas contratuais, tanto para os que já estavam instalados em São Lourenço por

ocasião da morte de Jacob Rheingantz, como para os que advieram depois, a povoar os novos lotes.

Porque o afluxo de colonos não se interrompeu. Novos imigrantes vieram povoar as terras com que a Colônia fôra ampliada. A própria prosperidade do núcleo anteriormente estabelecido, o progresso dos habitantes das Picadas antigas, testemunhando o valor das terras e sua fertilidade, eram chamarizes que atraíam trabalhadores aspirando a construir a sua independência. Em 1884, sete anos após a morte do Fundador, já havia duplicado a população da Colônia, tão firmes e inspiradoras de confiança eram as bases econômicas que êle havia deixado estabelecidas.

Sob as novas condições e dada a natural modificação trazida pelo tempo às circunstâncias, além de alterações havidas na legislação, foi necessário dar redação diferente aos termos do contrato de venda dos prazos ou lotes coloniais. A simplicidade lacônica do contrato primitivo, como fôra redigido pelo fundador da Colônia, tornava-se, em determinados casos, fonte de imprecisão que dava origem a dúvidas sempre sanadas pelo pres-tígio pessoal do Diretor. Por todos êstes mo-

tivos foi julgado conveniente dar nova forma, mais precisa e rigorosa, às cláusulas contratuais que, após a morte de Jacob Rheingantz, passaram a ser assim redigidas:

“Entre o abaixo assinado, Diretor da Colônia de São Lourenço, e o colono
..... foi hoje celebrada a seguinte convenção:

“O Diretor abaixo assinado, como representante de D. Maria Rheingantz, vende ao Colono o prazo colonial n.º sito na Linha da Colônia de São Lourenço, sob as seguintes condições:

1.ª — O preço das terras vendidas é de réis por metro quadrado que contenha o prazo vendido cuja área foi calculada em metros quadrados;

2.ª — O comprador pagará nesta data a quantia de como sinal e o restante, na importância de Rs. 6 anos depois do auto de posse da colônia, que terá lugar em de de 18. Os juros de 6% ao ano, desde o auto de posse, devem ser pagos anualmente;

3.ª — O comprador é obrigado a conservar limpa de vegetação arbórea a estrada geral da Linha, a qual deve ter uma largura de 11 metros. O comprador se obriga a roçar a mesma estrada duas vezes por ano, sob pena de ser feito o serviço à sua custa pela Diretoria da Colônia.

4.ª — O comprador obriga-se mais a ceder gratuitamente o terreno necessário, no caso de julgar o Diretor da Colônia ou a maioria dos moradores da Linha em que se acha situado o prazo, ser conveniente mudar o traçado da estrada geral. Da mesma forma, obriga-se o comprador a ceder o terreno necessário para a abertura de um caminho para comunicar uma Linha com outra, se êste caminho se tornar necessário e passar o seu traçado pelas terras do comprador que receberá a indenização de Rs. por metro quadrado que o caminho ocupar. A necessidade da abertura de tais caminhos é resolvida unicamente pelo Diretor da Colônia que os mandará abrir sem mais formalidades, sendo somente obrigado a avisar o colono quatro semanas antes do início do serviço.

5.ª — As obrigações mencionadas na cláusula anterior (4.ª) prescrevem dez anos depois da data do presente contrato.

6.ª — O comprador perderá o sinal mencionado sob a cláusula 2.ª se não cumprir fielmente as outras obrigações de pagamento;

7.ª — O comprador não poderá vender, hipotecar ou onerar de qualquer forma a colônia comprada, ou as benfeitorias nela feitas, antes de possuir a respectiva escritura pública que será passada quatro semanas depois de efetuado o último pagamento;

8.ª — Na eventualidade de venda da colônia é o comprador obrigado a mandar transcrever na respectiva escritura as condições mencionadas nas cláusulas 3.ª e 4.ª, ficando o seu sucessor obrigado a cumprir as mesmas obrigações tão fielmente quanto o comprador;

9.ª — Todos os lotes são vendidos com declaração de área superficial e perfeitamente demarcados dos quatro lados; por isso não será aceita reclamação alguma do comprador contra a referida área depois de assinado este contrato, pois re-

cebendo o comprador um lote perfeitamente demarcado, fácil lhe é verificar sua exatidão antes de assinar o presente instrumento;

10.ª — Se, não obstante, se reconhecer ter havido engano no cálculo da área superficial da colônia vendida, tem o comprador ou seu sucessor direito a ser indenizado, se a área fôr menor do que a constante da presente convenção, à razão de réis por cada metro quadrado que faltar. Da mesma forma, porém, é o comprador obrigado a pagar o mesmo preço por cada metro quadrado que tiver recebido em excesso sobre a área marcada. O comprador não tem, portanto, direito algum a exigir o complemento da área, se lhe faltarem terras; é, porém, obrigado a receber o excedente, se isto se verificar, pagando o mesmo preço de Rs. por metro quadrado;

11.ª — As despesas da escritura pública serão pagas pelo comprador.

12.ª — O presente contrato foi feito em duas vias e vai assinado pelo comprador e pelo Diretor da Colônia como Procurador e encarregado de D. Maria

Rheingantz, proprietária da Colônia de São Lourenço, na presença das testemunhas que também assinam.”

Vê-se que as disposições do novo contrato eram muito mais explícitas e precisas do que as cláusulas primitivas. Era o resultado das experiências anteriores que exigia maior rigor e previsão. Cabe aqui observar que o preço pago pela Direção da Colônia, por metro quadrado de terreno ocupado nas condições da cláusula 4.^a para a abertura de caminhos de serviço, era invariavelmente quatro vezes o preço pago pelo colono por metro quadrado das terras que comprara.

Para contornar e evitar a possibilidade de quaisquer dúvidas, o contrato era lavrado em duas línguas, em português e alemão.

De acôrdo com os têrmos do contrato acima transcrito, os sucessores de Jacob Rheingantz completaram praticamente o povoamento da Colônia, vendendo lotes coloniais nas Picadas, ou Linhas, tanto do antigo loteamento como de sua ampliação, denominadas Boa Vista, Serrito, Harmonia, Pinheiros, Quevedos, Evaristo, Travessão Evaristo, Benedito, Continuação de Harmonia, Travessão Pinhei-

ros, Taquaral, Travessão Benedito, Arroio do Torro, Costa do Taquaral, Progresso e Arroio Grande. Serve esta breve enumeração para dar idéia da extensão pela qual se desenvolveu a Colônia, abrangendo uma área total de doze léguas quadradas aproximadamente.

Por ocasião da morte de Jacob Rheingantz, assumiu a direção dos seus negócios, como representante dos herdeiros, o filho mais velho, Carlos Guilherme Rheingantz. Nessa qualidade, apresentou êle ao govêrno da Província, o notável relatório que ficou atrás reproduzido, fiel exposição do estado e das condições da Colônia.

Três anos antes, em 1874, Carlos Rheingantz, então com 25 anos de idade, demonstrando o mesmo espírito de iniciativa que caracterizara o seu progenitor, fundara na cidade de Rio Grande a primeira fábrica de tecidos de lã a se estabelecer no Brasil, a atual Companhia União Fabril. Empreendimento ousado e ainda não ensaiado no País, exigia tôda a sua atenção e a concentração de tôda a sua atividade. Entendendo que, nessas condições, não poderia consagrar à administração da Colônia o zêlo e o tempo que julgava necessários, transferiu a referida administra-

ção ao Barão de Steinberg, que desposara sua irmã Teresa Guilhermina Rheingantz.

Como administrador geral, o Barão de Steinberg dirigiu a Colônia de São Lourenço até 1890 quando, pelo seu estado de saúde, transmitiu o encargo a outro filho do Fundador, o engenheiro Luís Valentim Rheingantz. O Barão de Steinberg veio a falecer pouco tempo depois, em 1893, na mesma Colônia de São Lourenço a que se dedicara. Mas Luís Rheingantz não pôde permanecer à frente da empresa por largo tempo, solicitado por outros interesses a que ligara a sua atividade profissional. Assumiu a Administração da Colônia outro irmão, Oscar Filipe Rheingantz, o mais novo dos filhos de Jacob, que, mantendo-se no posto até 1898, foi o último Rheingantz a dirigir os destinos da Colônia.

Em 1898, quarenta anos depois da fundação, estavam realizados em toda a plenitude os projetos concebidos por Jacob Rheingantz. Com 12.000 habitantes, a Colônia de São Lourenço se achava fartamente povoada, toda sua extensão territorial, com exceção de pequenas parcelas remanescentes, na posse de lavradores que ali haviam construído uma comunidade próspera, dando a mais flagrante

demonstração prática dos benefícios econômicos e sociais do regime de pequena propriedade.

São Lourenço atingira, pode-se dizer, assim a maioria. Radicados na terra, integrados na comunhão riograndense, com economia própria solidamente alicerçada, os seus habitantes eram capazes de dirigir-se por si mesmos, de resolver os seus problemas individuais ou coletivos, sem necessidade de tutela que os orientasse e servisse de intermediário entre eles e as autoridades públicas. Dotada de todos os elementos de progresso, com vida própria, adquirida a consciência coletiva, a Colônia estava apta a assumir as plenas responsabilidades do seu desenvolvimento.

Podiam os herdeiros e sucessores de Jacob Rheingantz dar como cumprida a tarefa que tinham tomado sobre os ombros, de continuar e levar a termo a obra a que ele consagrara toda a sua atividade e todas as suas energias. Sabiam que São Lourenço cresceria para se tornar um elemento de progresso e sólida prosperidade na estrutura econômica do Rio Grande do Sul. Embora sempre ligados por laços sentimentais à sorte da antiga Colônia, estavam eximidos de responsabilidades sobre a sua

existência material. Podiam, com maior eficiência, desviar as suas atenções e energias para outras atividades a que os chamavam as aptidões de cada um.

Em julho de 1898, Dona Maria Carolina Rheingantz, viúva do Fundador, transferia ao Sr. João B. Scholl os interesses materiais que ainda conservava na Colônia, representados pelos remanescentes de terras já demarcadas mas ainda não povoadas e pelas prestações e juros do preço de lotes coloniais que ainda não estivessem integralizados. Por ocasião dos festejos do cinquentenário da fundação da Colônia, foram os restos mortais de Jacob Rheingantz exumados e transferidos para a Matriz de São Lourenço e sepultados em frente do Altar-mor.

Hoje, quando se celebra o primeiro centenário da fundação da Colônia de São Lourenço, diante da próspera e brilhante realidade atual, não vem fora de propósito, como parte das justas comemorações festivas, recapitular, nas breves páginas que acabam de ser lidas, a história da fundação e dos primeiros anos da obra devida à iniciativa, à energia e à persistência de Jacob Rheingantz.

ANEXO

RELAÇÃO DOS COMPRADORES DE
COLÔNIAS DE 1 DE JANEIRO DE
1859 A 30 DE JUNHO DE 1893.

ERRATA

Na página 138 a começar na 16.^a linha, lêia :

Colônia de São Lourenço e sepultados em frente do Altar-mór, na Igreja Evangélica, defronte ao monumento erigido em memória do Fundador.

PICADA SÃO LOURENÇO (23 colônias com 9.278.863 m²)

Número						
1	1/ 1/1859	Francisco Pritsch	com	498.478	m ²	300\$000
2	1/ 1/1859	Pedro Schuch	"	558.981	"	400\$000
3-A	1/ 1/1859	João Lautenschlaeger	"	283.140	"	200\$000
3-B	1/ 1/1859	Henrique Lautenschlaeger	"	283.140	"	200\$000
4	1/ 1/1859	Inácio Dilly	"	453.024	"	300\$000
5-A	22/ 8/1862	Gustavo Weidhaus	"	242.000	"	200\$000
5-B	15/11/1862	Henrique Hoffmann	"	242.000	"	300\$000
6	1/ 1/1859	Pedro Richer	"	477.648	"	300\$000
7	1/ 1/1859	Chr. Luiz Thurow	"	503.360	"	300\$000
8	1/ 1/1859	Jorge Dietrich	"	497.068	"	500\$000
9-A	1/ 1/1859	Jorge Meyer	"	255.794	"	250\$000
9-B	1/ 1/1859	Luís Bauer	"	255.794	"	250\$000
10-A	1/ 1/1859	João Dietrich	"	122.056	"	200\$000
10-B	1/ 1/1859	Jaime Kneip	"	122.056	"	200\$000
11	9/10/1861	Valentim Bauer	"	504.570	"	812\$000
12	1/ 1/1859	Henrique Schaefer	"	466.697	"	400\$000
13	1/ 1/1859	Guilherme Nuolten	"	796.785	"	658\$000
14	1/ 1/1859	Teodorico Bammann	"	484.000	"	400\$000
15	1/ 1/1859	Cristiano Bohrer	"	484.000	"	400\$000
16	1/ 1/1859	Pedro Hermann	"	484.000	"	400\$000
17	1/ 1/1859	Filipe Neutzling	"	484.000	"	400\$000
18	1/ 1/1859	Jorge Born	"	484.000	"	450\$000
19	1/ 1/1859	J. H. Nebel	"	305.272	"	400\$000

PICADA RESERVA (1 quinhão com 6.689.444 m²)

1/9/1862	José Reguly	com	6.689.444	m ²	4:500\$000
----------	-------------------	-----	-----------	----------------	------------

PICADA DOS MOINHOS (58 colônias com 19.963.564 m²)

Número						
1-A	1/ 1/1859	Pedro Neutzling	com	410.175	m ²	500\$000
1-B	31/12/1875	Comunidade Evangélica	"	176.660	"	Doação
2	5/ 8/1859	Bernardo Schneider	"	484.000	"	400\$000
3	1/ 1/1859	Meyer Raabe	"	242.000	"	200\$000
3-A	1/ 1/1859	Bernardo Schneider	"	242.000	"	280\$000
4	1/ 1/1859	Joaquim Heiden	"	484.000	"	400\$000
5	1/ 1/1859	Gaspar Vollrath	"	484.000	"	400\$000
6	24/ 6/1859	João Klein	"	484.000	"	400\$000
7	15/ 6/1859	João A. Jung	"	484.000	"	400\$000
8	1/ 7/1859	João A. Thomson	"	484.000	"	350\$000
9	1/ 8/1859	Carlos Hueber	"	484.000	"	400\$000
10	10/ 8/1859	Guilherme Angelow	"	387.200	"	320\$000
11 e 13	14/ 1/1859	Daniel Fach	"	484.000	"	400\$000
12	24/ 9/1860	Valentim Hollerbach	"	484.000	"	400\$000
14	14/ 1/1859	Carlos Kraft	"	484.000	"	400\$000
15	24/ 9/1860	Michaelo Foerster	"	242.000	"	250\$000

Número						
16	28/ 5/1860	Frederico Luchnow	com	484.000	m ²	400\$000
17	24/ 9/1860	Luis Schroder	"	242.000	"	500\$000
18	2/ 9/1861	Teodorico Bammann	"	484.000	"	400\$000
19 e 21	25/ 7/1859	Frederico Kuhn	"	484.000	"	500\$000
20	25/ 7/1859	Cristiano Kuhn	"	484.000	"	400\$000
22	23/ 9/1860	João Klump	"	484.000	"	400\$000
23	31/12/1867	Guilherme Bauer	"	242.000	"	450\$000
24	23/ 9/1860	João Klump	"	484.000	"	400\$000
25 e 27	24/ 9/1860	Oscar Preichler	"	484.000	"	500\$000
26	9/10/1861	Filipe Bauer	"	484.000	"	400\$000
28	31/ 8/1861	Filipe Kaul	"	484.000	"	600\$000
29	24/ 9/1860	Lourenço Schild	"	242.000	"	250\$000
30	31/ 8/1861	Valentim Arnold	"	484.000	"	600\$000
31	24/ 3/1874	Valentim Arnold	"	242.000	"	525\$000
32	27/ 5/1862	Paulo Zundler	"	484.000	"	400\$000
34	31/12/1860	João Peil	"	435.600	"	400\$000
37	2/ 2/1861	Adolfo Zundler	"	484.000	"	400\$000
38	2/ 2/1861	André Meyer	"	484.000	"	400\$000
39	2/ 2/1861	Carlos Hirter	"	484.000	"	400\$000
40	1/ 8/1861	Doct. Guilherme Hermann	"	484.000	"	400\$000
40-A	26/ 5/1868	Jorge Dietrich	"	242.000	"	400\$000
41	1/ 8/1861	João Pedro Tlatt	"	484.000	"	400\$000
41-A	26/ 5/1868	Jorge Dietrich	"	242.000	"	400\$000
42	1/ 8/1861	José Knepper	"	484.000	"	400\$000
42-A	21/ 4/1862	João Both	"	242.000	"	250\$000
43	11/11/1861	João Rosskopf	"	484.000	"	400\$000
43-A	20/ 8/1862	José Halfen	"	242.000	"	250\$000
44	20/ 1/1862	Jaime Finkenbauer	"	242.000	"	200\$000
44-A	1/ 1/1862	Henrique Brahm	"	60.500	"	50\$000
44-B	1/ 1/1862	Luis Raubach	"	181.500	"	150\$000
44-A	20/ 8/1862	Pedro Specht	"	242.000	"	250\$000
45	4/ 2/1871	Jaime Scholl	"	314.305	"	250\$000
46	13/ 9/1874	Carlos Scholl	"	72.305	"	232\$000
Sobra A	14/ 3/1884	Júlio Hein	"	191.673	"	731\$475
" B	27/ 5/1883	Comunidade Evangélica	"	8.036	"	200\$000

PICADA DAS ANTAS (22 colônias com 8.155.418 m²)

Número						
I	10/ 8/1862	Pedro Koensgen	com	484.000	m ²	500\$000
2-A	10/ 8/1862	Jaime Voigt	"	242.000	"	250\$000
2-B	10/ 8/1862	Guilherme Koensgen	"	242.000	"	250\$000
3-A	2/ 9/1866	Jorge Decker	"	242.000	"	200\$000
3-B	2/ 9/1866	Henrique Brahm	"	242.000	"	200\$000
4	1/ 8/1861	Augusto Nothdurft	"	484.000	"	500\$000
5-A	20/ 8/1862	Matias Schoemer	"	242.000	"	250\$000
5-B	20/ 8/1862	João Berenreuther	"	242.000	"	305\$531
6	1/10/1862	Pedro Schwanz	"	484.000	"	500\$000
7	1/10/1862	Daniel Schwanz	"	484.000	"	500\$000
8	1/ 7/1866	Carlos Schwanz	"	484.000	"	700\$000
9	26/ 9/1869	Alberto Travanz	"	483.963	"	650\$000
10	19/ 9/1870	João Mueller	"	484.000	"	550\$000
11	13/ 9/1869	Alberto Scheunemann	"	483.963	"	650\$000
12	19/ 9/1870	João Mueller	"	484.000	"	550\$000
13	13/ 9/1869	Frederico Fiss	"	483.963	"	650\$000
14	13/ 9/1869	Frederico Nickel	"	483.963	"	650\$000
15	4/10/1870	João Mueller	"	483.963	"	1.050\$000
16	1/ 2/1869	Alberto Travanz	"	135.520	"	482\$000
17	5/ 3/1870	Ferdinando Nickel II	"	371.040	"	430\$000
18	5/ 3/1870	Ferdinando Nickel I	"	371.040	"	430\$000

PASSO DO CANGUÇU (2 colônias com 484.000 m²)

Número						
1 e 2	9/5/1869	Henrique Gehling	com	484.000	m ²	440\$000

PICADA BOA VISTA (31 colônias com 10.762.060 m²)

Número						
1-A	1/ 1/1880	Comunidade Evangélica	com	48.400	m ²	80\$000
1	5/ 5/1882	Pedro Krauthremer	"	193.600	"	300\$000
2	1/10/1861	José Pons	"	242.000	"	250\$000
3	1/10/1861	Carlos Fred. Reinbrecht	"	242.000	"	250\$000
4	22/ 2/1870	Guilherme Thiel (posse em 1/10/861)	"	242.000	"	395\$550
5	14/ 6/1870	José Kneip (posse em 1/10/861)	"	242.000	"	490\$720
6	1/10/1861	André Kaul	"	484.000	"	400\$000
7	1/10/1861	André Kaul	"	484.000	"	400\$000
8	1/10/1861	Filipe Jens	"	484.000	"	400\$000
9-A	1/10/1861	Henrique Han Jr.	"	242.000	"	200\$000
9-B	1/10/1861	Pedro Han	"	242.000	"	200\$000
10	1/10/1861	Eduardo Thiel	"	484.000	"	400\$000
10-A	1/ 1/1870	Eduardo Thiel	"	48.400	"	100\$000
11	10/11/1861	João Nicolau Becker	"	372.680	"	385\$000
12	16/11/1892	Jaime Braeher	"	484.000	"	400\$000
13	1/ 1/1865	José Specht	"	484.000	"	500\$000
14	9/ 9/1863	Filipe Schneid	"	484.000	"	400\$000
15	1/10/1861	Cornelius Lanius	"	484.000	"	500\$000
16	14/ 6/1874	Vva. Ana Gertrudes Schneid	"	484.000	"	1.000\$000
17	1/10/1861	Matias Scherr	"	484.000	"	500\$000
18	11/11/1861	Jaime Schneid	"	484.000	"	400\$000
19	1/10/1861	Baltasar Dietrich	"	295.423	"	305\$190
20	1/ 1/1861	Cristóvão Klein	"	484.000	"	400\$000
21	1/10/1869	Vva. Ana Gertrudes Schneid	"	484.000	"	400\$000
22	28/10/1867	Carlos Becker	"	295.423	"	305\$190
23	1/10/1861	Sebastião Laufer	"	484.000	"	744\$280
24	1/10/1861	Manuel da Silveira	"	306.710	"	316\$850
25 e 26	19/ 6/1871	João Dietrich	"	595.320	"	900\$000
Sobra A	1/ 1/1882	Manuel Duarte da Silveira	"	334.280	"	670\$000
" B	27 8/1883	Jaime Schein	"	43.824	"	90\$549

PICADA DOS QUEVEDOS (119 colônias com 52.371.725 m²)

Número						
Sobra A	30/ 6/1876	Cristiano Schreiner	com	677.611	m ²	700\$000
1 e 2-A	8/ 8/1871	João Linck	"	592.394	"	800\$000
2-B	11/ 9/1869	Jaime Britgen	"	375.826	"	698\$850
3 e 4	2/ 6/1862	Carlos Ritter	"	968.000	"	880\$000
5 e 6	13/10/1862	Filipe Ritter	"	968.000	"	880\$000
7 e 8	13/10/1862	Frederico Ritter	"	968.000	"	880\$000
9 e 10	8/ 9/1863	Filipe Schneider	"	968.000	"	940\$000
11 e 12	2/ 6/1882	Filipe Ritter	"	968.000	"	940\$000
13 e 14	2/ 6/1862	Michael Bauermann	"	968.000	"	880\$000
15 e 16	23/ 6/1862	Pedro Konrad	"	968.000	"	880\$000
17 e 18	2/ 6/1862	Henrique Ph. Heidrich	"	968.000	"	880\$000
19 e 20	1/ 1/1867	Miguel Kirst	"	382.800	"	420\$000
19-B	16/ 4/1864	Filipe Haerter	"	140.800	"	225\$000
20-B	16/ 4/1864	Filipe Haerter	"	140.800	"	225\$000
20-C	12/ 1/1862	João Heidrich	"	242.000	"	250\$000
21	16/ 4/1864	Filipe Haerter	"	484.000	"	450\$000
22-A	16/ 4/1864	Filipe Haerter	"	262.812	"	244\$380
22-B	4/ 6/1864	Carlos Ritter	"	221.100	"	228\$500

Número			com			
23	2/ 6/1862	Cristóvão Konrad		484.000	m ²	440\$000
24-A	2/ 6/1862	Cristóvão Konrad		245.146	"	260\$000
24-B e 26-B	2/ 6/1862	Cristiano Augusto Huttner		479.842	"	500\$000
25 e 26-A	1/ 1/1866	Conrado Haerter		728.420	"	650\$000
27 e 28	11/ 8/1867	Henrique Schmidt		968.000	"	1:000\$000
29 e 30-B	20/ 2/1870	Carlos Ritter		698.170	"	1:000\$000
30-B	28/ 8/1869	Pedro Weimar		269.830	"	334\$500
31 e 32-A	1/ 7/1862	Hermann Dieckmann		670.969	"	693\$150
32-B	28/ 8/1869	Pedro Weimar		297.000	"	465\$500
33 e 34-A	11/ 3/1870	Cristiano Aug. Huettner		609.050	"	980\$000
34-B	1/ 5/1870	Carlos F. Itruche		320.230	"	450\$000
35 e 36	25/ 8/1862	Jaime Brauch		968.000	"	880\$000
37	22/ 6/1868	Francisco Palm		484.000	"	600\$000
38	30/ 5/1863	Henrique Tillmann		484.000	"	457\$500
39	1/12/1862	Conrado Falkenberg		484.000	"	500\$000
40	1/ 9/1862	João Bonnbecker		484.000	"	500\$000
41	1/12/1862	Pedro Wagner		484.000	"	500\$000
42	1/ 9/1862	Jaime Catrein		484.000	"	500\$000
43	1/12/1862	Antônio Brod		513.766	"	650\$000
44	1/ 9/1862	Augusto Neumann		454.234	"	500\$000
45	6/12/1869	Frederico Born		484.000	"	750\$000
46	1/ 9/1862	Jaime Steinmetz		484.000	"	500\$000
47	1/ 1/1865	Pedro Schuch		484.000	"	500\$000
48 e 50-A	28/ 2/1870	Frederico Griesback		726.000	"	1:071\$648
49	31/12/1872	Pedro Wagner		484.000	"	1:101\$266
50-B	12/10/1862	João Loch		242.000	"	250\$000
51	1/ 6/1862	Alberto Travanz		484.000	"	800\$000
52	31/12/1862	Pedro Strieder		484.000	"	500\$000
53	16/11/1862	Henrique Engelmann		484.000	"	440\$000
54	16/11/1862	Adão Bender		484.000	"	440\$000
55, 56 e 57	1/ 1/1864	Alexandre Matznauer		1.452.000	"	1:410\$000
58	26/12/1862	Filipe Akva		484.000	"	500\$000
59	1/ 1/1876	Carlos Tessmann		484.000	"	1:150\$000
60	2/ 4/1864	Benjamin Kirchhubel		484.000	"	500\$000
61	25/ 2/1870	José Rockenbach		484.000	"	512\$500
62	31/12/1869	Jaime Wehrly		484.000	"	619\$920
63	25/ 2/1870	Matias Petry		484.000	"	500\$000
64	31/12/1869	Augusto Polnow		484.000	"	513\$800
65	1/ 8/1869	Carlos Reichow		484.000	"	440\$000
66	1/ 1/1869	Frederico Tessmann		484.000	"	521\$500
67	1/ 1/1869	Guilherme Reichow		484.000	"	525\$300
68	1/ 1/1869	Guilherme Bunde		484.000	"	500\$000
69	1/ 1/1869	Ferdinando Buelow		484.000	"	500\$000
70	1/ 1/1869	Carlos Kringel		484.000	"	500\$000
71	1/ 1/1869	Henrique Hopp		484.000	"	500\$000
72	1/ 1/1869	Comunidade Evangélica		484.000	"	400\$000
73	1/ 1/1869	Augusto Hobus		484.000	"	500\$000
74	1/ 1/1869	Henrique Becker		484.000	"	500\$000
75	1/ 1/1877	Ferdinando Buelow		484.000	"	680\$000
76	1/ 1/1869	Henrique Dummer		484.000	"	500\$000
77	1/ 1/1869	João Lemke		484.000	"	500\$000
78	1/ 1/1869	Guilherme Heller		484.000	"	500\$000
79	1/ 1/1869	Henrique Peter		484.000	"	500\$000
80	1/ 1/1869	João Blank		484.000	"	500\$000
81	1/ 1/1869	Guilherme Augusto Barz		484.000	"	500\$000
82	1/ 1/1869	Carlos Benlke		484.000	"	500\$000
83	1/ 1/1869	Frederico Timm		484.000	"	500\$000
84	1/ 1/1869	Francisco Rotschild		484.000	"	500\$000
85	1/ 1/1869	Gustavo Krumrez		484.000	"	500\$000
86	1/ 1/1869	Louiz Benlke		484.000	"	500\$000
87	1/ 1/1869	Carlos Abel		484.000	"	500\$000

Número			com			
88	1/ 1/1869	Carlos Doering		484.000	m ²	500\$000
89	1/ 1/1869	João Raddatz		484.000	"	500\$000
90	1/ 1/1869	Louiz Ehler		484.000	"	500\$000
91	25/11/1870	Jaime Borck		484.000	"	500\$000
92	1/ 1/1869	Ferd. Schlatz		452.540	"	500\$000
93	18/ 9/1871	João Heller		545.178	"	563\$200
94	30/ 9/1872	Guilherme Milke		495.616	"	700\$000
95	30/ 9/1872	João Bunde		484.000	"	716\$800
96	30/ 9/1872	Carlos Ehler		484.000	"	716\$800
97	30/ 9/1872	Frederico Tannenber		484.000	"	716\$800
1-A	6/ 6/1876	Filipe Heidrich		242.000	"	350\$000
1-B, 2-A, 3-A	6/ 6/1876	Carlos Voeltz		969.452	"	1:425\$000
4-A	17/11/1873	João H. Voeltz		399.445	"	562\$000
5	10/ 4/1876	Miguel Bauermann		484.000	"	600\$000
5-A	1/10/1877	Pedro Maasem		406.560	"	600\$000
6-A	1/ 1/1880	Pedro Maasem		307.824	"	572\$824
(devido abandono vendida em 1889 esta colônia à Vva. Guilh. Kristmann)						
7-A	24/ 3/1874	Viúva Osterberg	com	242.000	m ²	300\$000
8-A	12/ 2/1882	Von der Holm		415.079	"	634\$688

TRAVESSÃO QUEVEDOS (15 colônias com 5.709.118 m²)

Número			com			
1	30/ 9/1872	Henrique Taubenheim		355.450	m ²	514\$000
2	1/ 9/1879	Guilherme Schlack		352.308	"	520\$000
3	30/ 9/1872	Ferdinando Bloedorn		358.600	"	525\$000
4	1/ 9/1873	Eduardo Radke		394.460	"	580\$000
5	30/ 9/1872	Ferdinando Timm		358.600	"	525\$000
6	30/ 9/1872	Carlos Treptow		394.460	"	570\$000
7	30/ 9/1872	Hermano Mueller		358.600	"	525\$000
8	30/ 9/1874	Augusto Priebe		394.460	"	570\$000
9	9/ 9/1873	Carlos Wolter		358.600	"	525\$000
10	12/ 7/1873	Frederico Grossklas		394.460	"	580\$000
11	26/ 8/1873	Louiz Priebe		358.600	"	525\$000
12 e 14	20/ 8/1873	Henrique Haenke		788.920	"	1:132\$000
13	1/ 9/1875	Ferdinando Jandt		358.600	"	525\$000
Sobra A	s/data	João Batista Scholl		484.000	"	1:000\$000

PICADA POMERANA (22 colônias com 9.781.320 m²)

Número			com			
1	30/ 3/1868	Comunidade Evangélica		242.000	m ²	250\$000
1-A	10/10/1886	Germano Roepke		242.000	"	450\$000
(juntou-se à colônia 215.600 m ² sobra da Picada Bom Jesus)						
2	8/11/1869	Louiz Roepke		484.000	m ²	651\$560
3	1/11/1866	Augusto Kiesow		484.000	"	718\$166
4	1/11/1866	Augusto Hellwig		484.000	"	682\$910
5	1/11/1866	Júlio Zarnott		484.000	"	400\$000
6	11/11/1866	Carlos Hamke		484.000	"	400\$000
7	1/11/1866	Ferdinando Sell		484.000	"	400\$000
8	1/11/1866	João Iwen		484.000	"	400\$000
9	1/11/1866	Carlos Hartwig		484.000	"	400\$000
10	1/11/1866	Cristiano Stern		484.000	"	400\$000
11	1/11/1866	Frederico Jahnke		484.000	"	400\$000
12	1/11/1866	Eduardo Vospagel		484.000	"	400\$000
13	1/11/1866	Guilherme Denger		484.000	"	630\$000
14	1/11/1866	Eduardo Bublitz		484.000	"	610\$900
15	1/11/1866	Guilherme Hellwig		484.000	"	550\$000

Número						
16	31/12/1876	Guilherme Hellwig	com	484.000	m ²	1:100\$000
17	1/11/1866	Guilherme Peppernow	"	484.000	"	400\$000
18	31/12/1869	Carlos Stark	"	484.000	"	563\$475
19	1/11/1866	Frederico Krueger	"	484.000	"	400\$000
20	1/11/1866	Carlos Krueger	"	484.000	"	500\$000
21	28/ 2/1870	Comunidade Evangélica	"	101.320	"	90\$000

PICADA BOM JESUS (105 colônias com 43.332.136 m²)

Número						
1 e 1-A	14/ 6/1874	Guilherme Kath e João E. Kath	com	726.000	m ²	1:316\$760
2	1/10/1861	Guilherme Henrique Kath	"	484.000	"	400\$000
3	1/10/1861	João Frederico Erdmann	"	484.000	"	400\$000
4	1/10/1861	João Aug. Krueger I	"	484.000	"	400\$000
5	31/12/1869	João Aug. Krueger II	"	484.000	"	857\$277
6	1/10/1861	João Fred. Guilherme Krueger III	"	484.000	"	400\$000
7	1/10/1861	Hermann Völtz	"	484.000	"	400\$000
8-A	31/12/1869	Carlos Schulz	"	484.000	"	796\$523
8-B e 9-C	17/ 9/1870	Carlos Behling	"	484.000	"	700\$000
9-A	1/ 5/1876	Francisco Behling	"	484.000	"	1:000\$000
9-B	1/ 6/1866	Guilherme Mueller	"	484.000	"	850\$000
10	31/12/1869	Carlos Voeltz	"	484.000	"	571\$689
10-A	27/ 9/1862	Carlos Behling	"	484.000	"	500\$000
11	15/10/1866	Frederico Reichow	"	484.000	"	1:200\$000
11-A	12/ 9/1862	Carlos Hall	"	484.000	"	500\$000
12	10/10/1861	João Fiss	"	484.000	"	400\$000
12-A e 13-A	7/ 3/1863	Frederico Guilherme Reinbrecht	"	968.000	"	880\$000
13	10/10/1861	Guilherme Scheunemann	"	484.000	"	400\$000
14	10/10/1861	João Mueller	"	484.000	"	400\$000
14-A	1/ 6/1874	Ferdinando Nickel II	"	484.000	"	750\$000
15	31/12/1869	Henrique Reichow	"	484.000	"	739\$659
15-A	26/ 3/1870	Comunidade Evangélica	"	296.808	"	222\$800
16	10/10/1861	Hermann Eichholz	"	484.000	"	692\$519
17	30/ 5/1874	Ferdinando Nickel I	"	484.000	"	1:167\$175
18	31/12/1869	Carlos Neitzke	"	484.000	"	618\$000
19	10/10/1861	Ferdinando Nickel I	"	484.000	"	400\$000
20	14/ 5/1870	Guilherme Becker	"	464.640	"	475\$000
21	10/10/1862	Carlos Bergmann	"	484.000	"	400\$000
22	10/10/1861	Ferdinando Behling	"	484.000	"	400\$000
23	10/10/1861	Augusto Bergmann	"	484.000	"	400\$000
24	10/10/1861	Teófilo Froeming	"	484.000	"	400\$000
25	10/10/1861	Carlos Bergmann	"	484.000	"	400\$000
26	31/12/1869	Frederico Marten	"	484.000	"	700\$000
27	1/11/1861	Louiz Blank	"	484.000	"	400\$000
28	1/11/1861	Carlos Zarnott	"	484.000	"	400\$000
29-A	2/ 6/1870	Augusto Liermann	"	242.000	"	237\$750
29-B	2/ 6/1870	Guilherme Liermann	"	242.000	"	237\$750
30	25/11/1861	Frederico Herzberg	"	484.000	"	400\$000
31	27/ 9/1862	Guilherme Baerwald	"	484.000	"	400\$000
32	27/ 9/1862	Hermann Tessmer	"	484.000	"	400\$000
33	27/ 9/1862	Hermann Nickel	"	484.000	"	400\$000
34	1/ 1/1863	Augusto Ehlert	"	484.000	"	687\$000
35	10/10/1862	Guilherme Bergman	"	484.000	"	400\$000
36	1/ 9/1863	Augusto Tessmer	"	484.000	"	400\$000
37	10/10/1862	Hermann Bergmann	"	484.000	"	400\$000
38	31/12/1869	Christlieb Tessmer	"	484.000	"	755\$000
39	1/ 9/1863	Guilherme Schmiechel	"	484.000	"	400\$000
40	1/ 9/1863	João Radke	"	484.000	"	400\$000
41	1/ 9/1863	Louiz Kroening	"	484.000	"	400\$000
42	31/12/1869	Martin Radke	"	484.000	"	617\$990
43	31/12/1869	Guilherme Becker	"	484.000	"	669\$598
44	31/12/1869	Guilherme Karow	"	484.000	"	448\$660

Número						
45	1/ 1/1864	Teófilo Wendler	com	484.000	m ²	400\$000
46	12/ 6/1874	Augusto Wendler	"	484.000	"	874\$240
47	1/ 1/1864	Guilherme Nohrenberg	"	484.000	"	400\$000
48	1/ 1/1864	Guilherme Buss	"	484.000	"	400\$000
49	1/ 1/1864	Frederico Bolt	"	484.000	"	400\$000
50	1/ 1/1864	Louiz Krueger	"	484.000	"	400\$000
51	1/ 1/1864	Guilherme Kopp	"	484.000	"	400\$000
52	31/12/1869	Eduardo Anderson	"	484.000	"	740\$740
53	1/ 1/1864	Frederico Pagel	"	484.000	"	400\$000
54-A	31/12/1869	Carlos Pagel	"	242.000	"	359\$725
54-B	31/12/1869	Frederico Jahnke	"	242.000	"	437\$470
55	31/12/1869	Guilherme Thurow	"	484.000	"	784\$036
56	1/ 1/1864	Augusto Becker	"	484.000	"	400\$000
57	31/12/1869	Frederico Karnopp	"	484.000	"	836\$015
58	1/ 3/1876	Francisco Behling	"	484.000	"	1:000\$000
59	31/12/1869	Augusto Iwen	"	484.000	"	400\$000
60	1/ 1/1864	Carlos Krueger Jr.	"	484.000	"	400\$000
61	1/ 1/1864	João Klug	"	484.000	"	400\$000
62	31/12/1869	Henrique Voigt	"	484.000	"	714\$288
63	1/ 1/1864	Ferdinando Talk	"	484.000	"	400\$000
64	1/ 1/1864	Frederico Buss	"	484.000	"	400\$000
65-A	3/ 5/1881	Carlos Altenburg	"	242.000	"	620\$000
65-B	9/11/1869	João Netzke	"	242.000	"	406\$050
66	1/ 9/1864	David Neuenfeld	"	484.000	"	400\$000
67	4/ 8/1874	Hermann Neuenfeld	"	484.000	"	1:050\$000
68	1/ 1/1866	Francisco Wachs	"	484.000	"	400\$000
69	1/ 1/1866	Carlos Neugebauer	"	302.500	"	250\$000
70	31/12/1869	Guilherme Blank	"	484.000	"	656\$690
71	31/12/1869	Carlos Roepke	"	484.000	"	591\$368
72	24/ 7/1866	Eduardo Barteld	"	484.000	"	350\$000
73	17/ 6/1869	Henrique Haenke	"	484.000	"	450\$000
74	2/ 8/1874	João Lindermann	"	242.000	"	374\$000
75 e 76-A	12/ 6/1879	Francisco Schulz	"	484.000	"	500\$000
76-B	20/ 8/1875	Carlos Krause	"	242.000	"	350\$000
77	12/ 6/1873	Carlos Bierhalz	"	347.600	"	502\$600
78	12/ 6/1873	Frederico Bierhalz	"	351.120	"	507\$850
79	2/ 8/1875	Henrique Bierhalz	"	354.640	"	513\$100
80	4/10/1874	Guilherme Linermann	"	358.600	"	518\$500
81	2/ 8/1873	Carlos Jecke	"	362.120	"	547\$000
82	27/ 7/1873	João Raddatz	"	365.640	"	528\$850
83	20/ 8/1875	Comunidade Evangélica	"	199.417	"	218\$420
84	20/ 8/1875	João Plamer	"	371.360	"	537\$200
85	20/ 8/1873	Carlos Pagel	"	559.383	"	814\$000
86	20/ 8/1873	Louiz Roepke	"	566.643	"	824\$000
87	20/ 8/1875	Frederico Raatz	"	388.410	"	556\$500
88	20/ 8/1875	João Fiebrantz	"	388.410	"	562\$000
89	24/10/1874	Carlos Pagel	"	392.040	"	567\$000
90	11/10/1876	Guilherme Klemtz	"	395.670	"	567\$000
91	22/ 8/1882	Gustavo Klemtz	"	149.142	"	246\$600

PICADA BONITA (14 colônias com 3.180.613 m²)

Número						
1 e 2	1/11/1869	Frederico Krueger	com	484.000	m ²	900\$000
3, 4 e 5	1/11/1869	João Noehrenberg	"	726.000	"	1:000\$000
6 e 8	9/ 9/1869	Godofredo Laerm	"	484.000	"	560\$000
7	9/ 9/1869	Guilherme Wickbold	"	242.000	"	336\$000
9 e 10	9/ 9/1869	João Borchhardt	"	484.000	"	535\$000
11	22/ 9/1873	Carlos Wickbold	"	242.000	"	375\$000
12	12/ 9/1873	Carlos Klug	"	227.480	"	276\$000
1-A e 1-B	16/ 6/1875	Frederico Krueger	"	287.133	"	450\$000

SOBRA STA. SILVANA (6 colônias com 2.478.180 m²)

Número					
1, 2 e 3	28/3/1868	Carlos Hueber	com	210.000 m ²	1:180\$000
4, 5 e 6	foram vendidas a João Batista Scholl em 1893 junto com demais colônias vagas.				

PICADA SERRITO (81 colônias com 28.129.752 m²)

Número					
1	1/ 1/1869	Carlos Wachholz	com	484.000 m ²	400\$000
2	1/ 1/1869	Augusto Henke	"	484.000 "	400\$000
3	1/ 1/1869	Carlos Eichholz	"	484.000 "	640\$932
4	1/ 1/1869	Augusto Holz	"	484.000 "	656\$570
5	1/ 1/1869	Carlos Milech	"	484.000 "	455\$900
6	1/ 1/1869	Hermann Milech	"	484.000 "	558\$435
7	30/ 3/1873	João Venske	"	484.000 "	900\$000
8	1/ 1/1869	Carlos Klug	"	484.000 "	593\$748
9	1/ 1/1869	Augusto Roschild	"	484.000 "	611\$646
10	1/ 1/1869	João Buchweitz	"	484.000 "	604\$675
11	30/ 9/1875	Guilherme Buss	"	242.000 "	332\$040
12	7/ 3/1885	Frederico Buss	"	242.000 "	200\$000
13	30/ 9/1875	Louiz Mailahn	"	242.000 "	100\$760
14	30/ 9/1875	Carlos Mews	"	242.000 "	275\$010
15	1/ 1/1869	Guilherme Waltzer	"	484.000 "	550\$000
16	1/ 1/1869	Carlos Raasch	"	484.000 "	400\$000
17 e 18	João Batista Scholl em 1893 junto com demais colônias				
19	26/ 7/1876	James Douglas	"	484.000 "	500\$000
20	1/ 1/1869	Carlos Rosener	"	484.000 "	526\$908
21	9/ 9/1869	Guilherme Holz	"	154.638 "	179\$000
22	9/ 9/1869	Hermann Hoefs	"	242.000 "	321\$000
23 e 25	9/ 9/1875	Guilherme Klug Filho	"	518.622 "	1:120\$000
24	9/ 9/1869	Guilherme Buss II	"	242.000 "	336\$000
26	9/ 9/1869	Guilherme Klug	"	242.000 "	336\$000
27	9/ 9/1869	Carlos Baller	"	241.084 "	268\$380
28	18/ 6/1879	Carlos Dummer	"	242.000 "	375\$000
29	9/ 9/1869	Augusto Krueger	"	271.150 "	316\$500
30	5/11/1882	Henrique Ott	"	242.000 "	350\$000
31	9/ 9/1869	Ferdinando Gandre	"	297.402 "	344\$740
32	9/ 9/1869	Henrique Ott	"	242.000 "	336\$000
33	9/ 9/1869	Carlos Kohlmez	"	326.458 "	540\$000
34	9/ 9/1869	Roberto Krolow	"	242.000 "	336\$000
35	9/ 9/1869	Frederico Milech	"	355.128 "	560\$000
36	9/ 9/1896	Francisco Krolow	"	242.000 "	336\$000
37	9/ 9/1869	João Neuschrack	"	383.812 "	560\$000
38	19/ 5/1882	Ferdinando Jahnke	"	242.000 "	450\$000
39	9/ 9/1869	Gotthilf Goldbeck	"	412.852 "	560\$000
40	1/ 9/1887	Louiz Weber	"	242.000 "	500\$000
41	9/ 9/1869	Guilherme Porath	"	441.034 "	560\$000
42	9/ 9/1869	Gustavo Herger	"	242.000 "	336\$000
43	9/ 9/1869	Augusto Mache	"	469.722 "	560\$000
44	9/ 9/1869	Cristiano Buchweitz	"	242.000 "	336\$000
45	9/ 9/1869	João Holz	"	484.000 "	560\$000
46	9/ 9/1869	Carlos Schneider	"	242.000 "	336\$000
47	9/ 9/1869	Godofredo Beiersdorf	"	484.000 "	560\$000
48	9/ 9/1869	Guilherme Lambrecht	"	242.000 "	336\$000
49	9/ 9/1869	Carlos Vahl	"	484.000 "	560\$000
50	9/ 9/1869	Carlos Penning	"	242.000 "	336\$000
51	9/ 9/1869	Cristiano Milke	"	484.000 "	560\$000
52	9/ 9/1869	Guilherme Buchweitz	"	242.000 "	336\$000

Número

53	9/ 9/1869	Frederico Holz	com	484.000 m ²	560\$000
54	9/ 9/1869	Carlos Braun	"	242.000 "	336\$000
55	9/ 9/1869	Frederico Einhard	"	484.000 "	560\$000
56	9/ 9/1869	Vva. Luísa Ehlert	"	242.000 "	336\$000
57	9/ 9/1869	Frederico Krueger	"	484.000 "	560\$000
58	9/ 9/1869	Augusti Krach	"	242.000 "	336\$000
59	9/ 9/1869	João Fiss	"	484.000 "	560\$000
60	4/10/1870	Comunidade Evangélica	"	242.000 "	268\$800
61	9/ 9/1869	Augusto Griep	"	484.000 "	560\$000
62 e 64	9/ 9/1869	Frederico Hardke	"	484.000 "	560\$000
63	9/ 9/1869	Alberto Fehlberg	"	484.000 "	560\$000
65	9/ 9/1869	Henrique Leitzke	"	484.000 "	560\$000
66	9/ 9/1869	Guilherme Bonow	"	242.000 "	336\$000
67	9/ 9/1869	Guilherme Perlsberg	"	484.000 "	560\$000
68	9/ 9/1869	Vva. Carlos Perlsberg	"	242.000 "	336\$000
69	9/ 9/1869	Carlos Radise	"	484.000 "	560\$000
70	9/ 9/1869	Frederico Timm	"	242.000 "	336\$000
71	9/ 9/1869	Carlos Kiechhofer	"	484.000 "	560\$000
72	9/ 9/1869	Carlos Heling	"	242.000 "	336\$000
73	9/ 9/1869	Guilherme Schumann	"	484.000 "	560\$000
74	9/ 9/1869	João Strez	"	242.000 "	336\$000
75	9/ 9/1869	Gottlieb Neitzke	"	439.472 "	508\$480
76	9/ 9/1869	Ferdinando Maas	"	242.000 "	400\$000
77	9/ 9/1869	C. H. Albert Maas	"	310.000 "	361\$200
78	9/ 9/1869	Ferdinando Maas	"	242.000 "	336\$000
79 e 81	9/ 9/1869	Guilherme Baasch	"	430.760 "	609\$005
80	9/ 9/1869	Vva. Frederico Perslberg	"	242.000 "	336\$000

PICADA SESMARIA (67 colônias com 21.036.394 m²)

Número					
1	22/ 9/1870	Augusto Riemer	com	383.318 m ²	443\$520
2-A	22/ 9/1870	Alberto Dallmann	"	211.580 "	243\$420
3	18/12/1866	Frederico Hartwig	"	484.000 "	544\$800
4-A	22/ 9/1872	Augusto Wege	"	242.000 "	160\$035
5	22/ 9/1872	Augusto Redmer	"	387.200 "	448\$000
6-A	22/ 9/1872	Frederico Pagel	"	242.000 "	241\$320
7	22/ 9/1872	Alberto Ledebuhr	"	387.200 "	448\$000
8-A	22/ 9/1872	Ferdinando Hannemann	"	242.000 "	147\$051
9	22/ 9/1872	Henrique Polnow	"	387.200 "	448\$000
10-A	22/ 9/1872	Frederico Reinke	"	242.000 "	463\$793
11	22/ 9/1872	Guilherme Wege	"	387.200 "	448\$000
12-A	22/ 9/1872	Carlos Jell	"	242.000 "	143\$760
13	22/ 9/1872	Augusto Hartwig	"	387.200 "	448\$000
14-A	22/ 9/1872	Carlos Hames	"	242.000 "	159\$840
15	5/10/1880	Bernardo Dummer	"	387.200 "	300\$000
16-A	22/ 9/1872	Guilherme Denger	"	242.000 "	109\$000
17	22/ 9/1872	Augusto Hinz	"	387.200 "	448\$000
18	22/ 9/1872	Carlos Freichel	"	484.000 "	560\$000
19	22/ 9/1872	Guilherme Kerstner	"	387.200 "	448\$000
20	22/ 9/1872	Frederico Barz	"	484.000 "	560\$000
20-A	22/ 9/1872	Comunidade Evangélica	"	193.600 "	168\$000
21	24/10/1872	Júlio Hartwig	"	387.200 "	568\$000
22	24/10/1872	Carlos Schulz	"	387.200 "	400\$000
23	22/ 9/1872	Teófilo Becker	"	484.000 "	500\$000
24	9/ 3/1870	Carlos Dallmann	"	440.440 "	455\$000
25	23/ 4/1870	Frederico Kroning	"	418.660 "	432\$500
26	24/10/1870	Aug. Schentzow	"	401.720 "	464\$800
27	20/11/1871	Pedro Schwansson	"	387.200 "	448\$000
28	24/10/1870	João Hartleben	"	372.680 "	560\$000
29	2/ 9/1872	Carlos Polnow	"	385.506 "	431\$200

Número			com	m ²	
30	21/ 9/1872	Frederico Beilfuss		385.506	442\$260
31 e 32	15/10/1870	Louiz Kroning		790.252	950\$000
33	22/ 9/1870	Ernesto Klemp		378.367	547\$000
34	19/10/1874	Frederico Baerwald		359.249	519\$000
35	19/12/1872	Guilherme Buss		335.291	485\$000
36	19/12/1872	Carlos Heidemann		335.500	485\$000
37	3/ 8/1875	Aug. Kohls		352.715	524\$000
38	30/ 9/1875	Guilherme Dallmann		377.157	556\$000
39	15/ 2/1875	Guilherme Becker		367.719	400\$000
40	8/ 8/1873	Guilherme Scheunemann		367.719	400\$000
41	1/ 1/1876	Frederico Weege		315.205	350\$000
42	1/ 1/1876	Hermann Weege		317.867	350\$000
43 e 44-A	22/ 9/1872	Augusto Hartwig		454.544	442\$000
44-B e 45	22/ 9/1872	Guilherme Weege		439.045	440\$000
46 e 47	31/12/1874	Adolfo Stalbaum		544.016	675\$000
48	25/ 3/1876	Augusto Moehling		295.603	448\$000
49	14/ 7/1874	Hermann Strehlow		309.881	448\$000
50	31/12/1874	Gottlieb Abraham		314.721	455\$700
51	24/10/1875	Augusto Rodmer		396.396	573\$300
52 e 53-A	22/10/1875	Guilherme Baerwald Jr.		290.400	540\$000
53-B e 54	22/10/1875	Frederico Baerwald Jr.		290.400	540\$000
55 e 56	30/ 9/1877	Augusto Carl		387.200	720\$000

PICADA HARMONIA (101 colônias com 42.010.003 m²)

Número			com	m ²	
1	5/ 5/1874	Ferdinando Schentzow		388.410	475\$000
2	1/ 9/1864	Frederico Hardke		484.000	400\$000
3	1/ 9/1864	João Jahn		484.000	400\$000
4	1/ 9/1864	Frederico Barz		484.000	400\$000
5	1/ 9/1864	Frederico Hintz		484.000	400\$000
6	1/ 9/1864	Carlos Dettmann		484.000	400\$000
7	1/ 9/1864	Makedanz, Louiz		484.000	400\$000
8	1/ 9/1864	Louiz Makedanz		484.000	400\$000
9	1/ 9/1864	Daniel Raddatz		484.000	400\$000
10	1/ 9/1864	Teófilo Travanz		484.000	400\$000
11	1/ 9/1864	Francisco Raddatz		484.000	400\$000
12	1/ 9/1864	Daniel Raddatz		484.000	400\$000
13	1/ 9/1864	Guilherme Tuchlenhager		484.000	400\$000
14	1/ 9/1864	Carlos Luchow		484.000	400\$000
15	1/ 9/1864	Carlos Timm		484.000	400\$000
16	1/ 9/1864	Ferdinando Fich		484.000	400\$000
17	4/ 1/1870	João Strelow (Posse: 1/9/1864)		484.000	645\$910
18	30/12/1869	Aug. Klug (Posse: 1/9/1864)		484.000	971\$710
19	1/ 9/1864	Alberto Hartwig (Posse: 1/9/1864)		484.000	400\$000
20	30/12/1869	Frederico Treptow (Posse: 1/1/1865)		484.000	765\$379
21	31/12/1869	Guilherme Hartwig (posse em 1/1/1865)		484.000	951\$097
22	4/ 1/1870	Gustavo Weibhaus (Posse: 1/1/1865)		484.000	410\$823
23	4/ 1/1870	Guilherme Milbrath		484.000	890\$715
24	1/ 1/1865	Frederico Nohrenberg		484.000	400\$000
25	1/ 1/1865	Guilherme Lubke		484.000	400\$000
26	1/ 1/1865	Guilherme Cherwinsky		484.000	400\$000
27	1/ 1/1865	João Fuhrmann		484.000	400\$000
28	1/ 1/1865	Louiz Mueller		484.000	400\$000
29	1/ 1/1865	Carlos Holz		484.000	400\$000
30	31/12/1869	Augusto Hardt (posse: 1/1/1865)		484.000	829\$560
31	10/ 7/1868	Comunidade Evangélica		484.000	400\$000
32	31/12/1869	Frederico Roloff (Posse: 1/1/1866)		484.000	753\$725
33	1/ 1/1866	Augusto Hardt		484.000	600\$000

Número			com	m ²	
34	31/12/1869	Frederico G. Wachholz (Posse: 1/1/1866)		484.000	800\$000
35-A	9/ 9/1876	Frederico Behling		242.000	200\$000
35-B	1/11/1881	Frederico Behling		242.000	250\$000
36	31/12/1866	Frederico Backhaus (Posse: 1/1/1866)		484.000	747\$738
37-A e 39-A	3/ 5/1889	Carlos Klug (terras com muitas pedras)		726.000	300\$000
37-B	20/10/1878	Guilherme Becker		242.000	350\$000
38	8/ 1/1867	Godofredo Lerm		435.600	350\$000
39-B	20/10/1878	Frederico Weege		242.000	350\$000
40	1/ 1/1866	Augusto Wienke		484.000	400\$000
41-A	3/ 5/1889	Carlos Klug (com muitas pedras)		242.000	100\$000
41-B	20/10/1878	Hermann Weege		242.000	350\$000
42	31/12/1869	Guilherme Venzke (Posse: 1/1/1866)		484.000	517\$800
43	1/ 1/1866	Guilherme Hafenstein		484.000	400\$000
44	31/12/1869	Frederico Mailahn (Posse: 1/1/1866)		484.000	620\$257
45	1/ 1/1866	Guilherme Zuege		484.000	400\$000
46	1/ 1/1866	Carlos Klug		484.000	400\$000
47	1/11/1866	Cristiano Luedke		484.000	400\$000
48	31/12/1869	Carlos Pinz (Posse: 1/1/1866)		484.000	587\$000
49	31/12/1869	João Kuetter (Posse: 1/1/1866)		484.000	664\$800
50	31/12/1869	Guilherme Krueger		484.000	522\$114
51	31/12/1869	Henrique Schneider		484.000	439\$513
52	31/12/1869	Ernesto Rutz		484.000	489\$444
53	31/12/1869	Frederico Rutz (Posse: 1/1/1869)		484.000	531\$404
54	31/12/1869	Teófilo Strehlow (Posse: 1/1/1869)		484.000	562\$955
55	31/12/1869	João Wachholz (Posse: 1/1/1869)		484.000	422\$540
56	1/ 1/1869	Frederico Gruetzmann		309.760	320\$000
57	28/ 3/1870	Hermann Buchweitz		484.000	500\$000
58	28/ 3/1870	Augusto Buchweitz		484.000	500\$000
59	28/ 3/1870	Hermann Neuenfeld		484.000	500\$000
60	28/ 3/1870	Ferdinando Buchweitz		484.000	500\$000
61	31/ 3/1875	Hermann Neuenfeld		484.000	900\$000
62	28/ 3/1870	João Beiersdorf		484.000	504\$800
63	2/10/1871	Ferdinando Gehrmann		484.000	545\$000
64	29/ 8/1872	Carlos Wachholz		484.000	500\$000
65 e 66	28/ 9/1874	Henrique Schneider		577.626	980\$000
67 e 68	7/ 9/1873	Hermann Rutz		699.864	1:012\$200
69	7/ 9/1873	Frederico Dupke		349.932	506\$100
70	7/ 9/1873	Guilherme Bergmann		349.932	506\$100
71	7/ 9/1873	Augusto Boehlke		349.932	506\$100
72	7/ 9/1873	Guilherme Boehlke		349.932	506\$100
73	28/10/1870	Carlos Boehlke		349.932	506\$100
74	31/ 5/1875	Carlos Stern		349.932	440\$000
75	1/10/1873	Alberto Stern		349.932	440\$000
76	24/ 7/1875	Guilherme Rusch		348.964	506\$100
77	1/10/1880	Guilherme Klug		348.964	650\$000
78	1/ 9/1882	Augusto Malm		247.094	457\$614
79	19/ 2/1887	Guilherme Hentzel		227.480	470\$000
80	6/10/1885	Alberto Krueger		22.640	460\$000
81	15/11/1886	Alberto Schwanz		219.736	454\$000
82	15/10/1886	Frederico Milech		227.915	470\$900
83	26/11/1886	João Berensdorf		240.499	496\$900
84	26/11/1886	Augusto Henke		283.285	585\$300
85	15/11/1886	João Friedrichs		318.133	657\$300
86	1/ 5/1889	Escola da Colônia		321.618	300\$000
87	11/11/1886	Augusto Rutz		367.239	758\$760
88	15/11/1886	Hermann Rading		380.656	786\$480
89	15/11/1886	Othon Schlee		414.255	855\$900
90	24/10/1886	Frederico Tenmann		387.200	800\$000
91	24/10/1886	Augusto Hornke		387.200	800\$000

Número					
92	24/10/1886	Carlos Pagel	com	405.592 m ²	838\$000
93	1/ 3/1869	Augusto Malm	"	388.652 "	803\$000
94	29/ 5/1893	Heinrich Krueger	"	371.470 "	800\$000
95	29/ 5/1893	Eduardo Luedke	"	484.000 "	800\$000
96	29/ 5/1893	Carlos Klug	"	484.000 "	800\$000
97	18/12/1886	Hermann Neuenfeld	"	548.614 "	1:133\$500

PICADA FELIZ (72 colônias com 30.306.720 m²)

Número					
1	1/ 1/1869	João Voltz	com	484.000 m ²	500\$000
2	1/ 1/1869	Carlos Miritz	"	484.000 "	500\$000
3	22/10/1878	Juliano Hilsinger	"	484.000 "	763\$000
4	1/ 1/1869	Julio Hilsinger	"	484.000 "	500\$000
5	1/ 1/1869	Ferdinando Holz	"	484.000 "	500\$000
6	5/ 3/1870	Frederico Hardt	"	484.000 "	856\$310
7	1/ 1/1869	Guilherme Bosch	"	484.000 "	500\$000
8	1/ 1/1869	Hermann Rutz	"	484.000 "	500\$000
9 e 11	22/ 3/1870	Carlos Grimm (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	875\$200
10	1/ 1/1869	Pedro Hansen	"	484.000 "	500\$000
12	22/ 3/1870	Francisco Loelge (Posse: 1/1/1869)	"	484.000 "	686\$890
13	22/ 3/1870	Henrique Classen (Posse: 1/1/1869)	"	484.000 "	500\$000
14	22/ 3/1870	Júlio Bubolz (Posse: 1/1/1869)	"	484.000 "	588\$280
15	1/10/1868	João Tuchlenhagen	"	242.000 "	220\$000
16	22/ 9/1870	Francisco Thomachsfsky	"	484.000 "	683\$560
17	12/10/1870	O mesmo	"	484.000 "	550\$000
18	22/ 3/1870	Frederico Hellwig (Posse: 1/1/1869)	"	484.000 "	500\$000
19	22/ 3/1870	Augusto Zibell (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	610\$350
20	31/ 3/1869	Carlos Hubner	"	484.000 "	500\$000
21 e 23	22/ 3/1870	Carlos Frederico Pranke (Posse: 31/3/1869)	"	968.000 "	1:308\$952
22	19/ 3/1870	Alberto Schulz (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	610\$350
24	19/ 3/1870	Augusto Schulz (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	587\$245
25	9/ 7/1870	Frederico Treptow (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	560\$000
26 e 27	19/ 3/1870	Henrique e Guilherme Marth (Posse: 31/3/1869)	"	968.000 "	1:220\$700
28	19/ 3/1870	Augusto Kuhn (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	588\$280
29	18/ 3/1870	Frederico Bart (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	544\$140
30	18/ 3/1870	Guilherme Kaemtz (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	638\$220
31	18/ 3/1870	Carlos Schulz (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	588\$280
32	18/ 3/1870	Guilherme Buss (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	500\$000
33	27/12/1869	Comunidade Evangélica	"	484.000 "	400\$000
34	18/ 3/1870	Carlos Huebner (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	506\$300
35	18/ 3/1870	Guilherme Ziemer (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	638\$500
36	17/ 3/1870	Augusto Huber (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	512\$940
37	17/ 3/1870	Carlos Nollbrecht (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	510\$900
38	17/ 3/1870	Othon Tuchtenhagen (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	500\$000
39	17/ 3/1870	Hermann Vollbrecht (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	548\$200
40	31/ 3/1869	Fred. H. Stehlow	"	484.000 "	500\$000
41	17/ 3/1870	Henrique G. Strehlow (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	510\$500
42 e 43	31/12/1868	Carlos Drechmann	"	968.000 "	880\$000
44	13/ 6/1869	Hermann Buss	"	484.000 "	440\$000
45	31/ 3/1869	Alberto Fanton	"	484.000 "	490\$362
46	31/ 3/1869	Guilherme Luedke	"	484.000 "	500\$000
47	22/ 3/1870	Bernhard Behling (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	535\$420
48	18/ 3/1870	Hermann Westphal (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	500\$000

Número

Número					
49	1/10/1882	Guilherme Kroening	com	484.000 m ²	800\$000
50	1/ 1/1870	Augusto Falk (Posse: 1/1/1869)	"	484.000 "	500\$000
51	16/ 3/1870	João Muenchow (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	500\$000
52	1/ 1/1869	Augusto Barz	"	484.000 "	500\$000
53	1/ 1/1869	Carlos Peche	"	484.000 "	440\$000
54	1/ 1/1869	Wilh. Barz	"	484.000 "	500\$000
55	1/ 1/1869	Jaime Becker	"	484.000 "	470\$000
56	1/ 1/1869	Cristiano Luedke	"	484.000 "	500\$000
57	14/ 3/1870	Guilherme Kroening (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	500\$000
58	14/ 3/1870	Augusto Konrad (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	501\$400
59	14/ 3/1870	Louiz Fehlberg (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	509\$800
60	14/ 3/1870	Frederico Voeltz (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	500\$000
61	14/ 3/1870	Frederico Schmiele (Posse: 31/12/1869)	"	484.000 "	505\$000
62	14/ 3/1870	Frederico Timm (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	500\$000
63	14/ 3/1870	Carlos Augusto Knoll (Posse: 31/3/1869)	"	484.000 "	545\$000
64	14/ 3/1870	João Louiz Waldow (Posse: 1/1/1869)	"	484.000 "	500\$000
65	14/ 3/1870	Augusto Luedke (Posse: 31/9/1869)	"	484.000 "	500\$000
66	31/ 3/1869	Fred. Voltz	"	382.360 "	395\$000
67	1/ 1/1871	Aug. Jocke (Posse: 31/3/1869)	"	382.360 "	400\$000
1-A	1/ 2/1872	Frederico Radmann	"	242.000 "	375\$000
2-A	1/ 2/1872	Ewald Radmann	"	242.000 "	375\$000
3-A	1/ 9/1873	Carlos Knuth	"	242.000 "	375\$000
4-A	1/ 9/1873	Henrique Rojahn	"	242.000 "	375\$000
5-A	1/ 9/1873	Guilherme Peglow	"	242.000 "	375\$000

TRAVESSÃO FELIZ (46 colônias com 14.520.000 m²)

Número

Número					
1 e 2	1/ 9/1873	Jaime Peglow	com	968.000 m ²	880\$000
3	9/10/1868	Jaime Born	"	484.000 "	440\$000
4	1/ 1/1869	Guilherme Schroder	"	484.000 "	500\$000
5	1/ 1/1869	Frederico Ollermann	"	484.000 "	500\$000
6 e 7	1/ 1/1869	Alberto Griep	"	484.000 "	500\$000
8	1/ 1/1869	Frederico Knuth	"	242.000 "	300\$000
9	1/ 1/1869	João Thurmer	"	242.000 "	220\$000
10	1/ 1/1869	Guilherme Bork	"	242.000 "	300\$000
11	1/ 9/1873	Carlos Raatz	"	242.000 "	375\$000
12	1/ 9/1873	Guilherme Waskow	"	242.000 "	375\$000
13	1/ 9/1873	Augusto Hass	"	242.000 "	375\$000
14	30/ 6/1873	Carlos Bergmann	"	242.000 "	375\$000
15	1/ 9/1873	Augusto Bergmann	"	242.000 "	375\$000
16	1/ 9/1873	Alberto Timm	"	242.000 "	375\$000
17	1/ 1/1873	Guilherme Barz	"	242.000 "	375\$000
18	7/ 8/1875	Carlos Timm	"	242.000 "	300\$000
19	1/ 9/1873	João Hofele	"	242.000 "	375\$000
20	1/ 1/1877	Alberto Schwanz	"	242.000 "	250\$000
21	1/ 9/1873	Alberto Schwanz	"	242.000 "	375\$000
22	1/ 7/1883	Roberto Ziemer	"	242.000 "	250\$000
23	1/ 9/1873	Guilherme Ziemer	"	242.000 "	375\$000
24	12/ 6/1882	Alberto Zetnin	"	242.000 "	250\$000
25	1/ 9/1873	João Krueger	"	242.000 "	375\$000
26	28/ 9/1874	Frederico Neumann	"	242.000 "	375\$000
27	28/ 9/1874	F. G. Cherynsky	"	242.000 "	375\$000
28	28/ 9/1874	Ferdinando Westphal	"	242.000 "	375\$000
29	22/ 9/1869	Augusto Zibell	"	242.000 "	375\$000

Número						
30	22/ 9/1869	Ferdinando Mass	com	242.000	m ²	375\$000
31	22/ 9/1869	Augusto Zibell	"	242.000	"	375\$000
32	28/ 9/1874	Frederico Manske	"	242.000	"	375\$000
33	28/ 9/1874	Augusto Benlke	"	242.000	"	375\$000
34	28/ 9/1874	Frederico Barnekow	"	242.000	"	375\$000
35	24/10/1875	Augusto Kuemmer	"	242.000	"	375\$000
1-A e 2-A	1/ 7/1871	João Heidrich	"	968.000	"	1:350\$000
3-A	15/ 7/1871	Miguel Bauermann	"	484.000	"	750\$000
4-A	15/ 7/1871	Maria Oswald	"	242.000	"	403\$000
4-B	20/10/1872	Miguel Kirst	"	242.000	"	375\$000
5-A	19/ 8/1871	Jaime Brod	"	484.000	"	750\$000
6-A	21/12/1871	João Bosenbecker	"	484.000	"	750\$000
7-A	21/12/1871	O mesmo	"	484.000	"	750\$000
8-A	18/11/1871	O mesmo	"	484.000	"	800\$000
9-A e 10-A	1/10/1873	Guilherme Bock	"	968\$000	"	1:500\$000

PICADA BENEDITO (20 colônias com 5.954.129 m²)

Número						
1	25/ 9/1874	José Simon	com	242.000	m ²	500\$000
2	20/ 9/1874	Frederico Rutz	"	242.000	"	375\$000
3	20/10/1874	Hermann Rutz	"	242.000	"	375\$000
4	20/10/1874	Guilherme Rutz	"	242.000	"	375\$000
5	20/10/1874	Júlio Buch	"	242.000	"	375\$000
6	20/10/1874	Eduardo Steinhorst	"	242.000	"	375\$000
7	20/10/1874	Herman Boesel	"	242.000	"	375\$000
8	20/10/1874	Frederico Klug	"	242.000	"	375\$000
9	20/10/1874	Hermann Dieckmann	"	242.000	"	375\$000
10	4/12/1876	Frederico Falk	"	358.160	"	555\$000
11	17/10/1878	Carlos João Buchweitz	"	358.160	"	555\$000
12	9/12/1878	Augusto Holz	"	358.160	"	600\$000
13	15/12/1878	Carlos Eichholz	"	358.160	"	600\$000
14	1/10/1882	Carlos Milech	"	250.712	"	518\$000
15	20/ 3/1882	Hermann Holz	"	358.160	"	740\$000
16	23/ 3/1882	Guilherme Buss	"	358.160	"	740\$000
17	23/ 3/1882	Guilherme Roschild	"	358.160	"	740\$000
18	1/10/1884	Gustavo Hensel	"	358.160	"	740\$000
19	18/10/1885	Reinaldo Stein	"	349.402	"	721\$920
20	18/ 6/1889	Gottlieb Tessmer	"	310.728	"	642\$000

TRAVESSÃO BENEDITO (13 colônias com 3.731.581 m²)

Número						
1	1/10/1882	Othon Walzer	com	306.372	m ²	633\$000
2	1/10/1882	Guilherme Denger	"	252.609	"	521\$920
3 e 4	1/ 5/1882	Henrique Nohrenberg	"	400.026	"	826\$500
5	1/10/1882	Augusto Koehler	"	219.736	"	454\$000
6	1/10/1882	Augusto Borchhard	"	260.392	"	538\$000
7	1/10/1882	Carlos Borchhard	"	266.442	"	550\$500
8	1/10/1882	Frederico Borchhard	"	266.684	"	551\$000
9	2/ 5/1882	Frederico Buchweitz	"	309.353	"	639\$160
10	1/10/1882	Carlos Venzke	"	323.292	"	667\$960
11	23/ 4/1883	Carlos Beiersdorf	"	330.872	"	683\$620
12	1/10/1882	Fernando Altenberg	"	269.462	"	556\$740
13	10/10/1884	Carlos Altenberg	"	526.340	"	550\$000

PICADA TAQUARAL (33 colônias com 11.941.436 m²)

Número						
1-A	18/11/1883	Hermann Sell	com	266.236	m ²	550\$075
1-B	18/11/1883	Guilherme Sell	"	266.236	"	550\$075
2	22/10/1882	Ernesto Klemp	"	606.306	"	1:252\$700
3 e 4	1/ 1/1883	Guilherme Kerstner	"	643.478	"	1:329\$500
5	15/10/1882	Hermann Strehlow	"	341.674	"	705\$940
6	10/12/1887	Comunidade Evangélica	"	315.868	"	240\$400
7	15/10/1882	Carlos Hames	"	320.892	"	663\$000
8	10/10/1883	Hermann Voeltz	"	325.732	"	673\$000
9	1/ 6/1883	Othon Hames	"	305.791	"	631\$800
10	26/12/1886	Júlio Lerch	"	336.380	"	695\$000
11	11/10/1884	Alberto Radke	"	344.366	"	711\$500
12	8/ 3/1886	Alberto Resener	"	365.695	"	755\$570
13	18/11/1883	Alberto Resener	"	344.540	"	711\$860
14	28/ 4/1884	Alberto Denger	"	359.854	"	743\$500
15	21/ 9/1884	Alberto Schuhmacher	"	349.031	"	721\$140
16, 17, 18	18/11/1883	Carlos Hartwig	"	1.054.055	"	2:177\$800
19 e 20	1/ 9/1884	Eduardo Nospagel	"	711.349	"	1:469\$750
21	1/10/1884	Roberto Wachholz	"	378.463	"	781\$950
22	5/ 6/1887	Augusto Kummer	"	392.455	"	810\$880
23	21/ 9/1884	Gustavo Hellwig	"	425.063	"	878\$230
24	14/ 9/1886	Frederico Voigt	"	381.087	"	787\$370
25	21/ 9/1884	Hermann Hellwig	"	397.673	"	821\$640
26	14/11/1883	Hermann Treichel	"	385.748	"	797\$000
27	30/ 6/1885	Carlos Ping	"	385.748	"	797\$000
28	30/ 6/1885	Vva. Romig	"	385.990	"	797\$500
29	18/11/1883	Carlos Rutz	"	386.474	"	810\$500
30	4/10/1885	Hermann Rutz	"	387.200	"	810\$500
31	19/10/1884	Augusto Ping	"	388.168	"	802\$000
32	19/10/1884	João Otto	"	389.257	"	804\$250

TRAVESSÃO TAQUARAL (5 colônias com 1.210.000 m²)

Número						
1-A	22/9/1884	Augusto Fuhrmann	com	242.000	m ²	500\$000
2-A e 3-A	20/9/1885	Gustavo Wienke	"	484.000	"	1:000\$000
4-A e 5-A	20/9/1885	Augusto Wienke	"	484.000	"	1:000\$000

COSTA DO ARROIO TAQUARAL (5 colônias com 948.388 m²)

Número						
1 e 2-A	10/12/1887	Gustavo Kruger	com	224.922	m ²	464\$715
2-B e 3	10/12/1887	Teodoro Leitzke	"	224.922	"	464\$715
4	20/12/1886	Ferdinando Borchardt	"	230.045	"	475\$300
5	1/10/1887	Hermann Neuenfeld	"	268.499	"	554\$750

PICADA PROGRESSO (53 colônias com 15.103.806 m²)

Número						
1	1/ 9/1873	Carlos Fiss	com	272.120	m ²	337\$800
2	1/ 9/1873	Frederico Fiss	"	254.100	"	315\$000
3	24/10/1873	Frederico Reinhard	"	266.848	"	414\$420
4	30/ 9/1875	Augusto Wichbolt	"	253.240	"	392\$620
5	4/ 9/1875	Hermann Millech	"	268.620	"	415\$860
6	5/ 9/1873	Carlos Milech	"	242.000	"	375\$000
7	4/ 9/1873	Guilherme Vahl	"	266.409	"	438\$750
8	4/ 9/1873	Gustavo Vahl	"	277.700	"	352\$500
9	30/ 9/1873	Guilherme Engel	"	298.100	"	462\$000

Número

10	30/ 9/1873	Frederico Perleberg	com	242.000	m ²	375\$000
11	30/ 9/1873	Alberto Holz	"	313.720	"	486\$380
12	29/ 9/1873	Augusto Holz	"	242.000	"	300\$000
13	30/ 9/1875	Augusto Bonow	"	328.088	"	436\$875
14	23/ 3/1877	Augusto Bonow	"	242.000	"	375\$000
15	27/ 1/1889	Comunidade Evangélica	"	330.088	"	300\$000
16	30/ 9/1874	Carlos Leitzke	"	242.000	"	300\$000
17	6/ 6/1889	Berthold Schotin	"	388.800	"	300\$000
17-A	16/ 9/1889	Alberto Holms I	"	384.780	"	300\$000
18	17/ 2/1878	Othon Beyer	"	242.000	"	300\$000
19	5/ 4/1887	Alberto Pieper	"	404.140	"	751\$500
20	5/ 4/1881	Augusto Hardt	"	72.600	"	120\$000
21	5/ 4/1887	Carlos Radies	"	421.080	"	783\$000
22	5/ 4/1887	Ferdinando Radies	"	242.000	"	450\$000
23	5/ 4/1887	Hermann Milech	"	396.286	"	737\$100
24	5/ 4/1881	Augusto Krach	"	242.000	"	400\$000
25	5/ 4/1887	Alberto Hobus I	"	396.286	"	737\$100
26 e 28	5/ 4/1881	Carlos Braun	"	484.000	"	700\$000
27	5/ 4/1887	Carlos Zimmermann	"	396.286	"	737\$100
29	5/ 4/1881	Augusto Hardt	"	460.636	"	760\$000
30	5/ 4/1881	João Neuenfeld	"	242.000	"	400\$000
31	5/ 4/1881	Alberto Holms II	"	255.345	"	450\$000
32	5/ 4/1887	Hermann Buege	"	242.000	"	450\$000
33	1/ 9/1887	Guilherme Pranticow	"	242.000	"	400\$000
34	5/ 4/1881	Carlos Schneider	"	242.000	"	400\$000
35	5/ 4/1881	Carlos Maache	"	242.000	"	450\$000
36	16/ 4/1886	Othon Schneider	"	242.000	"	300\$000
37	16/ 4/1886	Erich Schneider	"	242.000	"	300\$000
38	30/ 5/1889	Carlos Nohrenberg	"	242.000	"	280\$000
39	5/ 4/1881	Hermann Radies	"	242.000	"	400\$000
40	5/ 4/1881	Frederico Maas	"	242.000	"	400\$000
41	30/11/1886	Augusto Hardt	"	432.464	"	804\$168
42	4/ 6/1887	Hermann Griep	"	242.000	"	500\$000
43 e 44	Foram vendidas a João Batista Scholl, em 1893, junto às outras colônias.					
45 e 47	20/11/1886	Ferdinando Schentzow	"	484.000	"	900\$000
46	25/10/1891	Wilhelm Dummer	"	242.000	"	200\$000
48	25/10/1891	O mesmo	"	242.000	"	200\$000
49	26/10/1891	Henrique Travanz	"	242.000	"	225\$000
50	5/ 4/1881	Hermann Hoefs	"	242.000	"	450\$000
51	26/10/1891	Henrique Travanz	"	242.000	"	225\$000
52	5/ 4/1881	Carlos Resener	"	242.000	"	450\$000
53	3/ 6/1893	Luís Herter	"	242.000	"	380\$000

PICADA ARROIO GRANDE A (7 colônias com 1.781.274 m²)

Número

1-A e 2-A	1/ 1/1881	João Schmechel	com	397.751	m ²	300\$000
3-A	1/ 1/1881	Júlio Quant	"	286.624	"	355\$320
4-A	1/ 1/1881	Guilherme Zarnott	"	309.518	"	383\$700
5-A	1/ 1/1881	Guilherme Jecke	"	326.767	"	405\$084
6-A	1/ 1/1881	Guilherme Dallmann	"	352.003	"	436\$368
7-A	29/ 6/1888	Fred. Wilh. Kath	"	108.609	"	224\$400

PICADA ARROIO GRANDE B (26 colônias com 6.813.271 m²)

Número

1-B	25/ 1/1890	Ferdinand Mueller (banhado)	com	683.432	m ²	250\$000
2-B e 3-B	1/ 8/1882	Frederico Jahnke	"	517.880	"	1.070\$000
4-B e 5-B	9/ 7/1882	Augusto Mueller	"	515.358	"	1.071\$573
6-B	1/10/1882	Alberto Kabke	"	407.044	"	841\$000
6-C	1/10/1884	O mesmo	"	48.400	"	100\$000
7-BC	17/10/1881	Alberto Kapke	"	455.444	"	941\$000
8-BC	1/10/1881	Ferdinando Mueller	"	455.444	"	941\$000
9-BC	18/11/1881	Luís Gutknecht	"	455.444	"	941\$000
10-BC	18/11/1881	Alberto Perleberg	"	455.444	"	941\$000
11-B	1/ 5/1886	Comunidade Evangélica	"	242.000	"	350\$000
12-B	24/ 6/1882	Carlos Westphal	"	201.571	"	416\$470
13-B e 15-B	25/10/1881	João Schmechel	"	416.312	"	860\$150
14-B	12/ 2/1882	Carlos Guilh. Weege	"	205.704	"	425\$010
16-B	25/10/1881	João Schmechel	"	264.861	"	547\$235
17-B	15/10/1882	Guilherme Koensgen	"	344.358	"	711\$484
18-B	8/ 8/1886	Hermann Kache	"	377.132	"	779\$200
19-B	6/ 2/1882	Augusto Tuchtenhager	"	269.825	"	557\$490
20-B	8/ 8/1886	Frederico Radke	"	283.817	"	586\$400

PICADA ARROIO DO TORO (5 colônias com 2.312.121 m²)

Número

1	17/10/1881	Francisca Dallmann	com	254.119	m ²	525\$040
2 e 3	25/10/1881	Augusto Luedke	"	483.017	"	997\$970
4	28/ 2/1882	Guilherme Frank	"	263.024	"	549\$490
5	1/10/1882	Frederico Pagel	"	282.130	"	582\$915
6	15/ 4/1888	João Peters	"	296.024	"	611\$620
7	7/ 8/1888	Julius Luedke	"	309.276	"	500\$000

PICADA EVARISTO (79 colônias com 19.765.580 m²)

Número

1	1/10/1876	Comunidade Evangélica	com	242.000	m ²	305\$000
2 e 3	10/ 6/1876	Eduardo Barteld	"	491.260	"	684\$000
4 e 5	20/ 9/1876	Ferdinando Holz	"	491.260	"	761\$250
6	1/10/1876	Hermann Gehrke	"	249.260	"	386\$250
7 e 9	20/ 9/1876	Carlos Neitzke	"	484.000	"	675\$000
8	20/ 9/1876	Alberto Gehrke	"	249.260	"	309\$000
10	1/10/1876	Carlos Borel	"	249.260	"	386\$250
11	1/10/1876	Frederico Voigt	"	242.000	"	375\$000
12	1/10/1876	Frederico Becker	"	249.260	"	386\$250
13	22/10/1878	Hermann Afeld	"	242.000	"	375\$000
14 e 16	22/ 2/1877	Ferdinando Wachholz	"	495.520	"	618\$000
15	24/ 9/1878	Augusto Tessmer	"	242.000	"	350\$000
17	27/ 9/1878	Luís Franz	"	242.000	"	350\$000
18	10/ 9/1878	Guilherme Hentzel	"	249.260	"	360\$000
19	9/11/1878	Alberto Schwanz	"	242.000	"	400\$000
20	29/10/1880	Guilherme Schwanz	"	249.260	"	463\$500
21	9/11/1878	Alberto Schwanz	"	242.000	"	400\$000
22	2/ 8/1880	Augusto Grimm	"	249.260	"	412\$000
23	31/ 3/1880	Augusto Kummer	"	242.000	"	400\$000
24	28/ 9/1879	Guilherme Buelow	"	249.260	"	412\$000
25	9/ 2/1880	Teófilo Barz	"	242.000	"	400\$000
26 e 28,	} 12/10/1879	Antônio Brod	"	989.780	"	1:636\$000
30 e 31						
27 e 29	3/11/1879	Hermann Mueller	"	484.000	"	800\$000
32 e 34,	} 21/ 9/1879	Carlos Ritter	"	997.040	"	1:648\$000
36 e 38						

Número	Data	Nome	com	Área (m²)	Valor
33	12/10/1879	João Neumann	com	242.000	400\$000
35 e 37, 39 e 40, 41 e 42 43 até 54	1/10/1879	Guilherme Heller	"	1.466.520	2:424\$000
55	1/10/1879	Cristiano Aug. Huettner	"	2.947.560	4:872\$000
56 e 58	31/10/1880	Augusto Koehn	"	242.000	450\$000
57	10/ 9/1879	Augusto Becker	"	498.520	824\$000
59 e 61	15/ 3/1880	Carlos Loelge	"	242.000	400\$000
60 e 62 64 e 66	1/ 8/1880	Frederico Schaub	"	484.000	800\$000
63	1/ 8/1880	Gerardo Kornpflanz	"	997.040	1:648\$000
65	23/ 7/1881	Frederico Seefeld	"	242.000	450\$000
66	23/ 7/1881	Ernst Mueller	"	242.000	450\$000
67	23/ 7/1881	Carlos Loelge	"	242.000	450\$000
68	10/ 4/1881	Guilherme Dammerow	"	249.260	463\$500
69 e 71	1/10/1880	Alfredo Nickel	"	484.000	900\$000
70	1/ 4/1881	Augusto Nickel	"	249.260	412\$000
72	21/12/1880	Francisco Jaeger	"	249.260	463\$500
73	18/10/1880	Frederico Schaub	"	242.000	450\$000
74	19/ 6/1881	Guilherme Voelz	"	249.260	463\$500
75	18/10/1880	Frederico Neumann	"	323.000	600\$620
76	19/ 6/1881	Alberto Zibell	"	249.260	463\$500
77	18/10/1880	Hermann Zibell	"	376.000	699\$170
78	20/10/1880	Godofredo Bartz	"	276.800	514\$410
79	20/10/1880	Henrique Bartz	"	249.260	463\$500

PICADA EVARISTO A (27 colônias com 6.883.298 m²)

Número	Data	Nome	com	Área (m²)	Valor
1-A	7/6/1875	Guilherme Schroeder	com	249.261	463\$500
2-A e 3-A	1/11/1875	Carlos Timm	"	498.520	618\$000
4-A e 5-A	1/ 4/1875	Benjamin Kirchhubel	"	498.520	772\$000
6-A	11/ 9/1875	Ferdinando Peglow	"	249.260	309\$000
7-A	11/ 9/1875	Carlos Ehler	"	355.322	436\$800
8-A	19/ 7/1875	Louiz Wachow	"	249.260	309\$000
9-A	1/ 9/1877	Frederico Bubolz	"	340.577	528\$000
10-A	10/ 8/1875	Henrique Classen	"	249.260	309\$000
11-A	1/ 9/1875	Albert Bubolz	"	301.413	467\$250
12-A	1/ 9/1875	Knuth Anderson	"	249.260	387\$000
13-A	1/ 9/1875	Guilherme Spiering	"	273.900	400\$000
14-A	10/ 4/1886	Ferdinando Rading	"	249.260	500\$000
15-A	1/ 9/1875	Augusto Rojahn	"	242.000	300\$000
16-A e 18-A	20/10/1878	Ferdinando Rading	"	498.520	700\$000
17-A e 19-A	1/10/1880	Augusto Becker	"	441.988	821\$880
20-A	12/12/1879	Maria Regina	"	249.260	412\$000
21-A	30/ 1/1881	Henrique Rojahn	"	193.116	359\$100
22-A	1/10/1882	Maria Regina	"	242.000	500\$000
23-A	1/11/1882	Henrique Rojahn	"	163.563	338.870
24-A	8/10/1884	Maria Regina	"	301.241	622\$400
24-B	8/10/1884	Guilherme Rojahn	"	242.000	500\$000
25-A	1/ 7/1883	Augusto Becker	"	279.437	577\$350
25-B	1/ 3/1884	Henrique Rojahn	"	279.437	577\$350

TRAVESSÃO EVARISTO (7 colônias com 1.766.600 m²)

Número	Data	Nome	com	Área (m²)	Valor
1 e 2	12/12/1880	Francisco Roschild	com	484.000	800\$000
3 e 4	30/ 9/1881	Francisco Roschild	"	484.000	900\$000
5	24/ 7/1881	Frederico Wagner	"	242.000	450\$000
6	1/ 7/1881	Alberto Gutlerow	"	242.000	450\$000
7	1/ 6/1881	Frederico Spiering	"	314.600	585\$000

PICADA DOS PINHEIROS (56 colônias com 17.052.773 m²)

De acôrdo com deliberação da Comunidade desta Picada passou a se chamar PICADA DO BARÃO

Número	Data	Nome	com	Área (m²)	Valor
1	17/10/1880	Teodoro Jerke	com	347.512	646\$200
2	1/ 9/1881	Filipe Heiderich	"	231.957	431\$280
3	31/10/1880	Frederico Michaelis	"	347.512	646\$200
4	3/ 8/1889	Alberto Engelhes	"	226.391	467\$750
5	8/ 8/1881	Othon Westphal	"	347.512	646\$200
6	28/ 8/1881	Carlos Bartz	"	223.124	519\$900
7	23/ 7/1881	Augusto Palewiltz	"	347.512	646\$200
8	1/ 9/1881	Carlos Schwanz	"	217.074	403\$550
9	23/ 7/1881	Augusto Bergman	"	347.512	646\$200
10	11/ 9/1881	Carlos Rehbein	"	210.056	390\$600
11 e 13	5/11/1881	Guilherme Franke	"	695.024	1:120\$600
12	21/11/1880	Carlos Peters	"	203.764	378\$900
14	5/11/1881	O mesmo	"	220.123	409\$320
15	21/11/1880	Guilherme Fischer	"	347.512	646\$200
16	19/10/1881	Konrado Mauch	"	237.121	440\$428
17	13/ 8/1882	Augusto Jahnke	"	347.512	646\$200
18	8/ 4/1887	João Voltz	"	347.512	776\$929
19	31/ 8/1882	Augusto Spiering	"	347.512	646\$200
20	1/10/1882	Henrique Holz	"	347.512	646\$200
21	31/ 5/1882	Carlos Schwanz	"	347.512	646\$200
22 e 24	1/ 3/1883	Francisco Grellert	"	484.000	1:000\$000
25	25/ 6/1882	João Rojahn	"	347.512	646\$200
25	1/10/1882	Ferdinando Peglow	"	342.430	646\$200
26	1/10/1882	Alberto Spiering	"	242.000	500\$000
27	25/ 9/1882	Carlos Rehbein	"	340.978	646\$200
28	1/ 3/1883	Carlos Geppert	"	242.000	500\$000
29	8/ 6/1880	Alberto Lutz	"	339.526	701\$500
30	1/ 9/1882	Guilherme Krueger	"	242.000	500\$000
31	20/10/1882	Antonio Brod	"	338.316	699\$000
32	25/ 6/1887	Carlos Gerke	"	242.000	500\$000
33	15/11/1882	Jorge von Appen	"	337.348	697\$000
34	11/ 9/1887	Guilherme Kruger II	"	236.010	487\$625
35	15/11/1882	Bernardo Bohm	"	342.369	707\$375
36	5/ 1/1890	Fred. Neumann	"	213.081	440\$250
37	24/ 7/1887	Augusto Schwanz	"	364.573	753\$250
38	5/ 1/1890	Fred. Neumann	"	224.092	463\$000
39	1/10/1887	Carlos Holz	"	353.078	729\$500
40	1/10/1887	Frederico Loelge	"	352.594	728\$500
41	20/10/1888	Ernst Tuchtenhagen	"	342.914	708\$500
45, 47 e 49	21/ 1/1884	Chr. Augusto Huttner	"	996.072	2:058\$000
51	4/ 4/1891	Germano Schwanz	"	330.088	682\$000
52	4/ 4/1891	Frederico Kunde	"	329.120	680\$000
53	4/ 4/1891	O mesmo	"	328.152	678\$000
54	25/10/1890	José Lilge	"	327.184	676\$000
55	19/ 7/1890	O mesmo	"	326.216	674\$000
56-A	23/10/1892	Carlos Lilge	"	388.361	750\$000
56-B	23/10/1892	Carlos Messech	"	388.361	750\$000

As colônias 40, 42, 44, 46, 48 e 50 foram vendidas a João Batista Scholl em 1893 junto com as outras colônias.

PICADA DOS PINHEIROS A (49 colônias com 16.564.461 m²)

Número					
1-A e 2-A	1/11/1881	Guilherme Peglow	com	986.392 m ²	1:834\$200
3-A e 4-A					
5-A	1/11/1881	Augusto Hass	"	261.602 "	486\$450
6-A	9/ 7/1888	Carl Heinrich Tillmann	"	266.442 "	550\$500
7-A	21/ 4/1884	Eduardo Kroning	"	350.416 "	724\$000
8-A	1/ 6/1888	Fred. Holz	"	270.798 "	559\$500
9-A	17/ 2/1884	Alberto Holz	"	350.416 "	724\$000
10-A	1/ 6/1888	Fred. Holz	"	276.364 "	571\$000
11-A	10/ 3/1884	Alberto Bock	"	350.416 "	724\$000
12-A	23/ 7/1888	João Jacobsen	"	281.930 "	582\$500
13-A	25/ 8/1888	Ferd. Holz	"	350.416 "	724\$000
14-A	1/ 7/1888	Roberto Schwalbe	"	287.496 "	594\$000
15-A	18/ 9/1882	Alberto Strehlow	"	350.416 "	724\$000
16-A	28/ 4/1888	Hermann Remde	"	295.062 "	605\$500
17-A	18/ 9/1882	Henrique G. Strehlow	"	350.416 "	724\$000
18-A	17/10/1885	Guilherme Timm	"	297.402 "	615\$500
19-A	18/ 9/1882	Carlos Strelow	"	350.416 "	724\$000
20-A	15/11/1885	Carlos Wegener	"	303.226 "	626\$500
21-A	18/ 9/1882	Henrique Strehlow	"	350.416 "	724\$000
22-A	21/ 4/1888	Albert Huebner	"	318.714 "	658\$500
23-A e 25-A	11/ 9/1883	Carlos Huebner	"	700.832 "	1:448\$000
24-A e 26-A					
28-A	11/9/1883	Guilherme Konrad	"	984.698 "	2:034\$500
27-A	24/ 8/1883	João Raddatz	"	350.416 "	724\$000
29-A	11/ 9/1883	Guilherme Konrad	"	350.416 "	724\$000
30-A	11/ 9/1883	Hermann Konrad	"	396.396 "	819\$000
31-A	17/ 9/1887	Henrique Maas	"	350.416 "	724\$000
32-A	29/ 1/1884	Frederico Wetzel	"	350.416 "	724\$000
33-A, 34-A e 35-A	22/1/1884	Carlos Krueger	"	1.167.855 "	2:412\$925
36-A	2/ 5/1886	Frederico Bubolz	"	332.266 "	686\$500
37-A	4/11/1885	Frederico Bubolz	"	350.900 "	725\$000
38-A	15/10/1887	Francisco Bulow	"	375.100 "	775\$000
39-A	3/ 4/1886	Júlio Meyer	"	416.607 "	860\$760
40-A	1/10/1885	João Antônio Silveira de Mendonça	"	226.802 "	484\$300
40-B	22/12/1890	Othon Bulow	"	242.000 "	500\$000
41-A	20/ 2/1886	Teófilo Prigitzer	"	482.306 "	996\$500
42-A	6/12/1886	Alberto Lutz	"	482.064 "	996\$000
43-A	14/ 3/1885	Frederico Eich	"	473.836 "	979\$000
44-A e 45-A	5/ 1/1885	Guilherme Peglow	"	771.936 "	1:594\$910
46-A	5/ 1/1885	O mesmo	"	281.959 "	582\$560
47-A	11/ 8/1890	Fred. Hellwig	"	238.495 "	492\$760
48-A	11/ 8/1890	O mesmo	"	591.486 "	1:222\$080

PICADA TRAVESSÃO PINHEIROS (7 colônias com 1.553.398 m²)

Número					
1-B	1/ 1/1882	Comunidade Evangélica	com	121.000 m ²	150\$000
1-C e 2-B	15/ 3/1883	Ocupado com plantação de lúpulo. Prop. Barão von Steinberg	"		
3-B	7/ 5/1882	Conrado Mauch	"	242.000 "	450\$000
4-B	31/ 7/1886	Ferdinando Arndt	"	242.000 "	550\$000
5-B	1/10/1882	Augusto Kohls	"	242.000 "	477\$000
6-B	5/ 1/1890	Carlos Krueger	"	272.492 "	563\$000

SOBRAS DA NOVA PICADA BOM JESUS

Número								
Sobra A e B	vendida a	Guilherme Koepke	com	m/m	400.000 m ²	posse	em	1891
C	"	Germano Koepke	"	"	215.600 "	"	"	"
D	"	Alberto Jahnke	"	"	194.532 "	"	"	"
E e F	"	Frederico Jahnke	"	"	654.820 "	"	"	"
G	"	Ferdinando Jahnke	"	"	402.670 "	"	"	"

COSTA DO ARROIO GRANDE (19 colônias com 6.692.066 m²)

Número					
1	1/1/1890	Roberto Vospagel	com	514.801 m ²	1:063\$640
2	2/9/1892	Richard Gruetzmann	"	447.080 "	923\$720
3	3/6/1893	Hermann Roschild	"	433.252 "	1:340\$000
4	1/1/1890	Carl Roschild	"	418.282 "	864\$220
5	1/1/1890	Heinrich Roschild	"	408.224 "	843\$440

As restantes colônias deste lote foram incluídas na venda em 1893 a João Batista Scholl.

Continuação do TRAVESSÃO TAQUARAL (27 colônias com 8.513.250 m²)

Número					
2	5/ 6/1893	João Linck Filho	com	262.570 m ²	542\$500
3	19/ 4/1891	Carlos Klug	"	262.570 "	542\$500
4	28/ 7/1890	Albert Radke	"	262.570 "	542\$500
5	28/ 6/1890	Augusto Buchweitz	"	262.570 "	542\$500
6	28/ 6/1890	O mesmo	"	372.849 "	770\$350
7	30/ 6/1890	Fred. Venzke	"	337.832 "	698\$000
8	28/ 6/1890	Augusto Buchweitz	"	262.570 "	542\$500
9	30/ 6/1890	Fred. Venzke	"	337.832 "	698\$000
10	28/ 6/1890	Aug. Buchweitz	"	262.570 "	542\$500
11	9/10/1892	Fred. Bergmann	"	337.832 "	698\$000
12		Escola da Colônia	"	262.570 "	542\$500
13	7/ 9/1891	Alberto Henke	"	337.832 "	698\$000
14	30/ 6/1890	Alberto Buchweitz	"	262.570 "	542\$500
15	30/ 6/1890	Fred. Rutz	"	337.832 "	698\$000
16	30/ 6/1890	Alb. Buchweitz	"	262.570 "	542\$500
17	24/ 8/1890	Hermann Krueger	"	337.832 "	698\$000
18	30/ 6/1890	Alberto Buchweitz	"	262.570 "	542\$500
19	19/10/1890	Roberto Hartwig	"	332.930 "	687\$880
20	30/ 6/1890	Alberto Buchweitz	"	262.570 "	542\$500
21	11/ 8/1890	Fred. Borchhard	"	501.995 "	1:037\$180
22	30/ 6/1890	Roberto Hartwig	"	262.570 "	542\$500
23	6/ 6/1890	Roberto Vospagel	"	262.570 "	542\$500
24	30/ 6/1890	Carl Giermann	"	262.570 "	542\$500
25	30/ 6/1890	Otto Zitzke	"	352.869 "	729\$070

As colônias 26 e 27 foram vendidas em 1893 a João Batista Scholl junto com as outras vendidas a este senhor.